

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Movimento, um jornal “partido”: trajetórias e conflitos em torno de
um semanário (1975-1981)

JULIANA SARTORI
Orientador: Prof. Adriano Luiz Duarte

Banca:
Prof. Adriano Luiz Duarte
Prof.^a Maria Aparecida de Aquino
Prof. Waldir José Rampinelli
Prof.^a.Renata Palandri Sigolo (Suplente)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Florianópolis
2006

*Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão, não.
A minha gente hoje anda
Falando de lado e olhando pro
chão.
Viu?
Você que inventou esse Estado
Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o
perdão.*

[...]

*Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juros. Juro!
Todo esse amor reprimido,
Esse grito contido,
Esse samba no escuro.*

[...]

*Você que inventou a tristeza
Ora tenha a fineza
de “desinventar”.
Você vai pagar, e é dobrado,
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar.*

[...]

*Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia.
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia.*

**“Apesar de Você” – Chico
Buarque**

Agradecimentos:

A realização desse trabalho só foi possível com a compreensão e colaboração de algumas pessoas as quais gostaria de agradecer.

Primeiramente aos meus colegas de mestrado, Martha, Pereira, Cunha, Camilo e Gustavo, que desde a seleção me acompanharam. Saudades de nossas discussões e das cervejas após a aula. Aos professores da nossa Linha de Pesquisa – História Social do Trabalho e da Cultura – pelas críticas e pelos debates em nossas reuniões. Especialmente ao meu orientador, Adriano Luiz Duarte, que aceitou me acompanhar nesse trabalho, por suas leituras críticas. Ainda dentro da Universidade não poderia me esquecer da Nazaré que muito me auxiliou nas minhas idas à São Paulo durante a pesquisa.

Fora da UFSC, não poderia deixar de agradecer a pessoa que mais me apoiou e agüentou meu mau humor nos últimos anos: Alexandre.

Aproveito para agradecer a equipe do Arquivo do Estado de São Paulo que sempre de forma eficiente permitiu que eu desenvolvesse meu trabalho.

*Este trabalho contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – **CAPES** – o qual foi de fundamental importância.*

Um último agradecimento aos meus pais que sempre me apoiaram de todas as formas possíveis, e a todos meus amigos de São Paulo que sempre me incentivaram a seguir em frente.

RESUMO

O presente trabalho pretende compreender como o semanário Movimento atuou na luta contra a Ditadura, entre os anos de 1975 a 1981. Com esse objetivo procurei analisar a forma como os movimentos sociais foram tratados em suas páginas, para através deles obter os posicionamentos políticos do jornal ao longo de sua existência. Porém, mesmo entendendo o grupo em torno do jornal como sendo de oposição, reconheço sua heterogeneidade. Perceber como Movimento atuou ganha importância quando permite chegar ao sentido que seus integrantes davam a ele, enquanto um espaço de sociabilidade para a oposição, como o entendo nesse trabalho. Assim como as perspectivas dentro das tendências que compunham o semanário mudaram, o sentido do jornal para essas pessoas também mudou, e a questão dos movimentos sociais auxiliou a perceber como os posicionamentos políticos mudaram e foram se tornando conflitantes no desenrolar da abertura política. Por outro lado, o jornal não servia apenas como um local de atuação política por expor em suas páginas debates que interessavam a oposição, mas porque possuía uma dinâmica interna de trabalho peculiar para um jornal, a qual pretendo ir compreendendo paralelamente ao debate sobre os movimentos sociais. Para isso utilizo as reportagens sobre os as greves do ABC paulista, devido ao destaque que receberam; parte da documentação interna do jornal, especialmente atas de reunião, relatórios e correspondências; além de entrevistas com seus ex-jornalistas.

Palavras-chave: *Imprensa – Ditadura – Oposição*

ABSTRACT

The present work intends to understand as the weekly Movement acted in the fight against the Dictatorship, enters the years of 1975 the 1981. With this objective I looked for to analyze the form as the social movements had been treated in its pages, stop through them getting the positionings politicians of the periodical throughout its existence. However, exactly understanding the group around the periodical as being of opposition, I recognize its differences. To perceive as Movement acted gains importance when it allows to arrive at the direction that its integrant ones gave it, while a space of sociability for the opposition, as I understand it in this work. As well as the perspectives inside of the trends that composed the weekly had moved, the direction of the periodical for these people also moved, and the question of the social movements assisted to perceive as the positionings politicians had moved and been if becoming conflicting in uncurling of the opening politics. On the other hand, the periodical did not only serve as an performance place politics for displaying in its pages debates that interested the opposition, but because had an internal dynamics of peculiar work for a periodical, which I intend to parallel go understanding to the debate on the social movements. For this I use the news articles on the strikes of the São Paulo ABC, had to the prominence that had received; part of the internal documentation of the periodical, especially acts of meeting, reports and correspondences; beyond interviews with its former-journalists.

Keywords: press – dictatorship – opposition

SUMÁRIO

Introdução	07
Capítulo I	Os projetos em torno de um semanário	22
	1.1 Abertura política a uns e outros	22
	1.2 Imprensa: formas de apoio e oposição à ditadura	28
	1.3 Fazendo oposição: jornal <i>Movimento</i>	30
	1.4 Fazer oposição: o que os unia e os separava	43
	1.5 <i>Movimento</i> : um local de sociabilidade para a oposição	48
Capítulo II	<i>Movimento</i> em defesa dos movimentos sociais	57
	2.1 Frente ampla e democrática	59
	2.2 Movimentos populares no combate à ditadura	63
	2.3 Movimento contra a carestia e UNE: mobilização e tradição	69
	2.4 Buscando ser popular	73
	2.5 O fim explicado em suas páginas	82
Capítulo III	Movimento: um jornal “partido”	89
	3.1 Reuniões: como manter um grupo unido	89
	3.2 Conflitos de trabalho	94
	3.3 Combatendo tendências	99
	3.4 Crise: racha a oposição, racha o jornal	110
	3.5 Um jornal “partido”	119
Considerações Finais	129
Figuras	136
Fontes	141
Bibliografia	145

Introdução

Início este trabalho reforçando a importância de se pesquisar o período do governo militar no Brasil, iniciado em 1964 através de um golpe. Importante não apenas por ser um campo rico para a pesquisa histórica, mas também para que não seja esquecido. Foram diversas situações ao meu redor, acredito, que despertaram em mim uma necessidade de compreensão da ditadura militar no Brasil.

O tema é fascinante, e a opção em estudá-lo não esconde um desejo de dar continuidade à luta daqueles que se foram, de reafirmar não ter sido ela em vão, de manter vivas suas lembranças, de cobrar justiça. Não poderia negar que esses motivos, que levam muitos a se vincularem ao tema, foram também responsáveis por parte dessa escolha. Porém, num segundo momento, esse fascínio cai e se revela de uma ingenuidade tal que, sozinho, não legitimaria a escolha. Quando falo em ingenuidade, faço referência pura e simplesmente, à forma como me senti, ao perceber que há muito por fazer nessa área de pesquisa e que a pura “paixão”, o desejo de tornar viva tal lembrança não era garantia de um bom trabalho. Na minha condição, isso não bastava. Não há mais espaço talvez, para essa visão quase que romântica dos “anos de chumbo”.

Compreender como e por que as coisas aconteceram exige uma problematização que vá além da divisão entre heróis e bandidos; buscar um equilíbrio, que, acredito, seja fundamental para a qualidade do trabalho. A escolha em pesquisar a ditadura militar para mim e para muitos, não esconde uma opção política clara. No entanto, não pretendo utilizá-la para um fim determinado, não me interessa aqui coletar e mostrar dados que apenas sirvam para uma hipótese já pré-determinada. Felizmente vejo esse equilíbrio nos trabalhos que utilizo como base para minha pesquisa.¹

Carlos Fico, por exemplo, fala a respeito de estereótipos que já foram vencidos, pois entramos numa nova fase da produção histórica sobre o período; e que, mesmo

¹ Dentre eles destaco os que reúnem pesquisas mais recentes e problematizam esse período, contribuindo muito para o seu entendimento: MOTTA, R.P.S, RIDENTI, M., REIS, D.A. (org) O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004; Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

quando ainda utilizados, têm sido problematizados. Assim como o tema vem ganhando complexidade, as análises estabelecidas, num primeiro momento, estão sendo revistas. Como, inicialmente, a sociologia se encarregou de tratar do tema, tivemos como resultado uma tentativa de se criar um modelo que conseguisse compreender todas as ditaduras implantadas na América do Sul. Esses e outros modelos tiveram que ser revistos pela análise historiográfica:

O esforço da Ciência Política pelo estabelecimento de um padrão de sofisticação epistemológico – expresso na busca de um modelo teórico explicativo para as crises latino-americanas e/ou para os Estados submetidos a regimes militares – corre o risco de esbarrar no que poderia ser chamado de “fatos histórico”: as especificidades, as singularidades e as peculiaridades de sociedades distintas que, naturalmente, tendem a ser elididas quando se busca construir modelos explicativos com grande alcance de generalização.²

A escolha do período foi o próximo passo. O da Abertura, como ficou conhecido o período a partir da posse do general Geisel, inicia uma fase em que as contradições parecem estar mais acentuadas. Se o Governo assume para si parte das reivindicações da oposição, como a defesa da democracia, por que, então, a censura e as perseguições políticas permanecem?

As concessões feitas pelo Regime Militar como o fim da censura, a Anistia, a volta do pluripartidarismo, serviam muito bem aos planos dos militares, pois a crescente pressão da sociedade civil, cobrando esclarecimentos quanto aos presos políticos, os movimentos de moradores de bairro, de metalúrgicos, mesmo que proibidos, estavam de volta. O fim do “milagre econômico” e as divergências entre os próprios militares tornavam esses conflitos maiores, a ordem estava sendo perdida.

Essa transição – para uns vista como uma conquista, para outros, apenas como uma forma de disfarçar e permitir a permanência dos militares no poder – é o período que pretendo abranger nesse trabalho. Nele visuo, especialmente, a forma como a oposição foi tratada - por isso vou trabalhar com um jornal da imprensa alternativa - buscando uma maneira de compreender, também, até onde iam essas mudanças e quais limitações marcaram a transição, dados essenciais para que sejam entendidas questões até hoje presentes.

2 FICO,C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004:44.

A par de meu interesse pela Ditadura Militar, sempre estive atenta ao papel da imprensa, cujo valor como fonte de pesquisas é amplamente conhecido, assim como permite sua exploração de diversos pontos de vista. A pesquisa desenvolvida através de um periódico deve encara-lo como o resultado daquilo que pensa o grupo por ele responsável, sendo, então, imprescindível perceber quem o produziu e em que condições o fez. Portanto, parto do pressuposto de que não há neutralidade possível no trabalho jornalístico:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; negam-se pois, aquelas perspectivas que a tomam como 'mero veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.³

Quando se entende um órgão de imprensa como imparcial essa característica não está apenas vinculada a uma posição política de seu editor ou de seu dono, mas também a série de relações que compõem essa imparcialidade. Vínculos que o jornal, ou qualquer outro meio de comunicação, estabelece ao depender financeiramente de uma empresa e do Estado, por exemplo. Portanto seus patrocinadores têm relevância quando se pretende compreender o papel de um órgão de imprensa. Pierre Bourdieu, quando discorre sobre a televisão, especificamente, acha que não há apenas um responsável pelo direcionamento que um veículo de comunicação assume. Ao invés de se buscar responsáveis seria mais sensato entender em qual estrutura esses “responsáveis” se encontram e qual posição têm ali dentro. Desconsiderar isso é deixar de lado uma rede de relações que culminam no resultado de seu trabalho:

“O universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônimo, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura. Esse efeito estrutural, objetivo, anônimo, invisível, nada tem a ver com o que se vê diretamente, com o que se denuncia comumente, isto é, com a intervenção de fulano ou sicrano... (...) Não se compreende nada se não se compreende o campo que o produz e que lhe confere sua pequena força.”⁴

3 CAPELATTO, M.H. e PRADO, M.L. O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"). São Paulo: Alfa-Omega, 1980.p.42.

4 BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997. p. 77-78.

Bourdieu fala especificamente da televisão, mas suas considerações cabem perfeitamente aos periódicos. A importância de suas considerações não tem sentido apenas para a grande imprensa, e dentro desse trabalho, auxiliam na compreensão da própria imprensa alternativa. Não apenas porque os “alternativos” se colocam como uma resposta a esse modelo, mas inclusive como aspectos a serem considerados para sua análise, uma vez que não se deve desconsiderar quem os financia.

Sujeitos às pressões diretas do mercado a produção da grande imprensa tem inclusive uma padronização dos temas, o que tornou seu resultado o tanto quanto homogêneo. Nesse momento Bourdieu percebe como importante uma reflexão sobre a imprensa não apenas pelos laços de interesse que esta representa, mas, sobretudo pelo papel que cumpre e pelo seu resultado final. Como resultado temos problemas sociais abordados de forma banal quando tirados de seu contexto, o que nos faz pensar como a imprensa vem cumprindo seu papel, subestimando seus receptores e se afastando de um trabalho de análise crítica:

“Essa visão des-historicizada e des-historicizante, atomizada e atomizante, encontra sua realização paradigmática na imagem que dão ao mundo as atualidades televisivas, sucessão de histórias aparentemente absurdas que acabam todas por assemelhar-se, desfiles ininterruptos de povos miseráveis, seqüências de acontecimentos que, surgidos sem explicação, desaparecerão sem solução, hoje o Zaire, ontem Biafra e amanhã o Congo, e que, assim despojados de toda necessidade política, podem apenas, no melhor dos casos, suscitar um vago interesse humanitário.”⁵

Mesmo se referindo a imprensa mais recente⁶, suas ponderações servem aqui como alicerces para o meu e outros trabalhos a respeito dos órgãos de comunicação, quando chama a atenção para uma série de interesses que esses representam e quanto isso compromete seu resultado. Se por um lado os veículos de imprensa alternativa se propõem a fugir desse modelo não deixam de servir como porta-vozes para outros interesses, inclusive daqueles que os financiam.

Deste modo, aqueles que são “acolhidos” ou “perseguidos” por um jornal têm relevância, pois ratificam os propósitos do periódico. Maria Hermínia Tavares de Almeida, fez uma análise de como o jornal *Opinião* “acolheu” cientistas sociais entre 1972 e 1977, permitindo que esses publicassem seus textos em suas páginas. *Opinião* acolhia as idéias desses sociólogos, mas não tinha apenas esse sentido nos anos de

5 BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997. p.140-141.

6 Esse texto de Bourdieu é a transcrição de dois programas realizados em 18 de março de 1996 transmitidos pela televisão francesa.

ditadura, servia também como ponto de encontro: “[Opinião] Não se limitou, porém, a assumir suas pautas de contestação (...). Foi um ponto de encontro daquelas forças e ajudou a estabelecer uma nova trama de relações entre os diversos grupos das elites políticas e intelectuais.”⁷ Esses sociólogos, através do jornal, permitiram que debates restritos ao ambiente acadêmico chegassem aos seus leitores, assim como *Opinião* aproximou esses intelectuais da vida política ao divulgar seus trabalhos.

Podemos perceber, a partir daí, um periódico também como um espaço de convivência e de colisão de interesses. Nesse aspecto, cada encontro tem um sentido próprio dentro de seu momento histórico. Durante um período de autoritarismo e perseguição política o significado do espaço de um jornal, que propicia esse encontro, pode ser ainda maior, servindo em alguns momentos talvez, como um espaço de atuação política. Nessa perspectiva pode ser interessante pensar a relação de “forças” que influenciam no editorial de um periódico como uma “rede”, o que comportaria melhor a sua complexidade. Ao discorrer suas considerações a respeito da história dos intelectuais, Jean-François Sirinelli sugere que se perceba a cada época onde esses grupos se encontram, o que ocorre muitas vezes ao redor de uma revista ou de um jornal. Pensando os jornalistas como exemplo de um grupo de intelectuais, o espaço de um jornal ganha um novo sentido: “Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão.”⁸

Conseqüentemente, retomo a idéia de que estudar um periódico é antes de tudo estudar quem o faz, permitindo assim reconstruir os ideais, modelos e os projetos políticos de uma época, que estão presentes em suas páginas. Por isso a importância em se saber quem o compunha e o sentido que dava a sua profissão, a sua participação no periódico. Tânia Regina de Lucca, ao analisar o material presente na Revista do Brasil (semanário editado em São Paulo) em sua primeira fase de janeiro de 1916 a março de 1925, procura retomar o debate dessa época, tendo sempre em vista os nomes que a formavam:

“A análise do material presente na Revista do Brasil, o mais importante fórum de debates do período convencionalmente denominado pré-moderno, evidencia o enorme esforço despendido pela intelectualidade do tempo para compreender o Brasil. As múltiplas representações produzidas procuravam, por meio da

7 ALMEIDA, M.H.T. Tomando partido, formando opinião. São Paulo: Ed. Sumaré, 1992. p.22-23.

8 SIRINELLI, J.F. Os Intelectuais. IN: Remond, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/FGV, 1996. p.249.

relevatização e reinterpretação de matrizes provenientes do exterior, divisar um amanhã promissor para um país mestiço e tropical que parecia fadado a incompletude.”⁹

Falar sobre imprensa nesse trabalho é falar sobre a imprensa alternativa especificamente, e significa também falar sobre imprensa no período da ditadura. As considerações feitas acima só têm sentido nessa pesquisa quando contextualizadas. Por isso torna-se indispensável tocar na questão da censura presente nos órgãos de imprensa durante este período. A censura já foi abordada de diversas formas. Poderia primeiro ressaltar as diferenças entre a autocensura e a censura prévia. Quando essas diferenças serviram de parâmetros para outras análises, o que se pode perceber era o grau de comprometimento desses órgãos com o regime. Mesmo censurados reagiam demonstrando descontentamento com a situação. A opção pela censura prévia pode parecer, como sugere Anne-Marie Smith, uma forma de resistência quando se buscava explicitar os cortes através de tarjas pretas com poemas, receitas ou divulgando o próprio jornal. Enquanto que para ela a autocensura já acatava de antemão as decisões do governo, nem buscava burlá-las. Anne-Marie Smith viu uma espécie de “acordo forçado” na autocensura. Para ela a imprensa não teve como reagir e impedir a censura devido a sua falta de unidade e pelo histórico de intervenções que sofreu ao longo de sua história no Brasil.¹⁰ No entanto ter passado por autocensura não pode ser entendido sempre como uma forma de apoio, cada caso deve ser percebido na sua singularidade e algumas generalizações nesse sentido podem ser perigosas.

Mesmo que tímidas houve reações a essa censura. Reações essas que correspondiam muitas vezes a interesses divergentes, pois contestar a censura não significava necessariamente contestar o Golpe e a Ditadura vigente. Beatriz Kushnir, em seu doutorado, se voltou para um caso específico - que não deve ser generalizado - de colaboração da imprensa ao governo, no qual foi compreendendo a importância em se “decifrar” a teia de relações que define a postura política de um jornal:

“A relação jornalistas, censores e policiais reforça o apoio por parte dos civis à ditadura, uma teia de solidariedade que passava por empresários e pela imprensa. Através de entrevistas a autora consegue recuperar parte do ambiente de trabalho do jornal ‘Folha da Tarde’, antes do AI-5. Para Kushnir, os caminhos trilhados pelo

9 DE LUCA, T.R. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.p. 34.

10 SMITH, A.M. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

jornal só foram entendidos quando as trajetórias de seus jornalistas foram ‘reconstituídas’ e relacionadas com a Ditadura.”¹¹

Nessa pesquisa, busco, também, aperfeiçoar a forma de dialogar com tais condições, quando opto por não apenas me prender às páginas do periódico – objeto de meu trabalho – mas aos documentos internos do jornal. Os registros das questões internas ao jornal sugerem para mim a oportunidade de se reconstituir seus debates internos e o ambiente no qual eles eram produzidos. Assim, a preocupação que tenho aqui em perceber sua dinâmica de trabalho se justifica enquanto uma possibilidade de se compreender melhor a atuação do jornal no combate à ditadura.

A Imprensa e ditadura militar, a partir do Golpe de 1964, além de serem áreas de meu interesse, mantiveram uma relação rica para a pesquisa histórica. Estabeleceram uma relação ora de cumplicidade ora de oposição, dependendo do momento político e do jornal, evidentemente. Havia motivos econômicos, quando estavam preocupados em ganhar ou perder leitores, ou aqueles que acataram a censura, pois viam razão no Golpe; também houve os que só contestaram os militares no momento em que esses determinavam o conteúdo de suas páginas e aqueles outros que foram oposição, desde o princípio da queda de João Goulart. Foram muitos os caminhos trilhados, cada um registrando parte dessa rede de relações que sustentou o período militar, relações que ainda carecem de maior entendimento. Assim, entre tantos, o caminho que escolhi foi o da Imprensa Alternativa.

Ao optar por trabalhar com a Imprensa alternativa como fonte, opto por estudar o papel dos setores de oposição durante a Ditadura. Assim sendo, trago comigo a preocupação na abordagem desta questão. Assim como sugere Carlos Fico, alguns modelos dificultam e podem limitar a pesquisa, em se tratando da oposição. Para Daniel Aarão Reis, é possível perceber como a história da oposição vem se constituindo através do comportamento da memória do período militar. Então, muitas vezes pode parecer que todos foram de oposição, pois hoje se colocam como “combatentes” da ditadura, aqueles que resistiram a ela. A dificuldade em reconhecer o apoio ao Golpe e à Ditadura cria uma indagação: como uma sociedade em que a maioria se diz, hoje, como parte da oposição naquele momento, pode ter permitido uma ditadura por tantos anos? Lidar

11 SARTORI, J. (Resenha) Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. KUSHNIR, BEATRIZ. IN: *Esboços* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, n° 12, 2004. p.225.

com a questão da oposição reserva esse tipo de dúvida, esconde trajetórias muito distintas que se encobrem sob uma mesma definição:

A sociedade brasileira, depois que aderiu aos valores e às instituições democráticas, enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado. E, apesar de o regime ter sido considerado abominável, não o expulsou a pedradas ou a tiros, antes compadeceu-se de um processo de transição pelo alto, lento, seguro e gradual e de uma anistia recíproca. Mas a ditadura militar, não há como negá-lo, por mais que seja doloroso, foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada, por marceiros. Reconhecê-lo pode ser um exercício preliminar para compreender seus profundos fundamentos históricos e sociais e para criar condições para que o abominável não volte a assombrar e atormentar a história destes brasis.¹²

Lidar com a história da oposição é problemático. Narrar uma história heróica e de sagas, como um meio de pura e simplesmente defender aqueles que lutaram contra ela, porém, não embasa nenhum trabalho. Muitas vezes as glórias prevalecem sobre o seu entendimento, e nos afastam de sua compreensão.

O jornal *Movimento* é o tema central deste trabalho, um semanário da Imprensa Alternativa. O jornal, com sede em São Paulo, teve início em 1975 e seu término deu-se em 1981. Independente de sua importância tive conhecimento de sua existência, pelo simples fato de que meu pai praticamente iniciou sua carreira de jornalista em sua redação. Obviamente, só fui compreender seu significado para a época, anos depois, e hoje tenho isso mais claro ainda comigo. Por muito tempo, o jornal representava apenas um local onde meu pai havia trabalhado; depois é que pude reconhecer ter sido ele um jornal de oposição ao Regime Militar.

A facilidade de acesso às fontes (uma coleção completa, inclusive, esteve por muitos anos em minha casa), a proximidade com alguns de seus ex-jornalistas eram um desafio constante. Essa proximidade sempre me causou certo temor, por não saber até que ponto saberia conciliar e manter uma relação imparcial na interpretação de minhas leituras. Mesmo assim, segui em frente.

12 AARÃO, D.A. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória: IN: O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.50

Atualmente há uma coleção desse jornal, quase completa, disponível no Arquivo do Estado de São Paulo, local onde verifiquei a existência de um Fundo do jornal com toda, ou boa parte, de sua documentação interna. Estava formado um diálogo muito rico e dificilmente encontrado em outros órgãos de imprensa. O grande número de debates e reuniões produziu um acervo considerável com os registros dessas discussões.

Estabelecidos esses três temas: Ditadura, Abertura Política e Imprensa Alternativa, como poderia trabalhá-los? O que me interessava desse cruzamento? Concluí que seria, primordialmente, a atuação do jornal, de como ele havia atuado no combate à Ditadura Militar. Movimento deixava claras suas intenções, a partir de sua primeira edição: “(...) acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país pelos interesses estrangeiros (...).”¹³ No entanto, não seria possível analisar todo o seu conteúdo, seria necessário focar, para restringir minha pesquisa. Pensando nisso, e verificando o grande espaço que os movimentos sociais tinham dentro do jornal, achei que esse seria um viés para compreender sua atuação.

Uma vez escolhido o tema que me conduziria inicialmente pelas páginas do jornal, procurei compreender como o tema dos movimentos sociais vem sendo abordado dentro da sociologia. Esclarecendo que dentro desse trabalho o conceito de movimentos sociais serve para se referir às manifestações populares que ocorreram durante o processo de abertura política. Mesmo assim, essas leituras me inseriram dentro de uma discussão que teve início no final dos anos 70, com aquilo que ficou conhecido como os “novos movimentos sociais” no Brasil e segue até hoje em busca de uma nova definição para esse conceito, que comporte suas mudanças ao longo desses anos. Se nos anos 70 esses “novos movimentos sociais” despertaram o interesse da Academia por romperem com certos padrões que o cercavam, trouxeram também uma frustração por ao “final de seu percurso” não corresponderem às expectativas que haviam gerado. O próprio processo de abertura política e a reformulação dos partidos, com o fim do bipartidarismo, possibilitaram que seus principais líderes saíssem da luta através dos movimentos sociais e partissem para uma luta no campo institucional. Essa “migração” teria sido um dos fatores que pouco a pouco desarticulou esses movimentos, mas, que

13 “Nasce um jornal”. Movimento, n. 0, 07 de julho de 1975.

não necessariamente, teria tirado seus personagens de cena, mas marcaria uma reconfiguração nesse cenário.

Os debates atuais tentam dar conta de compreender como esses movimentos se articulam, se dentro desse conceito caberia as Organizações Não Governamentais (ONG's), por exemplo, pois entre outras coisas, questiona-se a forma de financiamento dessas organizações, se ela comprometeria ou não sua autonomia.¹⁴ Reconheço a importância dessa discussão dentro das ciências sociais, porém neste trabalho não pretendo dar conta de entrar nessa questão, apenas utilizo a terminologia de movimentos sociais para me referir às mobilizações populares ou de metalúrgicos que ocorreram durante o processo de abertura política e reivindicavam melhores condições de trabalho, moradia, etc. e que de alguma forma não deixavam de ter um caráter político naquele momento.

Da mesma forma como a Academia se surpreendeu com a potência com que os sindicalistas e os movimentos de bairro apareceram no final da década de 70, esse impacto poderia estar registrado também no jornal. Primeiro, porque via ali uma possibilidade de expressão de suas posições políticas. Assim, tinha que compreender que papel esses movimentos tiveram dentro do jornal, em relação ao combate à ditadura, e o quanto isso revelaria de sua atuação política.

Sua documentação interna guardava principalmente atas de reuniões e relatórios referentes a problemas internos ao jornal. Tantas reuniões deveriam ter um sentido lá dentro, qual seria esse sentido e se havia algum caráter político nisso, eram algumas das perguntas que me cercavam. O quanto de tempo se dedicavam aos debates internos também me parecia um ponto fundamental a ser verificado, pois isso poderia fazer do jornal um espaço de convivência para a oposição, um local de sociabilidade que promovia debates entre esses grupos, ou melhor, entre seus representantes. Assim, possivelmente trabalhar no jornal, significaria também uma forma de atuação política.

14 Como referências utilizei as seguintes obras: DOIMO, A.M. A vez e a voz do popular. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995; PAOLI, M.C. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. IN: HELLMANN, M. (org) Movimentos Sociais e a Democracia no Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1995; SADER, E. Quando novos personagens entram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988; TOURAINE, A. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. São Paulo: Ed. Vozes, 1999; LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. IN: HADDAD, S. (org). ONGs e Universidades. Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2002; MELUCCI, A. A invenção do presente. Movimentos Sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Portanto, trata-se também de perceber o sentido que cada um dava ao jornal, como o enxergava, e se esse sentido se alterou no decorrer do tempo. Talvez Movimento possa ser visto como um espelho de como a oposição foi se posicionando do decorrer do processo de abertura política. Se realmente o jornal serviu de “abrigo” para um grupo de oposição discutir e atuar politicamente, isso pode servir como um caminho para se compreender inclusive seu fim. Uma vez que se confirme a hipótese de que o semanário serviu como um local de sociabilidade para a oposição, aqueles que se identificaram e foram “acolhidos” pelo projeto inicial de Movimento, podem ter abandonado o jornal aos poucos quando não mais encontravam abrigo em suas páginas, pois não se identificavam mais com seu projeto. Caso isso tenha acontecido caberia durante esse trabalho perceber quem ou o que mudou para que o projeto do jornal perdesse apoio.

O sentido que o jornal fazia para aqueles que não atuavam nele, também ganha importância, pois ajuda na compreensão do apoio que recebia, resultado direto na quantidade de seus leitores. Será importante também a percepção daqueles que combatiam o jornal, a polícia, por exemplo. Através de documentos do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) possivelmente terei acesso a essa visão.

Com esses propósitos, utilizarei como fontes exemplares do jornal e a sua documentação interna, presente no Fundo do Arquivo Movimento, que me possibilitarão a análise dos movimentos sociais em suas páginas, através de uma seleção prévia dos artigos a esse respeito. Não me fechei à possibilidade de aproveitar outras matérias presentes no jornal, e mantive meu olhar atento especialmente àquelas que se dedicavam aos problemas internos do semanário.

Ademais, as entrevistas com ex-integrantes de Movimento ajudarão a esclarecer certos conceitos já cimentados sobre ele. Nesse ponto, será necessário um certo cuidado, devido, inclusive, à minha proximidade com os entrevistados. Mas, minha maior preocupação está em buscar aquilo do que poucos falaram, evitando, assim, um discurso pronto e repetido, até mesmo pelo fato de o jornal já ter sido tema de outros trabalhos que recorreram aos mesmos entrevistados.

A forma como decidi desenvolver essa pesquisa também levou em consideração os trabalhos sobre *Movimento*. A partir deles, pude delimitar aquilo que

iria trabalhar dentro do jornal, problematizando colocações apresentadas por aquelas pesquisas. Inicialmente, tive contato com o trabalho da professora Maria Aparecida de Aquino. Em sua dissertação de mestrado, Aquino produziu uma análise comparativa entre os principais temas censurados no semanário e no jornal *O Estado de São Paulo*, considerando que ambos passaram pela censura prévia.

Célia Costa Cardoso, também em seu mestrado, levantou os principais temas presentes no jornal e, através dessa avaliação ficava claro o propósito de contestação com o qual foi produzido. Esses dois trabalhos me ajudaram previamente a detectar a forte presença dos movimentos sociais como um tema recorrente em suas páginas. Rosane Montiel, em sua pesquisa de mestrado, produziu uma indexação dos documentos internos do semanário, os quais, posteriormente, iriam ser doados ao Arquivo do Estado de São Paulo. Vale lembrar aqui que o trabalho de Montiel foi fundamental para preservar essa documentação. Bernardo Kucinski, ex-integrante do jornal, em sua tese de doutorado fez um retrospecto da imprensa alternativa e dedica um capítulo a *Movimento*, no qual deixa registrado sua atuação e os motivos que o levaram a se desligar do jornal.

Todos os trabalhos citados contribuem para a compreensão da forma como o aquele semanário atuou na luta contra a Ditadura. Citam as disputas políticas, para muitos, reflexo direto da atuação do PC do B ali dentro, já que, nesse caso, o jornal, supostamente, serviria de “aparelho” político: “Movimento nasceu vinculado ao Pc do B através de três articulações distintas, que acabariam entrando em choque e levando à desagregação do jornal.”¹⁵ Teria o jornal realmente sido uma espécie de “aparelho do PC do B”? Prefiro duvidar dessa hipótese e perceber se ela se sustenta ao longo do trabalho, pois antes acho necessária uma análise que procure compreender a dinâmica do jornal, a forma como era produzido, juntamente com a maneira que propunha o combate à Ditadura em suas páginas. A partir daí acho que será possível, inclusive, sustentar a idéia da influência do PC do B sobre o jornal, ou até mesmo perceber que o programa do jornal se aproximava daquele do partido e, por isso, atraiu seus militantes, e porquê não, inclusive, militantes de outras organizações.

15 KUCINSKI, B. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.p.349.

A forma como o jornal atuou está ligada diretamente ao significado que ele teve para aqueles que participaram dessa experiência. Esse significado pode não ter sido único, e perceber essa pluralidade poderá me ajudar a entender o desenrolar de sua trajetória. O estudo de *Movimento* vai ganhando sentido a partir do momento em que busco nele um reflexo de parte da trajetória da oposição, não simplesmente a trajetória de um jornal, mas de um grupo que combateu a Ditadura. *Movimento* tem força e valor não apenas por “guardar” os ideais de um período histórico, mas possivelmente por haver sido um espaço de convívio da oposição, numa época em que restavam poucos locais de atuação.

Para compreender melhor a atuação de Movimento nesses anos, separei meu trabalho em três momentos. Num primeiro momento, que corresponde ao primeiro capítulo, faço um breve resumo do contexto, procurando enfatizar que as formas de participação da sociedade civil foram várias, entre elas o apoio da imprensa ao Golpe, por exemplo. Mas também houve mobilização contra e, nesse ponto, chego à imprensa alternativa como um exemplo de contestação. *Movimento*, então, é apresentado em trechos onde relato como surgiu, qual era sua proposta e como chegou ao seu fim. Retomo aquilo que já foi dito, através de outras pesquisas a seu respeito. Vejo a necessidade de recuperar parte da trajetória desses grupos que compunham a oposição para, assim, entender se o grupo do jornal os representava, tal qual uma pequena amostra de toda oposição naquele momento. Uma vez que isso se confirme poderei verificar se o jornal representava uma espécie de “microcosmo” da oposição, considerando seu programa amplo que pretendia abarcar todas as tendências de oposição. Ao final desse primeiro capítulo, verifico a possibilidade de trabalhar Movimento, como um espaço de sociabilidade para a oposição, até que ponto seria possível pensá-lo assim.

No segundo capítulo, chego às suas páginas através dos movimentos sociais. Busco o sentido que tais movimentos tinham para o jornal. Faço uma apresentação das mobilizações que foram ali mais presentes, pois foi este o critério que utilizei para selecioná-las. A importância das greves dos metalúrgicos, amplamente coberta por *Movimento* fez com que a maior parte de minha atenção se voltasse para elas. Os demais movimentos que tiveram destaque (porém bem menor que as greves do ABC paulista), e aqui me baseei na cobertura contínua que lhes era dada: foram o “Movimento Custo de

Vida” e a “reorganização da UNE”, ambos com importância para o jornal. A democracia, defendida pelo jornal através de uma frente ampla, implicava uma série de projeções e expectativas sobre esses movimentos. Mas será que essa discussão esteve presente apenas em suas páginas? Através de suas reuniões, registradas em atas será possível verificar até onde ela foi e se teve alguma consequência para o desenvolvimento do jornal. É a partir da cobertura dos movimentos sociais que pretendo começar a perceber os primeiros conflitos políticos internos ao jornal, e se esses chegaram até suas páginas. Constatados quais eram esses conflitos, então, poderei partir para a análise dessas divergências internas, que poderão me ajudar a compreender como se desenvolveu sua luta e o fim do jornal. A abordagem desses movimentos serve, aqui, portanto de parâmetro de análise para sua atuação na luta contra a ditadura.

Por fim, chego ao terceiro capítulo, no qual vou me deter no processo de produção de *Movimento* e em suas divergências internas. Como o grande número de reuniões havia chamado minha atenção, entendi que não poderia ignorar a dinâmica interna desse jornal e vou pensá-la a luz de seu projeto. Assim, procuro fazer um paralelo entre a forma de atuação que é proposta (que pude verificar na análise da cobertura dos movimentos sociais) com a forma que atuam trabalhando em grupo. Através dessa comparação busco entender o que significava participar de *Movimento*, se isso exigia apenas profissionalismo, ou se poderia considerar essa participação no jornal como uma forma de atuação política. Ao mesmo tempo, considerar essa hipótese implica também em pensar que tipo de conflitos isso gerava, pois o jornal não era um movimento social, nem um partido ou uma organização de oposição: era simplesmente um jornal. Surgem, também, as mudanças em relação ao pluripartidarismo que vão de encontro ao seu projeto de frente ampla e única, esbarram na atuação dos movimentos sociais, cabe nesse capítulo um espaço para perceber a repercussão que isso teve no semanário. Enfim, trata-se no limite, de compreender até que ponto as questões que perpassam toda a oposição estavam presentes entre esses jornalistas, e, se estavam, como influenciaram para que seu projeto chegasse ao fim, na medida em que a abertura política avançava.

Através desse percurso, pretendo perceber melhor como *Movimento* atuou na luta contra a Ditadura, e que papel os movimentos sociais tiveram dentro do jornal durante esse período. Este trabalho pretende, também, contribuir para a compreensão de

uma etapa da história do Brasil que espero possamos superar por completo, mas para isso ainda há muito que compreender, o que lembrar e o que punir:

O regime militar brasileiro tem sua história contada não pelo vencedor (invertendo a marca da história oficial), mas pelo vencido, ou seja, quem ganhou (as facções vitoriosas durante o seu longo exercício de poder) não levou. Quem conta a história do regime militar e adquire credibilidade entre a população são os perdedores que foram derrotados e tiveram suas crenças destroçadas. Assim, há uma condenação tácita aos seus atos de arbitrariedade. Entretanto, não há punições e os militares, embora queixosos da incompreensão histórica de que se acreditam vítimas, tiveram suas imagens preservadas, apesar do desgaste que a ocupação da arena política sempre traz aos protagonistas.¹⁶

A sensação de injustiça continua motivando as gerações que estiveram, direta ou indiretamente, ligadas ao autoritarismo da Ditadura, a pesquisar e a manter viva a lembrança desses tempos, pois a credibilidade que os perdedores têm não lhes servirá como justiça.

16 AQUINO, M.A. Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambigüidades, especificidades. IN: 1964-2004: 40 anos do Golpe: ditadura e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.65.

Capítulo I - Os projetos em torno de um semanário

1.1 Abertura política a uns e outros

Após quarenta anos do Golpe Militar de 1964, que destituiu o então presidente João Goulart, ainda é constrangedor pensar o quanto durou um regime que se pretendia “provisório”. O apoio que o golpe teve foi decisivo, apoio que permite caracterizá-lo como um golpe civil-militar.

Como exemplo dessa ação conjunta, volto ao final dos anos 50, quando essa “parceria” se consolidava, com o auxílio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O primeiro, tinha a pretensão de estudar as reformas de João Goulart sob uma ótica liberal. A instituição se dizia apartidária, apenas com objetivos educacionais e cívicos.¹⁷ O IPES estava dividido em grupos de estudos, cada qual responsável por levantar um tipo de informação. Havia um grupo responsável por influenciar os membros do Congresso, outro deveria acompanhar os acontecimentos políticos, outro deveria disseminar os objetivos do IPES para a imprensa falada e garantir a manipulação da opinião pública; outro ficava responsável por editar material impresso e pela publicação de livros.

Para buscar o financiamento dessas atividades foi criado o Grupo de Integração, que buscava fundos, e entre seus credores estava a CIA.¹⁸ Atuando junto ao IPES a partir de 1962, o IBAD, ajudava a promover valores “modernizantes-conservadores” atuando na formação de uma oposição a João Goulart. Tínhamos, então, várias áreas sendo cuidadas e servindo de meio de divulgação da ideologia pró-golpe, num movimento muito sutil que ia atraindo seguidores. Portanto, o golpe de 64 não foi uma iniciativa apenas militar: *“O que aconteceu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar levada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”*.¹⁹

O golpe de 1964 foi resultado de uma ação civil-militar que tinha como

17 DREIFUSS, R.A. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981 p.. 102.

18 Idem. p. 227.

19 Idem. p.230.

"cérebro" o general Golbery do Couto e Silva, membro da Escola Superior de Guerra (ESG), mais tarde responsável pelo surgimento do SNI - Serviço Nacional de Informações – que, inclusive, utilizou relatórios produzidos anteriormente pelo IPES sobre quase 400.000 brasileiros tidos como suspeitos de subversão. Portanto, a ação em conjunto entre civis e militares viabilizou a implantação do regime militar. Foram, porém, os militares que se revezaram na Presidência até 1985, o que justifica falar em uma ditadura militar, mesmo que tenha contado com o apoio de parte da população civil:

(...) se a preparação do golpe foi de fato ‘civil-militar’, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares em detrimento das lideranças golpistas civis. (...) mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar”²⁰

O primeiro militar a assumir a presidência foi Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-67), dando lugar a Artur da Costa e Silva (1967-69), posteriormente sucedido por uma junta militar no curto período de agosto a outubro de 1969.²¹ Em seguida, veio a posse de Emílio Garrastazu Médici (1969-74). Em 1974 Ernesto Geisel chega à presidência e, em 1979 é a vez de João Batista Figueiredo, ambos com um discurso defendendo o fim do regime autoritário. O movimento das *Diretas Já* ²² não conseguiu que se tivesse eleição direta para presidente, mas pressionou para que um civil assumisse a presidência: Tancredo Neves. No entanto, a morte inesperada de Tancredo, antes de sua posse, em 1985 levou José Sarney a assumir seu lugar como chefe maior da Nação. Mesmo eleito através de eleições indiretas, representava a volta de um civil como presidente, de forma articulada por militares e por civis.

É justamente a esse período que vou dar mais atenção. Um período que ficou conhecido como de transição para a democracia, mas que preservou muitos aspectos dos

20 FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, n° 47, jan-jun, 2004. p.52.

21 Essa junta foi composta pelos militares Aurélio Lyra Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de S. Mello.

22 O movimento *Diretas Já* exigia eleições presidenciais diretas, através da aprovação da emenda constitucional Dante de Oliveira (nome do deputado federal que a redigiu). Porém a emenda foi derrotada na Câmara dos Deputados, em 25 de abril de 1984.

períodos anteriores. Essa transição foi chamada de distensão ou abertura.

A transição para a democracia pode ser entendida como resultado da pressão da sociedade civil e, paralelamente, da falta de homogeneidade entre os militares. A escolha do substituto do presidente Ernesto Geisel (1975-1979) é um exemplo significativo dessa situação, por demonstrar que havia divergências entre os militares: uns viam a necessidade de mudanças; outros não queriam deixar “os métodos da repressão” de lado, que haviam marcado, principalmente, os anos sob o comando de Médici. Na disputa pela sucessão presidencial, existiam, portanto, duas forças. Uma representava a “linha dura”, através da eleição do General Sylvio Frota, Ministro do Exército. A outra propunha a continuidade da abertura política, na figura do General João Batista Figueiredo, chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação). Frota acabou sendo demitido e saindo da corrida presidencial²³:

"Exonerando Frota, Geisel venceu mais uma batalha, reforçou seu poder em relação ao público interno e demonstrou, para o meio civil, que seu objetivo seria alcançado independente dos obstáculos, mas sempre sob seu comando. Com seu ato, Geisel procurou colocar um ponto final nos problemas relativos à sua sucessão."²⁴

Essa transição, proposta pelos militares, na análise de Florestan Fernandes, buscava garantir nada mais que o poder da burguesia. O discurso democrático era uma forma de fortalecimento e cabia à oposição desmascarar a democracia burguesa. No seu entender, esse momento não era uma conquista da oposição, por isso ela não conduzia o processo:

"O que não se pode perder de vista é que a desagregação da ditadura foi e está sendo contida pelas forças sociais da burguesia - e não só pelos 'militares da linha dura' - e que são essas mesmas forças que conferem à ditadura a liberdade de regular a transição, determinando como se constituirão os partidos, os seus limites de identificação e de ação, os requisitos eleitorais exigidos legalmente."²⁵

Suseley Mathias também sugere algumas razões para o início dessa transição. Dentre elas, estariam a intenção de prolongar o tempo de vida do regime; tentar desvincular a repressão com os militares, fazendo assim uma democracia tutelar onde houvesse a possibilidade de intervenção; evitar o desgaste do poder com a perda do

23 ALVES, M.H.M. Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984). Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. p. 222.

24 MATHIAS, S.K. Distensão no Brasil – O projeto militar (1973-1979). Campinas, SP: Papirus, 1995. p.130-131.

25 FERNANDES, F. A Ditadura em Questão. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982. p. 68.

apoio civil; superar a crise econômica que até então "justificava" as ações governistas e manter a imagem de um país democrático no exterior. Todas essas hipóteses apontam para uma crise que provinha tanto das divergências entre os militares, como da própria sociedade civil: "a ditadura despolitiza a sociedade, mas não alcança impedir que a própria política penetre a instituição armada; a consequência é a divisão e, a partir daí, as crises (internas) que se sucedem (...)".²⁶ Assim, as críticas ao Regime Militar podiam ser usadas para reforçar determinadas vertentes dentro do poder.

Para Mathias, o termo *distensão* geralmente é utilizado dentro das análises de transições de regimes autoritários, podendo ser também chamado de liberalização, descompressão ou abertura.²⁷ A autora utiliza as definições de Guillermo O' Donnell e Philippe Schmitter. Ao analisarem transições dentro de regimes autoritários esses autores identificaram dois períodos distintos. Há um primeiro momento em que ocorre uma diminuição na repressão e o restabelecimento de alguns direitos individuais e coletivos. Posteriormente, são estabelecidas regras que garantem uma alternância no poder e eleições livres. A primeira fase é chamada de liberalização e a segunda de democratização.²⁸ A chamada liberalização, dentro desta análise, ficou ao encargo de Geisel e a democratização nas mãos de Figueiredo.²⁹

A pressão da oposição pode não ter sido a única responsável pela abertura, pois havia interesse por parte dos militares em defendê-la, naquele momento. Mas essa pressão não deve ser ignorada. Se a forma como ela foi conduzida não refletia os projetos da oposição, não quer dizer que as manifestações não motivaram as mudanças na política militar. O processo não deixou de ser conduzido pelos militares, como defende Florestan Fernandes. Parte dos militares entendia essas medidas como necessárias e parte da oposição poderia entendê-las como uma conquista. Isso só demonstra como não é simples tratar desse período do qual, às vezes, uma análise linear e homogênea pode limitar nossa compreensão.

O período administrado por Ernesto Geisel representava o início de uma nova

26 MATHIAS, S.K. Op. Cit. p.46.

27 Idem. p.11.

28 Idem. p.17-18.

29 Existe um debate em torno de qual a melhor denominação para esse período de transição, abertura ou distensão. Para essa pesquisa o entendo como um momento abertura política uma vez que o governo supostamente defendia essa posição, e que mesmo de forma muito tímida, algumas concessões foram feitas. Quanto a qual conceito utilizar para esse período sugiro a leitura dos trabalhos de Paulo Sérgio Pinheiro e Guillermo O'Donnell.

fase no governo. Uma crise econômica tornava necessário buscar apoio político. O sistema estava sendo questionado tanto pela sociedade civil como por parte dos militares. A fase anterior, administrada por Médici, havia deixado suas marcas devido à perseguição intensa à oposição e pelos métodos empregados. Toda a violência cometida – fosse ela através da tortura aos presos políticos ou através da censura aos órgãos de imprensa – trouxera mais opositores ao regime.

Desde a implementação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o Governo justificava suas perseguições como algo necessário ao pleno desenvolvimento do País. O ato atribuía ao Presidente o poder de fechar o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos, inclusive podendo demitir ou aposentar servidores públicos. Além disso, suspendia a emissão de Hábeas Corpus para crimes contra segurança nacional, os tribunais militares julgariam os crimes políticos, e os réus não teriam direito a recurso, uma vez enquadrados. Essas eram algumas de suas atribuições, que sufocaram a oposição, retirando qualquer direito que lhe restava:

“A conseqüência mais grave do Ato Institucional terá sido talvez que abriu caminho para a descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. (...) Por outro lado, a ausência de um prazo de vigência do ato significava que os poderes extraordinários haviam se tornado ordinários.”³⁰

Os perseguidos eram os subversivos, comunistas, que representavam um perigo ao desenvolvimento do país. As perseguições haviam calado boa parte da oposição, mas também estavam chamando a atenção de grupos da elite que levantavam uma bandeira pedindo um basta das prisões, e se colocavam a favor dos Direitos Humanos. Esses grupos eram representados pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Grupos como esses estavam dando apoio às famílias dos desaparecidos políticos, cobrando investigações e respostas para esses desaparecimentos. A partir de 1975, a censura prévia começava a ser extinta, e alguns jornais podiam falar sobre os casos de tortura e mais pessoas tomavam conhecimento do que acontecia nos porões da ditadura.³¹

Pensando em sua proposta de abertura, o governo deveria apresentar uma nova

30 ALVES, M.H.M. Op.Cit. p. 135.

31 ALVES, M.H.M. Op.Cit. p. 185-189.

forma de tratamento para com a oposição, o que realmente parece não ter acontecido. As prisões e torturas faziam parte do aparato militar, amparadas por outro braço do autoritarismo: a censura. Vetando os meios de comunicação as perseguições à oposição podiam ser efetuadas livremente (longe dos olhos da sociedade civil), e os desaparecimentos ganhavam a visão desejada pela polícia. A morte de Vladimir Herzog, do sindicalista Manoel Fiel Filho e o Pacote de Abril ³², comprovam isso. Geisel não poderia usar dos métodos de Médici, pois era isso que se esperava de um governo que sinalizava mudanças:

"Um terceiro fator condicionante da erosão da legitimidade foi a impossibilidade de Geisel se utilizar dos mesmos mecanismos legitimadores de seus antecessores. Assim, se em alguns momentos a repressão foi aceita como necessária para conter a subversão, já no final do governo Médici este tipo de ação encontrava resistência, pois não mais existia perigo aparente."³³

Eram várias³⁴ as formas de censura, mas sua justificativa era uma só: controlar a divulgação de idéias subversivas. Como em outros setores da sociedade, para o governo, os comunistas se infiltravam nas redações dos jornais para fazer uso da imprensa como instrumento de divulgação de seus ideais e, assim, interromper o processo "revolucionário" instaurado pelos militares.³⁵ Segundo Beatriz Kushinir, o

32 Um conjunto de medidas aprovado em 1977, que acabou limitando a atuação do MDB (partido de oposição dentro do sistema bipartidário imposto pelos militares após o golpe), o qual ganhava mais apoio desde 1974. Para a aprovação das medidas o presidente fechou o Congresso Nacional, o qual não concordava em aprová-las. A primeira delas pretendia criar um conselho da magistratura com poderes para controlar os juizes; a segunda visava permitir que os policiais civis fossem julgados por tribunais militares especiais (formados por oficiais da Polícia Militar). Significativa proteção para os policias e que tentativa de controle dos juizes. Ao fechar o Congresso - ação legitimada pelo AI-5 - as medidas foram aprovadas e para completar o pacote outras mais: um terço dos senadores seriam escolhidos de forma indireta, por colégios eleitorais estaduais (o que incluiria os vereadores) garantindo a vantagem para ARENA; as emendas constitucionais passariam a ser aprovadas pela maioria absoluta e não mais por 2/3 dos votos; cada estado passaria a eleger deputados federais através de um total de votos relativo a sua população e não mais no número de eleitores registrados, o que garantiu a eleição de um maior número de candidatos em estados menos populosos; a proporção da representação da população na Câmara foi truncada com o estabelecimento de maior número de cadeiras para os Estados menos populosos, e por fim, a Lei Falcão foi estendida às eleições estaduais e federais. Ao mesmo tempo que o governo permitia que o MDB se elegeisse tomou medidas suficientes para conter sua ação política, impossibilitando que aprovassem medidas defendidas pela oposição e também bons resultados nas votações favoráveis ao governo.

33 MATHIAS, S. K. Op. Ci.p. 44.

34 Quando falo em várias me refiro por exemplo quando o governo cortava os anúncios de empresas estatais em jornais ou pressionava diretamente anunciantes, uma forma de reduzir o patrocínio aos jornais. Ademais, não podemos esquecer algumas leis que iam delimitando a atuação do jornalista. Para saber melhor a respeito ver: MARCONI, P. Censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global Editora, 1980.

35 MARCONI, P. Censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global Editora, 1980, p. 19-22.

órgão fiscalizador da imprensa não era oficial, nem sequer aparecia no organograma da Polícia Federal ou do Ministério da Justiça.³⁶ Apenas através do decreto lei nº 1077/70 é que a censura prévia foi normalizada, o que para ela implica que a partir daquele momento passava a ser uma questão de Estado, e a decisão competia ao Ministério da Justiça. A censura prévia passava a estar garantida por lei.³⁷

Por mais que desmentissem sua existência publicamente, ela ocorria diretamente de duas formas: a censura prévia e a autocensura. A censura prévia “*determinava que tudo o que fosse preparado por um jornal seria encaminhado para a polícia antes da divulgação*”.³⁸ A autocensura era feita através da expedição de proibições contra a divulgação de determinados assuntos, por meio de telefonemas ou bilhetes encaminhados às redações³⁹, adotada inclusive, pela maioria, o que não deixava de ser uma forma de acatar e colaborar com o Regime. Segundo Maria Aparecida de Aquino, a censura prévia atuou no eixo Rio - São Paulo em apenas dois jornais de grande circulação: O Estado de São Paulo (OESP) e o Jornal da Tarde, entre agosto de 1972 e janeiro de 1975.⁴⁰ Esse período coincide com o início do projeto de abertura — com a chegada de Geisel — mas não parece ter sido uma relação fácil pois, em 1975, enquanto OESP era liberado da censura, um jornal semanário entrava em circulação já censurado. Trata-se do semanário *Movimento*.

1.2 Imprensa: formas de apoio e oposição à Ditadura

A participação civil também pode ser percebida através da colaboração da imprensa, o que fazia dessa ditadura “um acordo civil-militar”.⁴¹ Era uma relação que, quando estabelecida, trazia benefícios mútuos.

Segundo a análise de Celina R. Duarte, a liberdade concedida à imprensa naquele momento viabilizou o projeto de abertura, pois fortaleceu aqueles que apoiavam

36 KUSHINIR, B. Cães de Guarda. Jornalista e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2004. p.105.

37 KUSHINIR, B. Op.Cit. p.117.

38 SMITH, A.M. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.95

39 Idem. p.135.

40 AQUINO, M.A. Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999.p.38

41 KUSHINIR, B. Op.Cit.p.52.

Geisel⁴² e ajudou a recuperar a sua base de legitimidade. Diminuir o controle da informação, por outro lado, permitia preparar a sociedade para os tempos difíceis que se aproximavam com o fim do “milagre econômico” e, também, ao tornar público o projeto de abertura através da imprensa, ganhava apoio e facilitava que o grupo de Geisel fosse bem sucedido. Segundo a autora, antes mesmo de efetivamente tirar a censura de dentro de certos jornais, esses já estavam cientes, pois o Governo tratara de divulgar seu projeto para garantir o apoio da grande imprensa.

Beatriz Kushnir percebeu essa forma de participação através da atuação de jornalistas que não resistiram, e sim colaboraram com a ditadura. Trata-se de um caso muito específico que não deve ser generalizado. Para isso, ela recuperou parte do percurso (1969-1984) do jornal *Folha da Tarde*, pertencente ao *Grupo Folha da Manhã*. A autora encontrou jornalistas que atuaram como censores, assim como policiais que atuaram como jornalistas. A partir de 1969, o jornal *Folha da Tarde* deixou de abrigar em sua redação pessoas da esquerda e passou a ser comandado por pessoas da polícia. Seu editor, seu chefe de redação e seu secretário-geral eram “ex-policiais”, o que rendeu ao jornal o codinome de “o jornal de maior tiragem”, devido aos “tiras” (policiais) que compunham sua redação. Esse exemplo mostra como a opção pela autocensura, nesse caso específico, utilizada pela Folha da Tarde, foi uma forma de colaborar com os militares: “*Parte dos jornalistas e donos de jornal, entre outros setores da sociedade civil que, ao apoiarem os governos militares naquele momento, optaram por estar ao lado do poder, tornaram-se tanto agentes como ‘vítimas’ dessa autocensura. Fizeram, assim, dessa ditadura, um acordo civil-militar.*”⁴³

Além de servir como mais um exemplo de apoio civil através da imprensa à ditadura, acaba servindo também para ilustrar a tentativa de mudança de posicionamento diante do esfacelamento do regime, quando o jornal resolve passar para a oposição, no período de campanha por eleições diretas.⁴⁴ Apostando numa nova estratégia de marketing, em 1984 o grupo “*Folha*”, visa atingir ao público que tomava as ruas do país pedindo “Diretas Já”:

42 DUARTE, C.R. Imprensa e Democratização no Brasil. IN: Dados – Revista de Ciências Sociais. Vol.26,n.02. Rio de Janeiro, 1983.p. 181 – 195.

43 KUSHNIR, B. Op.Cit.p.52

44 KUSHNIR, B. Op.Cit.p.339.

“O país buscava novos ares e a Folha de São Paulo se engajava em transmitir ao público leitor sedento dessas informações. Por isso, era definitivamente imprescindível remover os ‘tiras’ da redação. Eles eram um dos símbolos de um Brasil obsoleto e, como a Anistia era recíproca, não se julgariam todos os seus atos.”⁴⁵

As mudanças dentro da *Folha da Tarde* refletiram, inicialmente, o apoio ao Regime Militar. Com a possibilidade de um civil retornar à Presidência somada à atitude da população pedindo por eleições diretas, o jornal mudou seu posicionamento. Buscou, então, passar de colaborador a um defensor nato da democracia. Seguir as novas diretrizes políticas naquele momento interessava política e economicamente ao jornal: “*Por isso é importante sublinhar o tom dessa transição tanto na Folha da Tarde como no país. Ela pontua como as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram, nesses episódios e em muitos outros, a tradição da conciliação.*”⁴⁶ Assim se esquece a parcela de participação que determinados órgãos de imprensa tiveram durante o regime e esses são lembrados como bravos defensores da democracia, que lutaram junto da população. E, mais uma vez, a ditadura foi algo ruim e a qual ninguém foi favorável; então, no mínimo, causa estranheza que tenha durado tantos anos.

A imprensa é um exemplo das formas de apoio que parcelas da sociedade civil prestaram ao Regime. Apenas reforço essa afirmação, pois a participação civil é apagada, às vezes, na tentativa de explicar o golpe como algo absurdo que nunca deveria ter acontecido, mas, no entanto aconteceu, e hoje, todos, em suas lembranças, foram oposição, o que torna a questão mais complicada: “*(...) a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve nada a ver com a ditadura.*”⁴⁷ Uma forma de buscar explicações que dêem conta daqueles anos, e amenizar os “culpados”: “*Um verdadeiro achado. A sociedade brasileira não só resistiu à ditadura, mas a venceu. Difícil imaginar poção melhor para revigorar a auto-estima.*”⁴⁸ Mas uma das formas de apoio da sociedade civil a esse período pode ser detectado através as atuação dos jornalistas, portanto, a partir da participação da imprensa nesse processo. Às vezes apoiando, às vezes combatendo. Este meu trabalho vai privilegiar aqueles que combateram a ditadura militar através da imprensa.

45 Idem, p.342.

46 Idem. p. 344.

47 REIS, D.A. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.p. 09.

48 Idem. p.71

1.3 Fazendo oposição: Jornal Movimento

Após essas considerações a respeito do período histórico, no qual se insere meu objeto de estudo – o jornal Movimento – dou prosseguimento introduzindo algumas explicações a respeito da imprensa alternativa, um conceito fundamental para se compreender a história e participação política desse semanário.

O semanário *Movimento* foi censurado de 1975 a 1978. Levando em consideração que sua última edição foi lançada em novembro de 1981, a maior parte de sua existência foi marcada pela censura prévia. O tratamento dispensado ao semanário, aparentemente, pode ser justificado por ele representara “imprensa alternativa”, também chamada de imprensa “nanica” para a qual a censura não foi a única forma de o Governo regular a informação transmitida.. Entre as medidas tomadas, uma visou colocá-los lentamente na ilegalidade, quando foi decretado que teriam suas matrículas canceladas, caso houvesse débitos junto à Fazenda Nacional.⁴⁹ Como a maioria dos nanicos não contava com o financiamento através de anunciantes (patrocinadores) como os grandes jornais, essa lei era um tiro certo no alvo.

O primeiro passo para começar entender qual foi a proposta de *Movimento*, seria perceber a distinção feita em relação à “grande imprensa”, e, dessa forma, chegar a entender o sentido da “imprensa alternativa”.

Em seu artigo “Imprensa Alternativa”, Sérgio Caparelli⁵⁰ trabalha com dados coletados através de formulários enviados às redações de diversos órgãos de imprensa alternativa, em janeiro de 1979. Ao discutir os termos usados como seus sinônimos, Caparelli reforça como “alternativa” seria a melhor definição, e não os demais sinônimos utilizados tais como *nanica*, *opinativa*, *política*, pressuposto deste trabalho também. No seu entender, toda publicação da imprensa é opinativa e política. Na grande imprensa, a opinião dos jornais, teoricamente, estaria sempre presente nos editoriais e o restante do jornal seria objetivo, neutro e imparcial. Não acreditando que isso fosse possível, cita um exemplo muito ilustrativo:

49 MARCONI, P. Censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global Editora, 1980. p.136.

50 CAPARELLI, S. "Imprensa Alternativa" in: Comunicação de massa sem massa. São Paulo: Summus, 1986.

“um editor do New York Times ressaltou a importância das manchetes do jornal em relação ao editorial ao afirmar ‘*Let me control the headlines and I shall not care who controls the editorials*’. Não só as manchetes expressam a opinião do jornal como interessava à direção controlá-las.”

Quanto ao adjetivo de imprensa política ele coloca: "Ideológicos não são todos os jornais? Acontece que é próprio da ideologia dominante considerar como naturais as idéias dominantes, procurando ideológica e falsamente apresentá-las como objetivas, neutras."⁵¹ O termo “ imprensa nanica” não parece interessante para Caparelli, pois sugere que esses jornais tinham uma vendagem baixa, o que nem sempre ocorria. Como exemplo, utiliza a tiragem do Pasquim que chegou a 100 mil exemplares.⁵² A própria visão da polícia a respeito desses jornais revela que sua abrangência era maior e por isso chamá-los de nanicos desmerecia sua vendagem.

Através de uma documentação do DEOPS pude ter acesso a algumas opiniões policiais a respeito da imprensa alternativa. A simples investigação acaba demonstrando que havia algum tipo de preocupação a esse respeito: “*Apesar de ser chamada de imprensa alternativa e às vezes de nanica, o seu poder de penetração é muito grande, pois a maioria de suas publicações está acima das 30.000*”.⁵³ Logo, nem a polícia via sentido em desmerecer o alcance desses periódicos, que se tornava maior ainda nesse contexto político.

O termo “alternativa” seria, então, o mais apropriado por estabelecer claramente uma oposição a outro tipo de imprensa, é a alternativa a ela. Portanto, sua definição surge na contraposição das principais características da grande imprensa: "Alternativa indica uma relação com outro, um alter que chama a si os que desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional."⁵⁴ Essas publicações se constituem uma contraposição à grande imprensa, o que as caracteriza como uma resposta, sendo reelaboradas sempre conforme as mudanças do objeto ao qual se contrapõe. Assim, *Movimento*, ao se definir no campo da imprensa alternativa, estava em contraposição aos jornais da grande imprensa coniventes ao Regime Militar.

51 Idem p. 43

52 *Movimento* chegou a atingir 20 mil exemplares distribuídos em banca e entre assinantes, em julho de 1978. Para Grande São Paulo seriam reservados 10.000 exemplares; para o Grande Rio 5.000 e para o restante do país 7.000. (FMOV – AP 295.04.027. Correspondência da administração para as demais sucursais do jornal.)

53 Dossiês Deops (Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo) – OS 1039/ doc.01 – “Jornal Em Tempo”
54 CAPARELLI, S. Op. Cit. p. 45

O jornal *Movimento* acompanha o momento de abertura política, e pode ser entendido como um exemplo da relação da oposição ao Estado nesse período. Por mais que pudessem existir divergências dentro desse grupo de jornalistas, existia uma posição em comum: a oposição ao regime político iniciado em 1964. Portanto, nele há opiniões sobre o rumo que o país deveria tomar dentro de um formato de imprensa alternativa.

O semanário *Movimento* teve sua primeira edição publicada no dia 7 de julho de 1975, seu corpo constituído por jornalistas dissidentes do semanário *Opinião*. A razão da dissidência foi estabelecida como a principal característica desse projeto que surgia em torno de *Movimento*: ser um jornal comandado por seus jornalistas e não pelo seu dono. No caso, *Opinião* já surgira com um dono, Fernando Gaspariam (na época empresário do setor têxtil), que reuniu ex-jornalistas da *Revista Realidade*. Com o fim da revista, esse grupo de jornalistas formou a editora *Arte e Comunicação*, responsável pela publicação de *Bondinho*, *Jornalivro* e *Grillo*⁵⁵.

Já havia a predisposição de se fazer um jornal voltado mais para os aspectos políticos, e não tanto voltado aos temas culturais, como até então o eram essas publicações. O projeto do jornal tornou-se viável quando Fernando Gaspariam se propôs a financiá-lo, abrindo mão de sua propriedade intelectual, a qual seria dos jornalistas, ficando a propriedade jurídica sob seu comando. Sendo a única forma, naquele momento, de se viabilizar o jornal, por mais que a proposta não correspondesse às expectativas do grupo, optou-se por aceitá-la:

“O propósito era o seguinte e fora decidido em reunião pelo grupo: fazer *Opinião* nas bases propostas, para formar uma equipe e adquirir experiência até onde fosse possível. Depois se a experiência fosse interrompida (...) prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem (...) tivessem poder de decisão para garantir a observação de suas idéias”.⁵⁶

O jornal, portanto, não seria efetivamente de propriedade dos jornalistas. Isso ficou claro, segundo Raimundo Pereira, então editor, quando ele foi demitido. A

55 *Bondinho*, lançada em novembro de 1970, era uma revista voltada para a classe média paulistana e distribuída pelos Supermercados Pão de Açúcar; *Grilo* foi uma revista de quadrinhos, lançada em Outubro de 1971; e *Jornalivro* publicava textos literários nacionais e estrangeiros – os clássicos- lançada em 1971. (KUCINSKI, B. Op.Cit.p. 235-238.)

56 “Nasce um jornal”. *Movimento*, n.0, 07 de julho de 1975.p.04/ Ainda segundo Kucinski o jornal se propunha a ter “o distanciamento de ideologias ou partidos políticos e grupos; a defesa dos direitos dos cidadãos e das liberdades democráticas; a defesa dos recursos nacionais e da cultura nacional; a defesa dos direitos do consumidor e da preservação do meio-ambiente.” (p.309)

demissão partiu de uma decisão de Gasparian, sem consultar a redação e, portanto “(...) ele não consultou a equipe e assim – no entender de toda a redação - violou a prática democrática de decisões que julgávamos fundamental para a manutenção das características do jornal”.⁵⁷ A decisão foi significativa e teve peso pelo momento político em questão.⁵⁸ Ainda a respeito desse incidente, Rivaldo Chinem (ex-colaborador) acrescenta mais alguns detalhes que teriam desencadeado a demissão do editor:

“O choque que levaria à ruptura entre a equipe de Raimundo e Gasparian deu-se no marco das eleições parlamentares de 1974. (...) *Opinião* criticou um parlamentar mineiro eleito com apoio do grupo dos chamados ‘autênticos’, os mais conseqüentes. Gasparian irritou-se com a reportagem, que chamou o parlamentar de ‘adesista’, porque em seu entender o rapaz era ‘autêntico’.”⁵⁹

A saída de Raimundo foi acompanhada por parte da redação também insatisfeita. Começava, nesse momento, o projeto do jornal Movimento. O que os unia era a vontade de constituir uma equipe onde não houvesse uma centralização das decisões. Como modelo, tinham o semanário francês *Le Monde*. Outro ponto do qual queriam se diferenciar de *Opinião* era de tornar sua linguagem mais acessível, pois afirmavam uma preocupação em atingir os trabalhadores. O projeto do jornal procurava servir de “resposta” ao modelo da grande imprensa, que consideravam como aquelas “(...) aferradas a grandes interesses econômicos, defensoras interessadas de um modelo de desenvolvimento baseado nas grandes empresas como elas e seus anunciantes”.⁶⁰ Procurando não se vincular a esses interesses, esperavam uma atuação mais crítica de seus jornalistas:

“(...) acreditava-se que a tarefa do jornalista não é apenas a de descrever o mundo, mas de ajudar a transformá-lo; e que as grandes empresas jornalísticas tinham, quase todas, se acomodado a uma situação de censura progressiva que vinha asfixiando a imprensa brasileira há algum tempo.”⁶¹

57 Idem.p.04

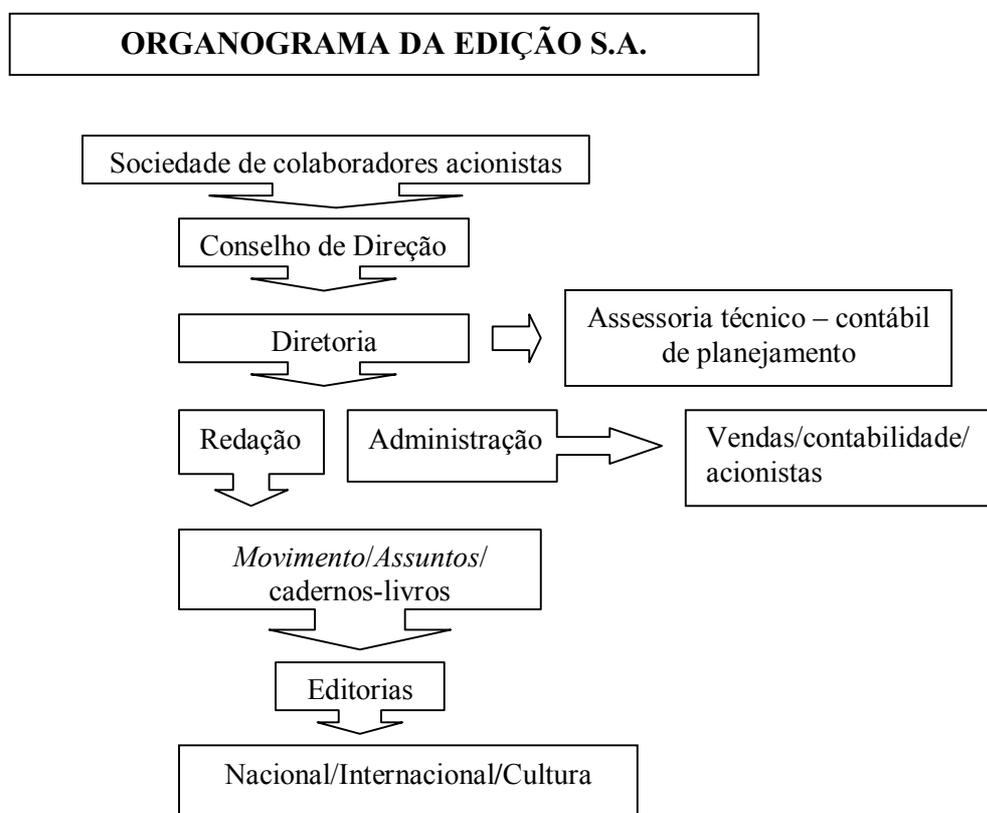
58 Ibid.

59 CHINEM,R. Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. São Paulo: Disal, 2004. p.116.

60 “Nasce um jornal”. Movimento,n.0, 07 de julho de 1975 p.04

61 Idem.p.04

Havia, então, um grupo de pessoas interessadas na formulação de um outro jornal que procurasse efetivar aquilo que Opinião, para elas, não havia conseguido. O problema inicial foi o mesmo: de onde viria o capital? Nesse caso, encontrou-se a solução através da formação de uma sociedade anônima, a Edição S.A. – editora de livros, jornais e revistas – por meio da qual se colocaria à venda suas ações.⁶² A editora localizava-se na cidade de São Paulo, bairro de Pinheiros. Movimento era o “carro-chefe”, mas havia outras publicações, que, no entanto, eram suplementos produzidos sem freqüência. Portanto, a estrutura do jornal Movimento estava inserida na Edição S.A., a qual era estruturada da seguinte forma⁶³:



O ideal seria manter a maioria das ações nas mãos dos jornalistas, o que se viabilizou através da doação de ações para aqueles colegas que não tinham condições de adquiri-las. O total estimado para se iniciar o jornal era de 1 milhão de cruzeiros, o que

62 Essa prática já havia sido implantada em Porto Alegre, através do Coojornal fruto de uma Cooperartiva de jornalistas: “Coube aos gaúchos o mérito de desenvolver um modo consciente e sistemático a solução cooperativista como alternativa formal à propriedade capitalista dos jornais da grande imprensa.” (KUCINSKI, B. Op.Cit. p. 106.)

63 FMOV - AP 286.02.001 – Primeira Reunião do Grupo Executivo do Conselho de Redação, 05/11/1977.

equivalia à venda de 200 ações, cada qual valendo 5.000,00 cruzeiros. Para a publicação do número zero, conseguiram 705 mil cruzeiros (160 acionistas), motivo pelo qual essa edição veio com o anúncio da venda de ações. Segundo dados de um Relatório, feito ainda em Junho, antes do lançamento do jornal⁶⁴, quando tinham 700 mil cruzeiros, contava-se com “100 jornalistas, 40 profissionais liberais (professores universitários, técnicos, médicos, engenheiros, publicitários) e alguns empresários” como cotistas. Já tinham uma sucursal em Brasília, Recife, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul.

O número zero marcou um início já conflituoso, mas com a polícia. Seus editores Raimundo Pereira e Antonio Carlos Ferreira foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional⁶⁵, segundo documento do DEOPS, que registra as atividades de Raimundo; ambos foram enquadrados nos artigos 16 e 45 da dita Lei de Segurança Nacional e a edição zero do jornal apreendida.⁶⁶ Posteriormente, seriam apreendidas mais três edições.⁶⁷

O lançamento do jornal não passaria despercebido pela polícia política. Pesquisando em alguns documentos do DEOPS, pode-se constatar isso. Eles se deram ao trabalho de fazer um cálculo estimativo dos custos para se produzir o jornal, a partir das informações que tinham:

“Hipoteticamente, foi feito o cálculo de um jornal tablóide do tipo ‘Movimento’, com as seguintes características: 5.000 exemplares de 24 páginas, impressão em preto e mais uma cor, papel jornal, preço aproximado Cr\$29.324,00. Cada jornal ao preço de Cr\$ 5,86 (?). No caso do jornal ‘Movimento’, com tiragem de 40.000 exemplares, o preço hipotético oscila em torno de Cr\$ 232.000,00, dependendo da diagramação, inclusão de mais cores, de fotolitos, de fotos, etc.”⁶⁸

O editor do jornal, Raimundo Pereira, aparece em uma série de documentos os quais relatam suas atividades tais como presença em reuniões na Universidade de São Paulo (USP), no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. A relação vem desde 1964, geralmente fazendo referência a reuniões de caráter “subversivo”. Entre eles, chama a atenção um documento de “coleta de dados/ levantamento – subversivo” muito extenso⁶⁹, praticamente um dossiê sobre Raimundo Pereira. Um relatório redigido pelo

64 Esse relatório se pretendia mensal, com notícias da empresa e do jornal. Fundo do Arquivo do Jornal Movimento (FMOV). AP 285.03.01 – Arquivo do Estado de São Paulo

65 Ibid. p.120.

66 Dossiês Deops – OS 1006.

67 CHINEM,R. p.123.

68 Dossiês Deops – OS 1038/doc.14 (15/agosto/1975)

69 Dossiê Deops – OS 1006/doc.06

policial infiltrado, “Queiroz”, numa reunião da Frente Nacional do Trabalho (FNT), inicia registrando que o editor como um dos oradores, em agosto de 1978. Constava ainda a informação de seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, devido ao número zero do jornal. Algumas reuniões são relatadas mais detalhadamente e sugerem sua ligação ao PC do B (Partido Comunista do Brasil):

“ O Epigrafado e Carlos Alberto Azevedo, reuniram-se e discutiram, além dos problemas políticos nacionais e internacionais uma nova forma de colaboração do tido para o jornal ‘Movimento’ (...) também nesses encontros, eram passados sugestões e artigos a serem inseridos no citado jornal, bem como material impresso do Pcdob.”⁷⁰

Se o editor já era “vigiado” pela polícia antes do lançamento do jornal, então ele interessava por suas relações políticas e, assim, o simples fato de estar envolvido num jornal como editor, também interessaria à polícia. Essas informações constavam nas declarações de um indivíduo informante da polícia que trabalhava para o jornal, supostamente. As sugestões de ligação ao PC do B nos registros policiais não paravam por aí. Ainda segundo um depoimento afirmava-se: “existe um acordo entre o jornal ‘Movimento’ cujo editor é o epigrafado e o PC do B (...) que os militantes daquele partido que viessem a ser detidos pelo órgão de Segurança, fossem amparados juridicamente pelos advogados daquele órgão de imprensa.”⁷¹

Se os tais advogados fossem aqueles já citados como pertencentes ao jornal e que atendiam a ex-presos políticos, a questão então talvez nem se restringisse ao Pc do B, mas a qualquer preso político. O jornal, assim como nasceu censurado, já nasceu vigiado. A presença de ex-presos políticos ia somando “itens subversivos” aos olhos da polícia. A censura ao número zero (que o tirou de circulação) talvez já estivesse reservada antes mesmo de este ser concluído.

O jornal aparece ainda numa espécie de dossiê a respeito da imprensa alternativa, intitulado “Principais Jornais da Imprensa Alternativa”, produzido, supostamente, em setembro de 1978. Nele constam alguns nomes de seus colaboradores e uma descrição de sua “orientação”, a qual seria de “Contestação ao Governo e ao Regime, através de campanha sistemática, baseada no ataque à dignidade de autoridades, prega o descrédito nas instituições governamentais e nas Forças Armadas.

70 Dossiê Deops – OS 1038/doc.03 (15/agosto/1975)

71 Dossiê Deops – OS 1006.

Incita movimentos grevistas e a luta de classes e propaga ideologia marxista.”⁷² Pela suposta data, essas conclusões já teriam sido tiradas a partir das matérias do jornal, e não apenas a partir daqueles que compunham sua redação.

Alguns exemplares do jornal estão arquivados, e algumas matérias sobre o jornal estão catalogadas, uma espécie de clipagem⁷³ do DEOPS. Entre elas estava uma nota da Folha de São Paulo, de 17 de novembro de 1981, que noticiava o fim do jornal Movimento. Este recorte estava colado numa folha branca onde se via anotado: “Jornal Movimento circulará somente mais uma vez!!!⁷⁴”. O que chama a atenção são as exclamações, que me parecem mais terem um tom de vitória do que de espanto (ver fig. 01).

Buscando democratizar a administração do jornal, foi formado um **Conselho Editorial** que escolheria o editor-chefe. Raimundo Pereira foi escolhido para o cargo e deveria selecionar os editores, responsabilizar-se pela admissão e demissão dos redatores, respondendo, posteriormente, ao Conselho de Redação. O Conselho Editorial deveria eleger, a cada ano, o editor do jornal, decidir e analisar a linha editorial e acompanhar o trabalho dos editores que seguiria a linha editorial estabelecida.

Compunham o Conselho Editorial nove personalidades apontadas como democráticas: Edgar de Godói da Mata Machado, ex-deputado federal; Francisco Buarque de Holanda, compositor; Hermilo Borba Carvalho Filho, romancista, folclorista e professor universitário; José de Alencar Furtado, segundo vice-presidente da Câmara Federal pelo MDB; Fernando Henrique Cardoso, sociólogo; Orlando Villas-Boas, administrador do Parque Nacional do Xingu e Audálio Dantas, presidente do Sindicatos dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.⁷⁵ Faltavam ainda dois outros membros do Conselho que o jornal advertia que seriam convidados.

Foi formado, também, um **Conselho de Redação**, composto por: Aguinaldo Silva, sub-editor de assuntos locais de O Globo; Antonio Carlos Ferreira (ex-Opinião) como editor-executivo; Bernardo Kucisnki (ex-Opinião) como editor especial; Elifas Andreato (ex-Opinião) como editor de arte; Fernando Peixoto, ator, como editor de cultura; Francisco de Oliveira (ex-Opinião), sociólogo; Francisco Pinto, ex-deputado federal; Jean Claude Bernardet, crítico e roteirista de cinema, ex-professor universitário;

72 Dossiê Deops – OP 0890

73 Atividade ou serviço profissional de recorte de matéria em jornais e revistas sobre determinado assunto, empresa, pessoa, etc.

74 Dossiê Deops – OP 0890

75 As pessoas são apresentadas com suas respectivas ocupações na época.

Marcos Gomes (ex-Opinião) como editor de economia; Maurício Azevedo, da sucursal carioca de O Estado de São Paulo; Raimundo Pereira (ex-Opinião); Teodomiro Braga (ex Opinião) como editor-assistente. Esse Conselho era o “*órgão máximo de decisão do jornal*”.⁷⁶ É um “*órgão de orientação e aconselhamentos, através da nomeação do editor-geral e dos diretores da Empresa Edição S.A.*” e “*manter a unidade do jornal em torno de seu programa através de reuniões formais bimestrais e orientação e assessoramento dos editores*”.⁷⁷ Havia um detalhamento de quem faria parte desse conselho e uma preocupação em se ouvir todos no jornal, minimizando, com o tempo, as possíveis diferenças entre chefes e subordinados:

“(…) o chefe não devia perder de vista a necessidade de aprender com o subalternos e de ser um exemplo (...) o subordinado deve respeitar a experiência dos chefes e o conhecimento dos intelectuais dedicados ao jornal mas ao procurar aprender com eles, exigir deles, ao mesmo tempo, decisões claras e democráticas e uma linguagem inteligível e educativa.”⁷⁸

No primeiro exemplar **os objetivos** do semanário estavam explicitados:

“Apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país pelos interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.”

Com esses objetivos definidos, antes mesmo da publicação do primeiro número, já havia a preocupação em se ter no jornal um espaço de ampla representação, como garantia de um espaço democrático. Essa dificuldade seria realmente enfrentada, uma vez que o jornal se propunha a abrigar diversas tendências políticas. Se essa diversidade de opiniões teve espaço, efetivamente, é algo a ser verificado, mas parecia constituir-se uma preocupação porque:

“Movimento (...) uniu várias correntes de esquerda, atraindo tanto os militantes que haviam se afastado da luta armada como grupos novos

76 FMOV. AP 285.05.08. p.26

77 Idem. p.26

78 Idem. p.27

que se animavam com o surgimento do jornal, vendo nele um espaço em que seria possível o exercício da ação política em um plano mais geral.”⁷⁹

Conseqüentemente, mesmo havendo um projeto em comum, o jornal não deixava de ser um espaço de conflito. Um exemplo foi “o racha de 77”. Parte da equipe retirou-se, pois não concordava com a orientação que o jornal vinha tomando:

“Havia, de um lado, o grupo dissidente defendendo que o jornal deveria ter uma orientação, fundamentalmente, socialista, ou seja, que representasse as idéias dos diferentes grupos de esquerda. Esse grupo não acreditava na possibilidade de ação em uma “frente política” que contasse com a participação de setores da burguesia e de grandes proprietários, pois não acreditavam que esses setores tivessem divergências fundamentais com o regime político. De outro lado, havia um grupo, hegemônico no jornal, que acreditava que a frente política se constitua no melhor caminho para derrotar a ditadura militar.”⁸⁰

Esses exemplos só demonstram que não havia uma única forma de se pensar dentro do jornal, que ali existiam conflitos. Esse racha ocorrido em 1977 deixa explícito que havia dúvidas quanto

“a orientação política correta para conduzir um processo revolucionário e como um jornal contribuiria para este fim; que relação o jornal (e a esquerda) deveria estabelecer com a pequena burguesia nacionalista e com as classes populares; como se tornar um jornal popular, quais as estratégias para derrubar a ditadura”.⁸¹

Assim, em maio de 1977, vinte e duas pessoas deixaram a equipe e deram início a um novo projeto, o jornal *Em Tempo*: “A linha do jornal seria um jornal de oposição, comprometido com a luta por liberdades democráticas, assumidas do ponto de vista dos trabalhadores. (...) um jornal sem temas proibidos, sem mito, não dogmático.”⁸² Claro que a construção de seus propósitos passaria por aspectos que contestava em *Movimento*, devido à dissidência. Isso sugere que, naquele momento, esse grupo contestava no jornal o fato de haver, no seu entender, temas proibidos, mitos e dogmas.

79 CHINEM, R. Op. Cit. P.119.

80 MONTIEL, R. Movimento: a janela para uma geração. São Paulo, 1996. Dissertação (mestrado) – FFLCH/USP. P.76

81 Idem. p.82

82 CHINEM, R. Op.Cit. p. 73.

O jornal *Movimento* servia como local de sociabilidade para a oposição daquele período e acabava refletindo as discussões que perpassavam estes grupos, às vezes tratados de forma homogênea – jornalistas de oposição ou a própria oposição – e perdendo de vista sua diversidade. Como exemplo, Montiel apresenta reuniões que eram marcadas pela presença de representantes de diversos movimentos, como de editores do jornal com advogados de presos políticos, pessoas ligadas às comunidades de base da Igreja, membros do MDB, operários e camponeses.⁸³ Esse aspecto só reforçava os propósitos do jornal e evidenciava como a redação servia de espaço de sociabilidade para uma oposição reprimida. O semanário não foi um espaço formado apenas por jornalistas profissionais. Ser jornalista não era requisito para estar ali, mas devia haver um sentido político para aquela participação. Segundo o próprio editor:

“A grande maioria dos redatores de Movimento era de ex- estudantes e jornalistas democráticos saídos de movimentos estudantis ou que tinham ambições profissionais, que viam no jornalismo alternativo uma forma mais acessível de se lançar na profissão. Um ou outro redator tinha sido militante das lutas clandestinas contra o regime. Mas a grande maioria, que tinha um papel decisivo na publicação, se compunha de participantes da luta política, e para eles o próprio jornal muitas vezes parecia a forma suprema de militância e organização. A explosão das lutas operárias, seu peso, suas dificuldades e o seu fascínio para a maioria dos jovens era, portanto, uma absoluta novidade.”⁸⁴

Após cinco anos de existência, a decisão de fechar *Movimento* foi tomada numa reunião em novembro de 1981, devido à crise financeira vivida pelo semanário. Não obstante o problema financeiro, o fim da censura, às vezes é citado como responsável, não só pelo fechamento de *Movimento*, mas de todos os órgãos de imprensa alternativa. O argumento relaciona o fim da censura com a volta da possibilidade de a grande imprensa tratar dos temas que, durante a censura, eram trabalhados apenas pelos alternativos, ocupando, assim, o espaço que cabia a esse tipo de imprensa. Porém essas temáticas com ou sem censura eram (são) pouco exploradas pela grande imprensa.⁸⁵

Para compreender o fim do jornal, Maria Aparecida de Aquino trabalha com duas questões que poderiam contemplar essa explicação: “*o próprio momento histórico, ao lado dos objetivos do grupo representado no poder do Estado*” e “*a situação interna*”

83 MONTIEL, R. Op.Cit. p.83

84 CHINEM, R. p.127.

85 AQUINO, M.A. Op.Cit.p.192

do periódico".⁸⁶ Mesmo dentro da política de abertura, momento em que alguns setores da imprensa deixaram de ser vetados, *Movimento* teve a censura ainda presente em suas páginas. Como já foi dito, o jornal não fazia uma crítica temporária ou pontual ao Regime, mas se colocava contra ele. Essa posição fez com que, mesmo sem censura, outras medidas fossem tomadas visando à desarticulação de sua equipe.⁸⁷ Entre essas "medidas", bombas colocadas em bancas de jornal, abertura de inquéritos contra seus jornalistas.... De outro lado, a volta do pluripartidarismo, possibilitou que as diferenças dentro da oposição ficassem mais evidentes, e *"tornou viável o aparecimento de jornais de tendência, antes abrigados dentro de uma imprensa alternativa que se caracterizava como uma frente progressista como o Movimento."*⁸⁸ A oposição se dividiu, motivada por suas divergências, e essa é uma das explicações apontadas por Aquino para explicar seu fim. Nesse sentido, a coesão dos jornalistas que formavam a equipe do jornal foi abalada, uma vez que o autoritarismo ia se esfacelando:

"(...) muitas e variadas foram as cisões internas em Movimento. Porém, além da discussão sobre o alcance efetivo que obteve a democracia interna no semanário, interessa posicionar o fato de que o projeto de abertura política e, dentro dele, o pluripartidarismo tornam a imprensa alternativa de "frente", tal como a frente oposicionista do MDB, irremediavelmente datados, circunscritos àquele período histórico."⁸⁹

Em parte, suas colocações vão de encontro com as explicações apresentadas no último número do jornal. Entre os motivos que justificam a crise para o fechamento estão: *"os atentados às bancas de jornal, a crise econômica, a conjuntura particular vivida pelo movimento oposicionista e a má colocação de recursos (...)"*.⁹⁰ Como uma causa secundária, as divergências são apontadas como responsáveis pela crise, devido a *"(...) muitos companheiros terem passado a combater o programa político-editorial aprovado coletivamente e se posto a trabalhar política, jornalística e mesmo comercialmente contra a idéia de formação de uma ampla frente oposicionista"*.

86 Idem.p.194

87 O que não foi privilégio do Movimento, mas de outros órgãos de imprensa alternativa.

88 AQUINO,M.A. Op.Cit.p.197

89 Idem.p.199

90 *Movimento*. Nº334 , 23 a 30 de novembro de 1981.p.19.

O avanço da abertura política interferiu nesse processo, pois possibilitou que a oposição se fragmentasse efetivamente, encontrando representação em seus próprios jornais:

“O esforço despendido pelas diversas correntes para construir seus jornais coloca inevitavelmente em debate o futuro da ‘imprensa alternativa’ tal como existia antes de 78.(...) Surge a necessidade de se levar adiante uma dupla tarefa: fortalecer as publicações de tendência para que estas possam defender seus programas e pontos de vista, e ao mesmo tempo aglutinar forças em torno de um programa oposicionista amplo, popular e democrático(...)”⁹¹

Movimento sai de circulação, mas na carta que distribuiu aos assinantes, afirmava que seus propósitos não terminavam ali: “certos de que as virtudes de *Movimento* sobreviverão e serão aproveitadas em novos projetos que ajudem nosso povo a conquistar liberdades políticas, a independência de nosso país e a elevação de seu padrão de vida.”⁹² Seu fim poderia ser entendido como resultado da pressão do Governo, que tinha seus meios legais e “ilegais”, e fora as desavenças internas ao jornal, e diante do fim da ditadura, quando as questões postas eram outras, muitos grupos políticos se rearranjaram, entre eles, o grupo de *Movimento*.

1.4 Fazer Oposição: O que os unia e os separava

Em sua tese de doutorado, defendida em 1998, Maria Paula Nascimento Araújo pretende recuperar a história de inúmeros grupos da chamada “nova esquerda”, os representantes de organizações dissidentes e movimentos de minorias políticas. Seu estudo está focado nas esquerdas brasileiras durante o regime militar, tendo como fonte alguns jornais da imprensa alternativa que segundo ela “*expressam os pontos de vista de intelectuais de esquerda, militantes e organizações políticas impedidas de se manifestarem livremente.*”⁹³ Para ela, as dissidências foram uma das marcas desse período:

“Politicamente, a idéia expressou-se numa militância muito marcada pela dissidência e pela heterodoxia. A princípio, surgiram no mundo todo organizações dissidentes das matrizes comunistas oficiais e alguns anos depois, movimentos políticos peculiares (...) grupos e movimentos que enfatizavam a diferença e a pontualidade.”⁹⁴

91 Idem. p.20

92 Dossiê Deops – OP 0890

93 ARAUJO, M.P.N. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 11

94 Idem, p.17.

Então, por que buscar essa discussão nos órgãos de imprensa alternativa?

Justamente porque:

“[o] processo vivido por esses jornais, constituiu uma das contradições mais importantes da imprensa alternativa de esquerda: eles representavam a busca de um espaço legal de atuação política, mas sua dinâmica era dada por partidos e organizações de esquerda, na época clandestina. Partidos e organizações que, por mais que visassem ao exercício democrático e ao pluralismo, reproduziam vícios típicos da clandestinidade. Por não conseguirem superar essa marca, os jornais alternativos (...) pautaram sua atuação por uma série de divergências, cisões e acusações de ‘aparelhamento’ partidário.”⁹⁵

Se esses eram espaços “acolhedores” de ex-integrantes ou integrantes de organizações de esquerda da época, seus ideais deveriam, certamente, influenciar a produção dos jornais, mas a política não transparecia apenas nos órgão de imprensa alternativa. Na grande imprensa ela estava presente, talvez de forma mais homogênea, o que não ocorria nos espaços destinados à esquerda, uma vez que essa era marcada por divergências que não teriam como ser esquecidas e que talvez estivesse além de um “aparelhamento partidário” planejado. Essa idéia parece interessante para ser utilizada nesses jornais. No caso de *Movimento*, procuro – mais do que constatar um “aparelhamento partidário” que às vezes já é dado como fato – percebê-lo como um espaço de discussão de pessoas que não encontravam representatividade em outros locais. Não se trata de acatar a proposta inicial do semanário de ser um espaço democrático. É importante perceber que as dissidências faziam parte do jornal uma vez que faziam parte da esquerda. É esse sentido que pretendo dar ao jornal para compreender sua atuação durante a ditadura, como um exemplo de “microcosmo” da oposição. Mas para compreender esse microcosmo é fundamental recuperar o macro e voltar a algumas discussões que marcaram a esquerda nesse período.

Para isso utilizo alguns estudos sobre os partidos e as organizações de esquerda que atuaram durante o Regime Militar. Trabalhos de Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Jacob Gorender, foram elucidativos e serviram bem aos meus propósitos, que já ressalto se restringem a perceber divergências básicas e como esses grupos se separaram. Retomar algumas divergências que compuseram essa cena das organizações de esquerda nesses anos de ditadura pode ajudar na elucidação desse cenário. O que

95 Idem, p.28.

interessa dentro desta discussão é perceber se tais divergências se refletiram no jornal e, se assim foi compreendê-las dentro da dinâmica deste grupo.

Em seus estudos sobre comunistas, a partir dos anos 60, Daniel Aarão Reis Filho procura as explicações para as organizações comunistas dentro delas mesmas, e não se prende às explicações que davam conta das organizações internacionais. Assim, nem sempre o que ocorria aqui se dava por determinação do modelo soviético, cubano ou chinês. Procura ele compreender “as derrotas dessas organizações “(...) *em nosso próprio país. O que está em jogo é a determinação (ou não) da autonomia das organizações comunistas brasileiras e o tipo de relacionamento que estabelecem com os centros revolucionários internacionais.*”⁹⁶

Alguns pontos os separavam, mas estavam unidos por reivindicações-chave: tinham os mesmos “inimigos”, o latifúndio e o imperialismo, e acreditavam na revolução para detê-los. Para este trabalho é importante saber como essas posições estavam presentes no jornal, ou melhor, qual tendência estava mais bem representada, não se esquecendo de perceber, caso houvesse uma tendência majoritária, as demais tendências lá dentro e como se dava esse conflito, e em que isso influenciou na formação e desenvolvimento desse semanário. Portanto, aqui, falar em oposição ou em esquerda (que em determinadas situações podem ter sentidos distintos) é falar em um grupo heterogêneo.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é uma das raízes desses grupos. Não cabe aqui discutir ou analisar a história do Partido – trabalho já feito – mas levantar alguns aspectos que dão conta das rupturas desses grupos, posteriormente. Voltando a 1958, o PCB “flertava” com uma possibilidade de aliança com as elites, visando assim ao “*desenvolvimento capitalista que corresponderia aos interesses de todo o povo*”.⁹⁷ Outro ponto gerador de conflitos era a questão em torno dos crimes de Stalin, “*defenderam a URSS relativizaram os crimes de Stálin*”.⁹⁸ Isso acabou dividindo o partido e diante desses impasses veio o Golpe. O PC do B foi resultado de uma cisão de um grupo stalinista minoritário dentro do PCB⁹⁹. O PC do B reivindicava o passado do

96REIS FILHO, D.A. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1990.p.78.

97Idem.p.24

98Idem..36.

99 RIDENTI,M. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p.27.

PCB como o verdadeiro partido comunista do Brasil, assim como “*seu patrimônio teórico (...) o marxismo-leninismo*”¹⁰⁰, e ia definindo seu apoio ao modelo chinês.

Outro tronco dessa divisão está na ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária), formada em 1961. Era outro grupo que discordava do PCB, pois não via a possibilidade de um acordo com a burguesia e já achava viável a implantação do socialismo, o que para o PC do B necessitaria de um período de transição¹⁰¹. A Ação Popular (AP) – outro pólo desses grupos - foi formada em 1962 a partir da junção de militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), fortemente influenciados pela Revolução Chinesa.¹⁰²

A partir do PCB, PC do B, ORM-POLOP e AP, irão surgir uma série de grupos em que essas diferenças tinham ressonância. Do PCB, vão surgir a Ação Libertadora Nacional (ALN), onde atuará Carlos Marighela; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que teve entre seus líderes Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender; o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), conhecido por realizar o seqüestro do embaixador norte-americano em 1969; e por “fim” a Dissidência Leninista (DL). A partir de dissidências da POLOP se formaram o Comando de Libertação Nacional (COLINA); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) a qual pertenceu Carlos Lamarca; a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); a Nova VPR; Partido Operário Comunista (POC); Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). De dentro da AP através das dissidências tivemos: o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); a Ação Popular Marxista-Leninista (APML); e parte integrou o PC do B. O PC do B, nas suas dissidências, produzirá o PCR e a Ala Vermelha.

Os aspectos políticos para Aarão são decisivos para se compreender essa divisão. Primeiro o impacto da derrota, com o Golpe de 64. Alguns grupos dissidentes preferiram partir para a prática “*não havia mais tempo para perder com discussões que não levavam a nada*”¹⁰³, significava partir para a luta armada; a exaltação de suas qualidades por se verem como a vanguarda da classe operária; e um choque de gerações devido a um número significativo de novos dirigentes aparecem após o golpe. Uma

100 FILHO REIS, D.A. Op.Cit. p.40.

101 Idem.p.89.

102 SILVA, A.O. História das tendências no Brasil. p.23

103 FILHO REIS, D.A. Op.Cit. p.52.

explicação de Marco Aurélio Garcia procura dividir em três aspectos as divergências presentes na esquerda brasileira na década de 60, segundo Marcelo Ridenti:

“(...) é possível subdividir em três grandes coordenadas as divergências entre os vários grupos em que se fragmentava a esquerda brasileira na década de 60: uma referente ao caráter da revolução brasileira; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução.”¹⁰⁴

A própria opção pela luta armada foi um dos vieses dessas divisões. A guerrilha, fosse ela urbana ou rural, já vinha sendo discutida, antes mesmo do AI-5, fato muitas vezes usado para justificar essa opção. Para Ridenti, o bloqueio institucional não teria sido o responsável pelo seu avanço¹⁰⁵. Assim, as decisões tomadas pelos comunistas brasileiros podiam ser efetivadas através de diretrizes internacionais, mas uma discussão independente dessas diretrizes existia no país.

Mesmo com suas divergências, algumas características eram comuns aos modelos dessas organizações as quais eram importantes para as organizações comunistas¹⁰⁶ e, dentre elas, o entendimento a respeito da Revolução. Essa ocorrência, e seu resultado era sempre visto com otimismo, talvez apenas com diferentes níveis de importância. O proletariado tinha uma função histórica definida, poderiam surgir diferentes ênfases ao seu papel, mas sempre a ele era atribuída a responsabilidade pela revolução. Os partidos disputavam entre si a condição de vanguarda, mas cada um internamente se organizava de forma independente, o que os tornava incompatíveis. Enquanto vanguarda caberia às organizações conduzir a luta operária e para isso era necessário um partido: “Sem este, o proletariado não passa de um conjunto desarmado. Desorientado, sem direção, fadado a derrotas.”¹⁰⁷ Temos até aqui três mitos: revolução, proletariado e partido.

As organizações comunistas não deixavam de ser “elites políticas formadas por elites sociais.”¹⁰⁸ Na verdade, por mais que a classe operária tivesse um papel histórico, os que estavam presentes nessas organizações, em seus quadros majoritariamente eram os intelectuais:

104 RIDENTI, M. Op. Cit. p.30.

105 Ibid. p.61.

106 FILHO REIS, D.A. Op. Cit. p.97.

107 Idem. p.115

108 Idem. p.170.

“Para concluir seria necessário insistir num aspecto central: é que a presença e a força dos intelectuais nas organizações comunistas não exprimem uma ‘debilidade’ ou ‘lacuna’ de ordem ‘conjuntural’ ou ‘tática’. Trata-se de uma característica essencial das organizações comunistas estruturalmente determinadas.”¹⁰⁹

Quando um operário assumia um cargo de direção, passava a ser um militante e perdia o contato com suas bases, deixando pouco a pouco de ser parte delas. Passava a agir como mais um do partido e assumia os traços de um intelectual, deixando de ser um operário. Essa característica também está presente na luta armada que se via como vanguarda, que deveria guiar os trabalhadores, pois sabia os caminhos da revolução¹¹⁰. Dessa forma, parece que os trabalhadores só conseguiriam se libertar se guiados por tais vanguardas. Essas organizações seguiam modelos semelhantes.

Ao mesmo tempo, os fatores que unem esses grupos são usados por Aarão para explicar seus “fracassos”. Por se prenderem à reprodução de um modelo, mesmo que vitorioso, não acharam seu caminho, isolando-se do contexto no qual estavam inseridos: *“Mas a comparação das experiências sugere a hipótese de que os comunistas brasileiros foram derrotados pelas semelhanças que os aproximavam (e não pelas diferenças que os separavam) das organizações e partidos vitoriosos.”*¹¹¹ Mesmo separados, foram corroídos pela mesma razão, por ficarem presos aos mesmos modelos e não perceberem as mudanças ao seu redor.

Motivos parecidos são sugeridos por Marcelo Ridenti, especificamente ao se referir aos grupos de luta armada, quando se distanciaram da sociedade brasileira e se afastaram dos movimentos sociais, e assim, de suas razões de luta se distanciando, por conseqüência da realidade social e política do país.¹¹² Isso acaba refletindo como eram grandes as divergências dentro da esquerda, divergências essas que consumiam tempo e os distanciavam de seus objetivos:

“(…) então as organizações passam a viver uma lógica de sobrevivência (contra os ataques da polícia), e de auto-destruição (pelos constantes questionamentos e cisões, gerados na incompatibilidade crescente entre a lógica interna de sobrevivência

109 Idem..p.172.

110 RIDENTI,M. Op.Cit.p.42.

111 FILHO REIS, D.A.Op.Cit.p.186.

112 RIDENTI,M.Op.Cit. p 258.

política do grupo armado e o momento da sociedade mais abrangente).”¹¹³

Temo um quadro que retrata quão dividida era a esquerda. A breve descrição acima apenas ajuda na contextualização e reforça que, mesmo fragmentada, a esquerda estava unida por objetivos em comum: os “inimigos” eram os mesmos, embora dividida e em constante processo de discussão. Tanto Aarão e Ridenti perceberam que as discussões internas acabaram consumindo essas organizações, pois resultaram em divisões e tomavam o tempo de sua ação/militância.

1.5 Movimento: um local de sociabilidade para a esquerda

Movimento já foi tema de outras pesquisas. Nenhum desses trabalhos pretendeu entender as divergências presentes no jornal de forma mais complexa. Isso porque alguns até constataram que elas existiam, mas não se focaram nessa questão ou a trataram superficialmente. Aquino não tinha como intenção compreender os “confrontos” entre esses jornalistas, mas fazer uma análise das matérias que foram censuradas e, portanto, vetadas parcial ou totalmente em sua publicação. Aquino trabalhou com a questão da censura prévia em *Movimento* e no jornal *O Estado de São Paulo*, através da comparação dos principais temas censurados em cada um deles.¹¹⁴

Em 1995, Célia Costa Cardoso, defendeu sua dissertação de Mestrado pela PUC-SP, na qual analisou as principais temáticas trabalhadas pelo jornal. Cardoso dá destaque ao *Movimento Custo de Vida*, entre outros movimentos populares e os discute, percebendo o jornal como um grupo homogêneo, e usa sua análise para reforçar o objetivo contestatório do jornal. Cardoso conseguiu, assim, produzir uma indexação das reportagens por assunto, o que constitui o segundo volume de sua dissertação.

Em 1996, Rosane Montiel, defendeu sua dissertação de mestrado na qual organizou os documentos do arquivo do Jornal *Movimento*. Estes se encontravam até então dispersos, quando Montiel interveio junto a Raimundo Pereira (ex-editor) e conseguiu a transferência de parte desses documentos para o Centro de Apoio à

113 Ibidem.

114 AQUINO.M.A. Op.Cit.p.22

Pesquisa Histórica da Universidade de São Paulo (CADH-USP). Em sua dissertação, ela faz uma análise breve do surgimento do jornal e de sua trajetória destacando alguns conflitos, o que já descaracteriza uma visão homogênea deste grupo. No entanto esses conflitos não constituem o enfoque de seu trabalho.

Antes de Montiel, o ex-jornalista do jornal, Bernardo Kucinski tivera acesso a esses documentos, ainda não organizados, que lhes foram emprestados por Raimundo, para auxiliar na sua pesquisa de doutorado, tese defendida em 1991, pela Escola de Comunicação e Arte da USP¹¹⁵. O resultado da pesquisa é uma análise da imprensa alternativa e especificamente de alguns periódicos, entre eles *Movimento*. No capítulo a respeito do periódico, Kucinski apresenta algumas análises que, talvez, possam parecer bem parciais, especificamente a visão de uma pessoa que esteve diretamente envolvida num dos momentos de divisão dentro do jornal e que culminou com a saída de parte de sua equipe.

Seu mérito está no fato de os conflitos dentro do jornal serem, pela primeira vez, melhor abordados. O jornalista afirma que o jornal nasceu vinculado ao PC do B, e explica sua saída e o racha por esse viés: *“Movimento nasceu vinculado ao PC do B através de três articulações distintas, que acabariam entrando em choque e levando à desagregação do jornal. Na origem desses conflitos está o caráter inconcluso do processo de fusão AP/PCdoB.”*¹¹⁶

Kucinski explica esse conflito pela teoria dos três mundos, onde o maoísmo é visto como uma fase da revolução socialista, tese essa aceita pela AP (Ação Popular), e não pelo PC do B. Para ele isso estava presente dentro do jornal, através de um “mentor intelectual” vinculado à AP, Duarte Pereira. Autor de uma seção dentro do jornal, Duarte, mantinha-se anônimo, vivendo na clandestinidade, e quem assinava sua coluna era Raimundo Pereira, segundo a análise de Kucinsky, em vista do que o coloca como “mentor intelectual”. Ele poderia, além disso, perceber como o jornal servia de espaço, por exemplo, para a formação política, e, assim, trazer mais contribuições para a compreensão dessa experiência. No entanto, o autor fez parte do jornal, logo sua versão é antes de tudo a versão de um membro dissidente, e disso talvez ele não tenha como

115 KUCINSKI, B. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

116 Idem. p.349.

fugir. Esse grupo dissidente teria saído, entre outros motivos, devido a uma matéria de sua autoria, que teria servido de estopim do conflito, conhecido como “racha de 77”.¹¹⁷

Por mais que tente parecer imparcial, não deixa de conduzir sua análise por suas impressões pessoais, embora elas não deixem de ser relevantes¹¹⁸. Assim, parece difícil atribuir uma única posição partidária dentro de um jornal, que se pretendia um centro de confluência de toda uma oposição heterogênea e esse pressuposto pode limitar o entendimento dos desdobramentos e conflitos nesse ambiente. Pode sim, ter havido uma hegemonia deste partido ali dentro, mas então prefiro lidar com essa idéia, que não implica ter sido o jornal produzido com essa finalidade precípua. Mais do que atribuir um juízo de valor às forças políticas presentes no jornal percebê-las enquanto representativas daquele período, assim “em vez de condená-los, historicizar sua experiência”.¹¹⁹ Entretanto, o próprio autor acaba cedendo a sua tese quando reconhece que o jornal não segue as “diretrizes” do PC do B:

“A edição número 199 de *Movimento*, na última semana de abril de 1979, surpreendeu a maior parte dos leitores, simpatizantes ou filiados ao PC do B e, principalmente, a cúpula do partido. Em página dupla, *Movimento* publicava um documento interno e polêmico do partido, a crítica de Pedro Pomar às concepções que levaram à implantação da guerrilha do Araguaia e, especialmente, à análise de João Amazonas sobre as causas da derrota. Essas críticas foram feitas durante a reunião na Lapa, em julho, mas ocultadas das bases do partido.”¹²⁰

Por isso fica problemático perceber o jornal como um “aparelho” de um partido e, por esse viés apenas, compreender seus conflitos. Se *Movimento* seguia as diretrizes do PC do B, isso refletia a vontade de uma maioria lá dentro? Sem tal interpretação, corre-se o risco de ignorar as mudanças e disputas dentro do jornal em momentos distintos.

117 KUCINSKI, B. *Op. Cit.* p.371.

118 Eis aqui um exemplo do tipo de análise feita pelo jornalista. Na tentativa de explicar o porquê da saída de parte da redação do jornal Opinião, que daria início ao jornal *Movimento*, Kucinski se baseia num possível “fosso cultural” dentro da equipe: “As relações pessoais entre o dono do jornal Fernando Gasparian e a equipe de Raimundo Pereira eram formais aos invés de amistosas. Havia entre eles um fosso social e cultural **intransponível**. O núcleo central do grupo provinha da baixa classe média, filhos de imigrantes, ou de nordestinos como era o caso de Raimundo Pereira. Além de **naturalmente** provincianos, a maioria, paulistas, havia se formado no clima das agitações dos anos de 1960, rejeitando os valores da classe média e desprezando as elites.” (KUCINSKI, B. *Op. Cit.* p.318/319)

119 KUSHINIR, B. *Op. Cit.* p.38.

120 KUCINSKI, B. *Op. Cit.* p.397.

Possivelmente Movimento atraiu militantes do PC do B por ter pontos que o aproximavam a proposta do partido, cabe então reconstituir quais era as principais diretrizes defendidas pelo jornal para entender essa possível aproximação. Somente através da análise dos ideais presentes no jornal isso será possível. Assim como aqui pretendo chegar a compreensão que esses jornalistas tinham daquele momento político, Tânia Regina de Lucca trabalhou com o entendimento que um grupo de intelectuais – que ela chama de intelectualidade pré-moderna – tinha do país, através da análise da *Revista do Brasil*, mensário editado em São Paulo. Sua pesquisa abrangeu a primeira fase da revista, de janeiro de 1916 a março de 1925. Segundo ela, na análise desse periódico pode-se identificar “*o que ela (a revista) detectava como problema e quais as soluções que propunha para os nossos males. Noutros termos, trata-se de dar conta dos quadros de referência, dos modelos e categorias que organizavam a sua percepção*”.¹²¹ Para compreender melhor o grupo que, no caso, se organiza em torno desta revista “importam não só os valores subjacentes às suas apropriações simbólicas, mas também ressaltar os grupos e interesses concretos aos quais se vinculavam.”¹²²

Entendo esses jornalistas ao redor do jornal, como um grupo de intelectuais - mesmo que não tivessem apenas jornalistas em sua composição - pelo fato de esse conglomerado de profissionais desempenhar uma atividade na qual há um maior esforço na elaboração intelectual, o que os caracterizaria, segundo Gramsci como tais:

“Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso”.¹²³

Trata-se apenas de, inicialmente, supor que esse grupo não era formado majoritariamente, por exemplo, de metalúrgicos.

121 DE LUCA, T.R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.p.29

122 Idem. p.30

123 GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.p. 6/7.

Jean-Francois Sirinelli propõe alguns cuidados ao se pesquisar qualquer grupo de intelectuais, ressaltando a importância em não se trabalhar com um conceito fechado de intelectual, mas que se deve estar atento a possíveis anacronismos cometidos por falta de contextualização. Trata-se, porém, geralmente, de grupos reduzidos e que se organizam ao redor de um projeto. Esse grupo pode estar unido através de uma revista ou, nesse caso, de um jornal. As redações são locais de sociabilidade - expressão usada por Sirinelli - e são, justamente, esses locais que mudam, o que não possibilita termos um conceito estático desses grupos:

"As estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados. Assim, se os "salões" na fronteira entre os dois séculos, constituíam uma casa importante no jogo de ludo dos intelectuais, com suas musas da sociabilidade, eles não figuram mais entre os elementos decisivos que hoje quadriculam e subtendem a intelectualidade."¹²⁴

O historiador pode identificar como essas estruturas de sociabilidade se (re)estruturam e aglutinam grupos de intelectuais. As discussões desses grupos podem revelar projetos para seu tempo, afirmando uma posição dentro das questões que os cercam. O estudo da produção de um jornal num determinado período pode demonstrar que projeto esse periódico tinha para seu país naquele momento, ou melhor, no caso de *Movimento*, os projetos que a esquerda discutia. Projetos, pois se um interesse em comum os unia, as diferenças não estavam "adormecidas", mas possivelmente aquele fosse o único espaço de representação na ocasião.

"O interessante em se trabalhar com a imprensa é perceber que mesmo quando defendem as mesmas posições não estão necessariamente defendendo os mesmos projetos e ideais. Em alguns momentos jornais da grande imprensa e da imprensa alternativa se colocaram contra o golpe e cabe aí buscar suas razões. Ser contrário ao golpe ou a favor da democracia não os colocava "num mesmo lugar", e é justamente em suas justificativas que encontraremos os pontos que os distanciavam. O ato de criticar o regime militar podia ter sentidos diversos: podia pedir mais rigidez ou pedir o fim de medidas autoritárias."¹²⁵

124 SIRINELLI, J.F. Os Intelectuais. IN: Remond, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996. p. 249

125 AQUINO, M.A. Caminhos Cruzados: imprensa e estado autoritário no Brasil (1964-80). Doutorado/USP, 1994

Trabalhando com um semanário da imprensa alternativa, portanto, tem-se como necessário especificar os aspectos exaltados e criticados por este e não apenas superficialmente defini-lo com um órgão de oposição. Pois, se definidos, como oposição aqueles que desde o princípio a partir do golpe, se opuseram àquele sistema político, cria-se uma primeira diferenciação dentro da esquerda. Isso porque, durante a abertura política, muitos jornais da grande imprensa e parcelas da sociedade civil que apoiaram o regime, estavam a favor de eleições diretas para presidente, hoje se vangloriam por terem feito parte da resistência ao Regime Militar. O semanário *Movimento*, entretanto, desde o início se colocou contra a Ditadura.

Maria Aparecida de Aquino, em seu trabalho de doutorado “*Caminhos Cruzados: imprensa e estado autoritário*”, defendido em 1994, parte para a análise da relação Estado/sociedade através da imprensa. Para isso, pesquisa a produção jornalística de *O Estado de São Paulo* (OESP), *Última Hora* (UH -RJ/SP) e *Folha de São Paulo* (FSP), acompanhando, nesses dois últimos, o trabalho de Samuel Wainer, que se inicia na UH e posteriormente passa para a FSP. Busca, também, a relação Estado /sociedade por outro viés, através dos processos de natureza política movidos contra os profissionais da imprensa.¹²⁶ Ela trabalha de forma cuidadosa, quando percebe que a maioria dos editoriais selecionados, por exemplo, eram de crítica ao regime militar. Mas o fato de estarem criticando, não os colocava como opositores ao golpe, como foi o caso de OESP. Foi preciso perceber os pontos criticados¹²⁷:

“Deste modo, apesar de estarmos frente de dois periódicos [UH/OESP] que se aproximam ao defender ardorosamente a democracia seus projetos democráticos são diversos e esta diversidade é definidora dos conteúdos que perpassam seus discursos, bem como dos recursos estilísticos que utilizam para melhor alcançar seus leitores. Nestes diferentes projetos, também está inscrito o destino histórico que lhes estava reservado em seu encontro/confronto com o Estado Autoritário brasileiro pós-64.”¹²⁸

Fica evidente que os projetos dos jornais mudam, em decorrência das mudanças políticas. Por isso a importância de se perceber por quem, para quem e por que o jornal era feito. A grande imprensa e a alternativa, mesmo estando em “lugares” diferentes, se aproximavam em algumas questões. No entanto, o simples fato de

126 AQUINO, M.A. *Caminhos Cruzados: imprensa e estado autoritário no Brasil (1964-80)*. Doutorado/USP, 1994. p. 07.

127 Idem.p.71/72.

128 Idem.p.81.

defenderem a mesma idéia não pode ser compreendido pela mesma razão: na verdade, elas tinham razões diferentes para isso. Seus atritos em relação ao Estado, entre outros motivos, passavam pela questão da liberdade de expressão, porém defendiam liberdades distintas:

“A imprensa de tipo convencional postula uma concepção de liberdade entendida como necessária, mas, vinculada a uma concepção liberal, ou seja, à temática da necessária independência dos periódicos em relação ao Estado. As condenações a ausência de liberdade de expressão se prendem, portanto, a interferências governamentais no exercício da liberdade de informar. Os órgãos de divulgação de médio e grande porte, principalmente, costumam funcionar como empresas que precisam para sua veiculação de grandes investimentos (...). Sua necessidade de financiamento implicam numa dependência de anunciantes (...). Isto forma uma rede de interesses de grandes financistas que se mescla ao grupo que detém o controle acionário do jornal(...). Dessa rede costumam fazer parte o governo (...). Fácil é compreender que, devolvidas parcialmente as garantias individuais e as liberdades democráticas pelo regime, incluindo a fundamental liberdade de imprensa, as áreas de atrito destes órgãos com o regime militar se limitaram bastante, assim como denúncias de irregularidades e arbítrios cometidos.”¹²⁹

Ao estudá-lo enquanto grupo, pretendo também recuperar a trajetória individual de seus integrantes, não buscando nelas encontrar a explicação exclusiva para o que se produziu no jornal, mas sim para, além disso, compreender as relações que foram estabelecidas e, quebradas, culminando na produção do jornal.

Assim, parecem ser bastante pertinentes as questões propostas por Bourdieu para a análise da produção de um indivíduo ou de um grupo: ter o cuidado de inseri-lo num contexto e não analisá-lo em si mesmo. Situá-lo dentro de um campo ideológico, o qual proporciona uma posição dentro de um campo intelectual, que se insere num campo político: “(...) *é necessário determinar previamente as funções de que se reveste este corpus no sistema das relações de concorrência e de conflitos entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual que, por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo do poder.*”¹³⁰

Sugere, primeiramente, que se perceba a relação com a classe dominante e, posteriormente, a disputa dentro de um campo intelectual que grupos em situação de concorrência disputam e, por fim, a construção do *habitus* que manteria o conjunto de

129 Ibid.

130 BOURDIEU.P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982. p.186.

práticas e das ideologias desse grupo. A trajetória dentro do campo intelectual será determinada pelo *habitus*.¹³¹ No caso do jornal, inicialmente, trata-se de dar atenção à sua relação com os demais jornais e demais grupos/ pessoas, que ocupam um lugar “semelhante” ou distante daquele a que este se propõe, e estabelecer sua posição em relação à classe dominante.

E são essas considerações que trago comigo neste trabalho. Uma forma de olhar o jornal para além do que suas páginas retratavam, buscando recuperar aquilo que não foi dito nelas. O que se discutia dentro de sua redação como um recorte do que a esquerda discutia e projetava para o país. Este é o sentido deste trabalho: sair das páginas e ir aos jornalistas.

131 “O terceiro e último momento corresponde à construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estrutura estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.” (Bourdieu, P. Op.Cit. p.191.)

Capítulo II – Movimento em defesa dos movimentos sociais

A forte presença de reportagens sobre movimentos sociais nas páginas de *Movimento* já havia sido constatada através de outras pesquisas. Maria Aparecida de Aquino analisou a questão da censura prévia no semanário e no jornal *O Estado de São Paulo*, através de uma comparação dos principais temas censurados em cada um. Dentre os principais vetos em *Movimento*, segundo a autora, estavam as “Questões Sociais” que, para ela, abrangiam

“as condições de vida e de trabalho das camadas populares em seu dia-a-dia. Além da cobertura dos chamados eventos de política nacional, como eleições, debates em Congressos, Assembléias Legislativas, Câmaras (...) movimentos de oposição institucionalizada (sindicatos e partidos), relações exteriores com outras instituições (...)”.¹³²

Outra pesquisa demonstrando o destaque dado a essa questão nas páginas do semanário foi concluída, em 1995, por Célia Costa Cardoso. Em sua dissertação de Mestrado, defendida na PUC-SP, Cardoso analisou as principais temáticas trabalhadas pelo jornal. Ela coloca entres eles os movimentos sociais, como por exemplo, o *Movimento Custo de Vida*: “(...) Esta grande quantidade de matérias referentes ao cotidiano e à forma de resistência dos populares (...) evidencia mais uma vez a luta da equipe do jornal pela reconquista do direito de cidadania”.¹³³ Cardoso conseguiu, assim, produzir uma indexação das reportagens por assunto, o que constitui o segundo volume de sua dissertação.

Previamente, portanto, já tinha conhecimento de que essa temática havia sido amplamente trabalhada pelo jornal. No que isso me ajudaria e por que trabalhar o jornal através dos movimentos sociais? Primeiro, por ser um recorte, já que ler todas suas edições ficava inviável. Segundo por acreditar que essa temática poderia conter aspectos reveladores das posições políticas assumidas pelo jornal. Assim, analisar a percepção do jornal a respeito dos movimentos sociais como uma maneira de detectar alguns de seus posicionamentos políticos, poderia ser interessante, porque, através das expectativas

132 AQUINO, M.A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999. p.174.

133 CARDOSO, C.C. *Movimento: um jornal alternativo*. (1975-1981). Dissertação de mestrado. PUC-SP, 1995. p.78.

criadas por eles e do entendimento do jornal a seu respeito, talvez eu conseguisse chegar ao(s) projeto(s) defendido(s) para o país pelo semanário *Movimento*, e perceber parte das discussões que perpassavam esse grupo, ganha importância e sentido, a partir do momento em que eram significativas para a oposição daquele período. Num certo sentido, trata-se de abordar o jornal, tomando como ponto de partida suas discussões políticas.

Esses movimentos tiveram muita repercussão na época, pois surpreenderam aqueles que esperavam que eles surgissem de uma forma organizada, via sindicato, por exemplo, mas eles vieram desafiando alguns modelos que causaram espanto e esperanças, principalmente dentro da área acadêmica. E, justamente por romperem com alguns padrões, posteriormente foram chamados de “novos movimentos sociais”, pois obedeciam, por assim dizer, a uma lógica própria, desconhecida, até então, pelos seus principais analistas no campo da sociologia. Dispensando uma forma tradicional de organização hierárquica, sugeriam uma possibilidade de transformação de “baixo para cima”, com uma conotação mais democrática. Organizados pela população mais carente, surgiram devido a razões de necessidade imediata, e não com uma proposta de transformação política clara.

A expectativa aconteceu devido ao momento de autoritarismo que limitava qualquer atuação política, e acarretava um papel de revolucionário a esses movimentos. Se antes as transformações na sociedade passavam, dentro de uma análise marxista, pela luta de classes, esses movimentos são vistos como uma opção à classe.¹³⁴ Não era simplesmente a condição de classe que os unia, era necessário recorrer a outras formas de análise para dar conta desse contexto, e elas foram encontradas nas suas experiências cotidianas¹³⁵, por exemplo: “(...) a possibilidade de auto-organização coletiva, fundada em uma identidade elaborada das opressões específicas, foi imediatamente reconhecida pelos pesquisadores.”¹³⁶ Quem compreendia nesses movimentos uma via de transformação por partirem das camadas populares, via ali uma saída para aquele momento de autoritarismo. Isso significava a possibilidade de efetivação de uma democracia de base. Tantas expectativas levaram alguns a rotulá-los, posteriormente, de fracassados, por não terem alcançado aquilo que se esperava deles.

134 PAOLI, M. Movimentos Sociais no Brasil: Em busca de um estatuto político. IN: HELLMANN, M. (org.) *Movimentos Sociais e a Democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.p.28.

135 Assim como Maria Célia Paoli, Eder Sader foi em busca de explicações na experiência cotidiana dos trabalhadores (SADER, E. Quando novos personagens entram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988).

136 PAOLI, M.p.30.

Uma expectativa parecida foi gerada dentro do jornal, onde, na verdade, não se deram conta, pelo seu próprio período de existência, de avaliar como tais movimentos cumpriram esse papel de transformador. A partir de uma análise mais geral a respeito dos movimentos sociais abordados pelo jornal, foi possível destacar aqueles que apareciam com mais frequência ou recebiam algum tipo de destaque. Pude perceber a forma como os “movimentos populares”¹³⁷ – assim chamados pelo semanário, quase não aparece a terminologia movimento social – eram vistos como uma forma fundamental de luta.

A hipótese de analisar as posições políticas do jornal através dessa perspectiva ganhou, assim, um novo sentido e importância. As lutas populares tinham espaço em suas páginas, pois se constituíam uma “arma” importante para o jornal, na luta contra a ditadura, e apoiá-los era a forma de o jornal combatê-la. Assim, deparei-me com uma temática que significava, também, um caminho para o jornal se aproximar dessas bases, ao tratar de questões que lhe diziam respeito diretamente, assim como para popularizá-lo, pois essa popularidade estava entre seus objetivos e, por isso mesmo, era necessária uma linguagem acessível aos trabalhadores, seu público-alvo.

Neste trabalho, procurei analisar a cobertura dada às greves do ABC Paulista e, para compreender melhor as projeções feitas sobre elas, recorri aos artigos publicados a respeito do Movimento Custo de Vida e sobre a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Optei por focar as greves, devido à abrangência de sua cobertura, e também os demais movimentos que, mesmo aparecendo com frequência bem menor que as greves, assim como elas, constituíram movimentos que ocorriam nos centros urbanos.

2.1 Frente Ampla e Democrática

Movimentos populares era a denominação mais usada, ou exclusivamente usada pelo jornal, sendo, inclusive, o nome de uma de suas colunas, editada a partir de janeiro de 1980. Antes, porém, de existir a coluna, o jornal já abria espaço para a cobertura e

137 Aqui faço uso do conceito de Movimentos Sociais junto de Movimento Populares, pois essa era a terminologia utilizada pelo jornal. Avaliações posteriores deram conta de diferenciá-los, ou a chamá-los especificamente de “novos movimentos sociais”. Não pretendo através desse trabalho, aprofundar essa questão.

análise desses fatos. Durante a leitura dos artigos selecionados, pude perceber as questões mais recorrentes e uma forma de entendimento a respeito desses movimentos. Assim, algumas idéias apareciam, constantemente, quando se tratava dessa questão. Expectativas, idealizadas ou não (como muitas vezes pareciam), reforçavam o porquê do espaço dedicado a esses movimentos e sua importância naquele momento político. Tais artigos evidenciavam posturas políticas, como se os movimentos populares fizessem parte de uma estratégia do jornal para o combate à ditadura.

Havia a preocupação em elevar a participação popular, pois esta seria a melhor forma para que mudanças acontecessem, porém queriam uma participação popular consciente. Esses movimentos, além de consolidarem a participação popular, eram uma forma de elevar a consciência política dos trabalhadores, pressuposto fundamental para a transformação, o que lhes atribuía um papel histórico:

“Isso significa que a luta por um modelo econômico-social que tenha por objetivo essencial melhorar substancialmente o padrão de vida dos trabalhadores (...) não poderá ter êxito sem uma democratização intensa da vida política e administrativa do país, que eleve decisivamente a participação popular em toda a vida nacional (...)”¹³⁸

Os movimentos populares em si eram importantes, mas tornavam-se mais importantes ainda ao agregarem questões políticas à sua causa. Essa tarefa deveria ser direcionada, aparentemente, por quem estava de fora, pois nem sempre se reconhecia essa potencialidade entre seus integrantes. Assim, os trabalhadores com um “baixo nível de consciência” teriam que ter um “apoio” para mudar esse quadro: “(...) apenas se conseguirá o aprofundamento das conquistas democráticas pelo avanço da organização e mobilização populares. (...) O momento é de potencializar o movimento popular, direcionando politicamente suas lutas.”¹³⁹

O crescimento dos movimentos populares era apontado como um dos responsáveis pela transformação do Regime – as mudanças promovidas ou prometidas – e reforçavam sua importância. O movimento popular estimulava e pressionava as mudanças naquele momento de abertura política:

138 Movimento, Nº 72 – 15/11/1976. p.02 – “Ensaio Populares – A Participação popular e a autonomia dos municípios.”

139 Movimento, Nº 251, 21 a 27/4/1980.p.09. “A tarefa de potencializar os movimentos sociais.”

“De qualquer, torna-se cada vez mais evidente que o crescimento do movimento popular é o responsável principal pelas características positivas que a conjuntura política do país vem adquirindo mais recentemente: é ele que força a uma divisão cada vez maior entre os grupos dominantes eleva o regime a fazer cada vez maiores concessões para tentar impedir o crescimento do campo oposicionista (...).”¹⁴⁰

Assim colocado, o jornal reconhecia que o regime estava cedendo e algumas mudanças eram resultantes da pressão da oposição e não apenas parte de uma estratégia militar. O momento se tornava importante também, pois era uma maneira de se unirem forças, constituindo assim uma frente democrática, posição defendida, amplamente, como a melhor forma de luta pelo fim da ditadura. Antes de tudo, era necessário trabalhar pela união da oposição, assim se teria força. As lutas populares poderiam promover essa junção de forças; afinal, mesmo com divergências, o interesse pela democracia era comum: “Combinando de forma mais ágil as lutas econômicas dos trabalhadores com as lutas políticas de todas as correntes oposicionistas por objetivos democráticos comuns, é que será possível fortalecer mais rapidamente a frente democrática e popular (...).”¹⁴¹

Por isso, era apontada como errônea a posição de isolamento que alguns movimentos populares assumiam, ao defender apenas interesses ligados às questões econômicas do trabalhador, devendo, na verdade, assumir uma postura política clara e ampla, tal qual o jornal:

“(...) entre os setores populares desenvolve-se o erro similar de considerar que o crescimento das forças populares é também um fenômeno interno das classes populares, que não inclui suas relações com o conjunto das outras classes sociais. Estes setores consideram o direito de greve como praticamente a única das liberdades democráticas que interessam ao proletariado, e acreditam que vão fazer, por exemplo, com que as forças proletárias se desenvolvam tratando exclusivamente das questões econômicas que opõem a burguesia ao proletariado.”¹⁴²

A democracia era vista como um princípio fundamental, inclusive esperava-se que os trabalhadores a compreendessem assim, pois viabilizaria as reivindicações da

140 Movimento, Nº 166, 04/09/1978, p.08 – “A maré da oposição – Raimundo Pereira.

141 Movimento, Nº 203, 21 a 27/05/79, p.06. “ Das greves à constituinte.” Alfredo Pereira. Matéria sobre greve dos funcionários públicos do Estado de São Paulo

142 Movimento, Nº 163, 14/8/1978. p.05 “A frente e a ditadura”, Raimundo Pereira.

classe operária. Era o ponto que interessava a todos, independente de divergências políticas. Logo, era em torno dele que o jornal pretendia articular forças:

“Nenhuma classe de nossa sociedade precisa mais da democracia do que a classe operária. Dizer que a classe operária só precisa de aumento salarial, do direito de greve, (...) é não compreender que para resolver todos esses problemas até o fim, a classe operária precisa acima de tudo da democracia em que ela seja a força decisiva.”¹⁴³

Portanto, esses movimentos não deveriam se isolar dos demais, pois a frente democrática, quando desprezada, significava o desprezo pela importância da retomada da democracia. No entendimento do semanário, essa postura representava um empecilho para o aprofundamento do movimento popular. A defesa dessa frente recaía também sobre o baixo nível de consciência política das massas, para a qual uma proposta ampla do jornal permitiria atingir a todos:

“A política de frente ampla decorre de um baixo nível de consciência política das massas: nessa situação, só uma política muito ampla, que procure aceitar as massas nos diversos níveis de consciência política em que elas se encontram, consegue mobilizá-las e atrair o maior número possível para a luta política.”¹⁴⁴

E o exemplo recai sobre o Movimento Contra a Carestia (MCC) que teria bandeiras muito amplas e mínimas¹⁴⁵, trazendo, assim, diversas pessoas, superando suas possíveis divergências por um propósito em comum.

Movimentos como o MCC, ajudavam a unir esses grupos por incluir entre suas reivindicações questões que interessavam a diversos setores da sociedade. As questões não eram diretamente uma proposta de transformação política, mas representavam necessidades básicas dessa população, a qual, uma vez despertada para a luta poderia ver a importância de associar suas reivindicações a uma proposta política. Acabavam “ajudando na luta de setores mais conscientes”, o que leva a entender que, mesmo admitindo que suas causas fossem amplas, seu nível de consciência não era ainda o nível de consciência política que se esperava deles. Esse exemplo recai sobre os metalúrgicos, que seriam mais conscientes: “E é ele também que facilita e ajuda outros

143 Movimento, Nº 200 ,16 a 22/07/79,p.10. “Do PT ao MDB.” Duarte Pacheco Pereira

144 Ibid.

145 Ibid.

movimentos políticos mais profundos, como o dos setores mais combativos e conseqüentes da oposição metalúrgica de São Paulo (...).”¹⁴⁶

O projeto de uma frente única, ao ser defendido, acabava embasando críticas e definindo posicionamentos nas páginas do jornal. Entre alguns posicionamentos estava a defesa do voto ao MDB nas eleições, pois viam nele a única forma de combate à ARENA através do processo eleitoral. Mais importante que anular o voto, era compreender que o MDB era um caminho para dar uma resposta à política da ARENA. O fato de o MDB apoiar interesses da burguesia não os impedia de dar seu apoio ao partido, pois, mais importante do que isso era apoiá-los nas eleições para que vencessem, representando assim a vitória de uma frente ampla pela democracia: “As eleições estão aí. A mais importante tarefa agora é vencê-las para o MDB. É mobilizar todos os esforços para mais um teste plebiscitário vitorioso. É manter a frente popular unida na prática e não somente na teoria.”¹⁴⁷ Por essa razão, posteriormente, a reforma partidária será vista como uma forma de se dividir a oposição, num momento em que o jornal “pregava” sua unidade, como o melhor caminho para a vitória

As tendências deveriam ser suprimidas, dando lugar a uma luta conjunta pela democracia: trabalhadores e burgueses, se defendessem os mesmos propósitos, deveriam deixar de lado suas diferenças de classe, diante das necessidades políticas do momento. Isso fazia parte do entendimento que o jornal tinha do que era ser um local democrático: abrir espaço para todos aqueles que defendessem os mesmos princípios que o seu. E combater aquilo que impedia a oposição de se aglutinar. Os movimentos populares ganham importância e sentido quando podem ajudar a unir e pressionar o governo e, assim, atuarem dentro de uma frente ampla e democrática, tal qual o jornal via como a melhor opção ao combate à ditadura.

2.2 Movimentos Populares no combate à ditadura

Os movimentos sociais começaram a aparecer com frequência a partir de 1977, através de críticas às condições de trabalho a que grande parte dos operários estavam

146 Movimento, Nº 163, 14/8/1978. p. 05 “A frente e a ditadura”, Raimundo Pereira.

147 Movimento, Nº 146, 10/04/1978, p.04. “O MDB e a Frente Popular”

expostos. Em 1976, os direitos trabalhistas estavam em pauta, assim como o sindicato passava a ser assunto, questionando-se sua ligação com o Governo e, portanto, a sua representatividade. Algumas campanhas salariais já apareciam junto às primeiras ameaças de greve. É possível constatar, também, através de pequenas notas, que alguns bairros paulistanos começavam a organizar grupos e buscar representatividade. Em 1978, o espaço para as manifestações cresceu significativamente, obviamente porque tais manifestações se avolumavam. O registro do 1º de Maio já dava sinais de uma rearticulação dos trabalhadores no ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano). As greves começavam a ser retratadas em suas páginas, não apenas a dos metalúrgicos, como também dos médicos do Hospital das Clínicas (SP), professores e bancários.

Em 12 de maio de 1978, a Scania paralisou suas atividades em São Bernardo do Campo, seguida três dias depois pela Ford, pela Mercedes e pela Volkswagen. Em uma semana, a paralisação chegava a Santo André e, posteriormente, à cidade de São Paulo. Num período de quatro meses, atingia-se o total de 235 mil trabalhadores parados.¹⁴⁸ Nas páginas do semanário, aparece com destaque a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com o afastamento de seu presidente, Luís Inácio da Silva; a imprensa fez greve e a União Nacional dos Estudantes (UNE) começou a se rearticular. Em 1980, as lutas no campo ganharam mais repercussão, assim como a dos estudantes, e as greves do ABC ainda eram notícia. As greves, definitivamente, tinham destaque em suas páginas.

É possível destacar o espaço reservado no jornal para a cobertura das greves no ABC paulista, através de uma análise que passa por mudanças e projeta expectativas sobre as mobilizações desses metalúrgicos. Primeiramente, vieram algumas críticas, sugerindo que as reivindicações salariais estivessem atreladas às reivindicações políticas. Essa era uma limitação apontada pelo jornal à greve do ABC, vista inicialmente com cautela:

“(...) é preciso reconhecer que esta organização e movimentação ainda é incipiente e que, apesar de os sindicatos e demais movimentos dos trabalhadores já colocarem certas reivindicações de caráter político ao lado das reivindicações econômicas (...) pode-se dizer que o nível de consciência entre os trabalhadores e de organização ainda é baixo.”¹⁴⁹

148 ABRAMO, L.W. *O Resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 1999. p.209

149 Movimento, Nº 148, p.05. “O fim do medo e do silêncio” – Roldão Oliveira

Apesar de a greve ser vista como principalmente econômica, o jornal não deixava de reconhecer questões importantes que o movimento abordava: “De outra parte, o elenco de reivindicações apresentadas pelos grevistas, embora se situe quase que exclusivamente no terreno econômico, denuncia as péssimas condições de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos.”¹⁵⁰

A mesma crítica estava voltada à postura inicial do então líder sindical Luís Inácio da Silva, que colocava a luta econômica acima da luta política, separando os trabalhadores dos estudantes e da Igreja, quando recusava o apoio desses setores à sua luta. O jornal discordava da separação das forças de oposição. A luta pela democracia não seria a principal causa dos metalúrgicos e aí residia uma outra crítica, por parte do jornal:

“As respostas mais polêmicas de Lula foram aquelas em que ele, como sempre fez, expôs seu pensamento economicista colocando a luta econômica acima da luta política e os momentos em que defendeu o isolamento da classe operária (...). Um terceiro ponto da entrevista também causaria polêmica (...). Foi nítida a alteração da posição de Lula. Em entrevistas anteriores ele desprezava completamente a luta dos trabalhadores pela democracia, falando da ‘política’ com tom de repúdio.”¹⁵¹

O caminho passava pela mobilização da classe trabalhadora que, dentro da sua experiência poderia elevar seu nível de consciência política: “Uma democracia nova e duradoura em nosso país só poderá existir com a mais ampla participação dos trabalhadores (...)”. A tarefa era primeiro instruir politicamente essa classe, e nesse sentido não deixavam de se ver como vanguarda, por mais que reconhecessem que essa consciência viria através de sua própria experiência e convívio:

“Trata-se de procurar ajudar no dia-a-dia da fábrica e do bairro, o processo prático da organização, da mobilização e da elevação do seu nível de consciência política (...). As comissões de fábrica e os comitês e entidades de trabalhadores nos bairros operários podem constituir-se numa contribuição imediata importante tanto para se superar o regime de arbítrio atual, como para ajudar na construção de uma democracia nova. A democracia que interessa aos operários não cairá do céu por milagre (...). Ela deve ser construída no dia-a-dia (...). De que maneira os operários apreenderão a democracia se não passo-a-passo através de sua própria experiência.”¹⁵²

150 Movimento, Nº155,19/06/78, p.08. “E os operários não estavam parados?”

151 Movimento, Nº152, 29/05/78, p.09. “As polêmicas de Lula”.

152 Movimento, Nº 159 – 17/07/1978, p.14 – “Democracia e grande indústria”.

Os operários ainda teriam que “aprender”, mas era fundamental colocá-los na luta, o resto seria consequência. As causas que isolavam o movimento do ABC de uma frente democrática eram suas reivindicações, ainda restritas às suas necessidades básicas e não às mudanças políticas. Essa crítica era feita, no início, ao movimento grevista, pelo jornal. Mas, algum tempo depois, em setembro de 1978, já era tratada de forma diferente:

“Cresce entre as lideranças operárias a convicção de que os trabalhadores devem condenar as reformas e fazer ampla propaganda da Constituinte, para serem tirados do estreito círculo do economicismo – das reivindicações que são justas, mas não vão além da porta da fábrica ou do esgoto ou calçamentos dos bairros pobres.”¹⁵³

Realmente, podia se tratar de “economicismo”, porém essas não seriam as exigências de uma pequena burguesia que não sentia falta de nada disso e, então, ia direto gritar por mudanças políticas, já que esgoto e calçada não lhes faltava.

O que chama a atenção é a insistência em dar sentido à greve, a partir daquilo que é definido como fundamental a ser reivindicado pela equipe do jornal. As questões tidas como banais (calçamento, esgoto, etc.) não representavam as necessidades dos integrantes do jornal, daí as tratarem como questões “pequenas”, pois não eram “fundamentais” a eles. Além do que, ao não adquirir a conotação política, esse tipo de reivindicação urbana estava restrita, pois não conseguia os aliados que possivelmente se associariam a eles, se a luta fosse política. Mais uma vez, a idéia de união de várias forças, mesmo que de origens e princípios diferentes, aparece no jornal: “A vitória estará mais próxima quando se conseguir uma unidade contra o regime. O problema principal, no momento, para a classe operária é conseguir essa unidade. A classe operária tem que se aliar aos outros setores que também lutam para derrubar o regime (...).”¹⁵⁴

A greve era vista como um instrumento eficaz de reivindicação, e seu uso era valorizado, além de apresentar uma visão idealizada do papel do trabalhador: “(...) a greve revelou-se, mais uma vez como um instrumento eficaz de conquista dos aumentos negados pelo governo e pelas empresas. De fato, os trabalhadores seguiram mais uma

153 Movimento, Nº 165, 11/09/1978. p.05

154 Movimento, Nº183, 01 a 7/01/1979, p.13 – “Operário sempre acha saída – Aurélio Perez (membro da coordenação do MCV/Dep. Federal do MDB-SP).”

vez o seu caminho histórico resolvendo eles próprios os seus problemas.”¹⁵⁵ Por atribuírem um papel “histórico” ao proletariado assumem, posteriormente, que a sua luta era ‘chave’ para as mudanças das condições políticas e materiais da sociedade. Talvez por isso, já tivessem um “modelo” de como esta deveria se desenvolver: “(...) é cada vez maior o número de operários conscientes de que só com a participação ativa e organizada dos operários se conseguirá para o proletariado e outras camadas populares as melhorias nas condições políticas e materiais de vida.”¹⁵⁶

O jornal abriu espaço para os trabalhadores falarem da greve, para isso foram para dentro das fábricas ouvi-los, e reconheceram que, mesmo sem o conhecimento da “teoria política” isso não os impedia de agir, e de se mobilizar.¹⁵⁷ Havia algum tipo de organização no movimento operário pelo simples fato de agirem: “(...) organizam-se na luta, já que a mera passagem da idéia à ação implica inevitavelmente em algum nível de organização.”¹⁵⁸ Através da greve, esse nível de consciência que se esperava da classe trabalhadora tinha mais chances de ser “atingido”; a greve os colocava no seu lugar de luta e ia revelando as estruturas que deveriam combater:

“Ao mesmo tempo em que a greve infunde nos operários a idéia do socialismo, ela ensina também aos operários a unir-se para lutar contra o governo autocrático e policial. E, na medida em que as decisões do regime policiais são desmoralizadas por suas assembléias, os operários vão assumindo na prática a posição de vanguarda no movimento pela democracia.”¹⁵⁹

As greves já eram um sinal de “maturidade” do operariado, ao mesmo tempo que ajudava a amadurecê-los politicamente:

“Os trabalhadores assalariados não estão recorrendo às greves por (...) precipitação, mas justamente porque se tornaram mais realistas e maduros, porque compreenderam que sem a sua união e organização cada vez mais sólidas e sem uma luta decidida, jamais conquistarão seus direitos.”¹⁶⁰

155 Movimento, Nº154, 12/06/78, p.05. “Os operários, a oposição e a política.” – Roberto Suzedelo.

156 Movimento, Nº156, 26/06/78, p.08. “Quatro razões para as greves”. R.P.

157 Movimento, Nº 154, 12/06/1978. p.06.

158 Movimento, Nº 194, 19 a 25/03/1979.p.04 – “A ditadura não é mais aquela”.

159 Movimento, Nº 194, 19 a 25/3/1979. p.06. “Os operários tomam a dianteira.”

160 Movimento, Nº 202, 14 a 20/5/1979. p.06. “Greves demais ou democracia de menos”, Alfredo Pereira.

Mesmo falando a respeito das greves dos funcionários públicos de São Paulo, as paralisações eram vistas como um caminho para a luta econômica desembocar na luta política:

“Daí se segue que o crescimento das lutas econômicas facilita que os trabalhadores percebam a necessidade das lutas políticas e estejam melhor preparados por elas. O que se precisa é encontrar meios de aproximar as formas de luta e organização econômica com as formas de luta e organização política.”¹⁶¹

Com o movimento crescendo, operários com diferentes níveis de consciência política foram aderindo a ele, o que demonstrava para o jornal sua amplitude, possibilitando que outros setores o apoiassem: “O caráter amplo do movimento permitiu que ele mobilizasse a grande massa operária nos seus diversos e geralmente atrasados níveis de consciência política dos problemas e atraiu para ele a simpatia das outras camadas democráticas da sociedade.”¹⁶²

Um dos meios de “aperfeiçoar” a consciência política era através das comissões de fábrica, tema muito presente nas análises das greves:

“As comissões de fábrica e os comitês e entidades de trabalhadores nos bairros operários podem constituir-se numa contribuição imediata importante tanto para superar o regime de arbítrio atual, como para ajudar na construção de uma democracia nova. A democracia que interessa aos operários não cairá do céu por milagre (...). Ela deve ir sendo construída no dia-a-dia (...). De que maneira os operários aprenderão a democracia senão passo-a-passo e através de sua própria experiência!”¹⁶³

Falava-se da tomada de consciência do trabalhador e de seu papel:

“A greve une e infunde nos operários uma grande força moral. (...) ela ensina a lutar contra o governo autocrático e policial. E, na medida em que as decisões do regime policial são desmoralizadas por suas assembleias os operários vão assumindo na prática a posição de vanguarda no movimento pela democracia.”¹⁶⁴

As greves seriam uma forma de fortalecimento para a volta à democracia e, por isso, não deveriam ser abandonadas, já que as paralisações poderiam, efetivamente,

161 Movimento, Nº 203, 21 a 27/5/1979. p.06. “Das greves à constituinte”, Alfredo Pereira.

162 Movimento, Nº 156, 26/06/1978. p.08. “Quatro razões para as greves”. R.P.

163 Movimento, Nº159,17/07/78, p.14. “Democracia e grande indústria”.

164 Movimento, Nº194, 19 a 25/03/79, p.06. “ Os operários tomam a dianteira.”

melhorar as condições de vida e de trabalho, além do que possibilitariam a conquista de uma democracia verdadeira aos trabalhadores.¹⁶⁵

As greves eram uma experiência enriquecedora, pois despertavam a consciência política do trabalhador. A democracia e as mudanças profundas necessárias só seriam estabelecidas através dos trabalhadores, estavam em suas mãos. Ao mesmo tempo, era indispensável que essa classe percebesse que, sem democracia, de nada adiantaria ter aumento ou melhorias nas condições de trabalho. A greve, quando assumia o discurso político, ia ao encontro dos interesses do jornal, pois unia forças contra a ditadura.

2.3 Movimento Contra Carestia e UNE: mobilização e tradição

Além das greves do ABC paulista, selecionei outros dois temas que me chamaram a atenção pela frequência e pela forma como foram compreendidos. Não chegaram a aparecer com a mesma frequência que as greves, mas a cobertura desses movimentos fazia referências a elas ou, mais especificamente, àquilo que a luta dos metalúrgicos tinha de eficiente ou de debilidade. Trata-se do Movimento Custo de Vida e da reorganização da União Nacional dos Estudantes. Essa análise acabou servindo para reforçar aquilo que o jornal defendeu ao cobrir amplamente as greves, e auxiliou, portanto, no entendimento de seu posicionamento político.

O Movimento Custo de Vida surgiu em 1973, formado, principalmente, por donas-de-casa, que protestavam contra o alto custo dos gêneros alimentícios e os baixos salários. Em 1977, passou a ser chamado de Movimento Contra a Carestia (MCC). Mesmo aparecendo menos que as greves, sua importância era reconhecida:

“E agora são os próprios trabalhadores que estão retomando o problema em suas mãos, o que é muito animador não só para o verdadeiro combate à carestia, mas também para a luta por um regime democrático novo baseado na participação popular. (...) Por esses motivos, nenhuma corrente popular, de nenhum setor democrático pode deixar de saudar com entusiasmo o Movimento Custo de Vida.”¹⁶⁶

165 Movimento, Nº202, 14 a 20/05/79, p.06. “Greves demais ou democracia de menos.” Alfredo Pereira.

166 Movimento, Nº 144, 03/04/78, p.08. “Coluna do Editor – Um programa popular contra a carestia.”

A participação popular era vista como peça-chave para a retomada democrática, e o Movimento Custo de Vida era um exemplo disso. As críticas da falta de conteúdo político às suas reivindicações, apontadas principalmente pela oposição liberal-burguesa, como afirmava o jornal, não sufocavam seu significado. O essencial era a mobilização que ele causava:

“Outra crítica, partida dos mesmos setores (oposição liberal-burguesa), é que o Movimento deveria incluir em seu programa imediatamente, além de objetivos econômicos, objetivos políticos. É claro que os trabalhadores precisam mobilizar e organizar-se não só em torno de suas reivindicações econômicas mais sentidas (...). No entanto. Qualquer movimento popular tem que levantar todas as reivindicações populares ou, no momento atual, elas têm ainda que ser encaminhadas por movimentos distintos? O nível atual de consciência e de organização das camadas populares e a correlação de forças políticas já permitem fundir todos os movimentos populares num só com um programa abrangente? Ou os setores conscientes e organizados são ainda bem restritos e a tarefa principal no momento é ainda a de incorporar, através de bandeiras amplas e específicas, novos setores populares aos movimentos?”¹⁶⁷

Aqui, a possibilidade de união não parece esbarrar no nível de consciência. O MCC tinha o seu mérito, mas devido ao seu nível de consciência – visto como mais limitado em relação ao dos metalúrgicos – já cumpria bem seu papel de mobilização. A questão política poderia vir futuramente, mas não era cobrada como aos metalúrgicos.

Portanto, o que servia de crítica ao início das greves do ABC, aqui era visto com mais cautela. Talvez esse papel fosse esperado dos operários, e ao MCC apenas coubesse o papel de mobilizar mais setores da sociedade. O MCC foi reconhecido como importante mais pelo seu potencial de mobilização: “(...) Donas-de-casa, operários, jovens estudantes, juntos, discutindo, buscando compreender as causas e encontrar os remédios para a situação difícil (...) esse parece ser o resultado realmente positivo da mobilização do MCC.”¹⁶⁸

Na verdade, o MCC fazia algo que as greves inicialmente não foram capazes de conseguir, no entendimento do jornal: unir diversas causas. Por isso, os metalúrgicos foram alvo de suas críticas, e o baixo nível de consciência do MCC acabou não pesando tanto.

167 Movimento, Nº 145, 10/04/1978, p.08. “Ensaio Populares (coluna do editor) – Um programa popular contra a carestia.”

168 Movimento, Nº141, 13/03/78, p.03. “O abaixo-assinado gigante.” Murilo Carvalho e Paulo Barbosa.

Posteriormente, apareceram críticas quanto à efetividade do MCC, as mesmas presentes no início das greves, devido à ausência de reivindicações políticas. O jornal limitava-se a uma visão, de certa forma, superficial de ambos os movimentos, que não permitia adentrar a sua(s) lógica(s) e acabava omitindo-as, talvez em decorrência da proximidade temporal ou pela própria dinâmica da produção jornalística. Uma postura política era mais esperada das greves dos metalúrgicos. Os sindicatos, por serem organizações “claramente” de classe, deveriam conter um projeto político, diferente de uma organização de bairro. Mas se o MCC tinha pretensões políticas, por que não as explicitava? Estudos posteriores deram conta de perceber mais a fundo a lógica desses movimentos e questionar essa ausência de política:

“O discurso da ação não verbaliza propostas políticas, no entanto elas existem, não propõem alvos claros contra os quais se desenvolve o combate, porém eles não estão ausentes de organização e portanto intenções não previstas. Por isso, fazemos nossas as palavras de Lefort: ‘O proletariado é a sua própria teoria.’”¹⁶⁹

Talvez seja um resquício do entendimento que a oposição, mesmo com suas divergências, fazia da classe trabalhadora, quase como um modelo. Sua postura de vanguarda acabava se revelando quando reservavam um papel aos operários, e lhes indicavam o caminho quando não agiam da forma esperada. É provável que a própria condição daqueles que analisavam esses movimentos, não lhes permitisse enxergá-los de forma diferente: “(...) todos imaginavam-se depositários da ‘missão’ histórica de ‘vanguardear’ a classe operária ou as ‘massas populares’”¹⁷⁰

Através do MCC, o que se pode ver é a continuidade daquilo que esteve presente nas reportagens sobre as greves. Se, no início, as greves eram vistas como limitadas por separarem sua luta das questões políticas presentes naquele período, o MCC podia até não defendê-las de forma explícita. O que se via de grandioso nesse movimento era sua capacidade de mobilizar e atrair novos personagens à luta. Lutando por melhorias nos bairros e contra o alto custo de vida, suas questões podiam ser pontuais, mas cumpriam bem um papel. Quanto ao proletariado, dele era esperado mais, não apenas mobilização, mas posicionamento político claro.

169 MARONI, A. A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p.19.

170 FILHO REIS, D. A. A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990. p.52.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, como entidade estudantil, já tinha sua luta reconhecida como importante. Diferentemente dos demais movimentos aqui analisados, os estudantes conquistaram, logo de início, a confiança do jornal. Podiam não ter a mesmo papel histórico que os operários, mas já possuíam a credibilidade que aqueles ganharam com o decorrer da greve: “E neste primeiro semestre há menos de seis meses da eleição de sua primeira diretoria a UNE retorna na prática sua velha e mais importante tradição, a das lutas nacionais.”¹⁷¹

Com a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, o movimento estudantil voltava a ser notícia. E era com expectativa que se aguardava essa retomada das lutas da UNE: “(..) O mais importante a ressaltar, porém, é que a UNE foi reconstituída e que isso constitui um dos fatos políticos mais importantes do ano, abrindo inclusive perspectivas para que outros setores também se organizem a nível nacional.”¹⁷² A organização era vista como importante para a conjuntura nacional e parecia ter credibilidade. Diferente dos demais movimentos citados, este provavelmente não oferecia grandes problemas, tais com a ausência de luta política, pois já surgia com o nível de consciência esperado.

A entidade não precisava aprender a lutar; conceito como nível de consciência não aparece quando se fala da UNE. Os estudantes da entidade já eram tidos como politizados, sendo essa quase que uma pré-condição para dela participar. A consciência que faltava ao operário ou às donas-de-casa, neste caso, não precisaria ser adquirida. Entre as críticas rebatidas pelo jornal estava a relação UNE versus UBES. O fato de existir mais de uma entidade estudantil, como a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), não era sinônimo de enfraquecimento da UNE: “O governo aponta, assim, para a divisão de representação estudantil, com a criação de várias entidades, organizadas de acordo com a posição política dos estudantes ou segundo critérios de área profissional.”Essas divisões também eram consequência de visões políticas distintas que estavam presentes em toda oposição e, por isso, separava também os estudantes.

171 Movimento, Nº 247, 24 a 30/3/80,p. 09. “Atos, passeatas, greves. É o Movimento Estudantil.”

172 Movimento, Nº 205, 04 a 10/06/79,p.12. “ Um grande passo à frente.”

Tal situação só reforça a confiança com que o jornal a defendia, vendo com bons olhos a sua reorganização, mesmo que os personagens fossem outros. Isso porque era uma nova formação que compunha a UNE desse momento, não a mesma que “caíra” em 1968, na cidade de Ibiúna. Mesmo assim, a confiança que o jornal depositava nos estudantes era a mesma independente de ser uma nova geração.

2.4 Buscando ser popular

O espaço ocupado pelos movimentos sociais no jornal não era consequência apenas da grande “agitação popular”, mas também do sentido que esses movimentos assumiam enquanto uma forma de luta. Porém, apoiá-los não bastava. Era necessário também chegar até aqueles que, através dele, atuavam, já que um dos propósitos do jornal era atingir as classes mais populares. O tema era de interesse do jornal e daqueles que encabeçavam as greves. Atingir esse público tornava-se duplamente importante, pois, só assim, *Movimento* agiria como um “catalisador” das lutas populares.

O sentido que tais movimentos tinham para o jornal pode ser percebido também fora de suas páginas através das “estratégias” definidas em suas reuniões¹⁷³. Assim, o espaço ocupado pelos movimentos sociais no jornal era resultado da grande “agitação popular”, e do sentido e do significado que os movimentos populares tomavam para o jornal, como forma de combate à ditadura. O destaque a essa questão era grande, porque se tratava de um dos seus principais objetivos: “Existe dentro do jornal a convicção de que só os trabalhadores conscientes e organizados poderão resolver de forma duradoura os atuais problemas nacionais.”¹⁷⁴ Logo, quando esses começaram a eclodir com força, ganharam amplo espaço e incentivo.

O grupo executivo do jornal, numa de suas inúmeras reuniões, chegou, ainda em 1978, entre outras conclusões, à seguinte:

“(…) temos a convicção de que a solução duradoura dos principais problemas que o país enfrenta só será possível com ampla participação popular, as publicações de Edição S/A devem manter a diretriz de destacar os acontecimentos e assuntos que mais

173 Reuniões do Conselho de Redação, do Conselho de Direção, do Grupo Executivo do Conselho de Redação ou até nas assembléias gerais onde todos os acionistas estavam presentes.

174 FMOV -AP 284.05.006. p.22 – maio/1977, p.22. “Aos companheiros de Movimento, a propósito das discussões para a eleição de nossos novos dirigentes: Que caminho devemos seguir?” Editor.

contribuam para a melhoria do nível de consciência política, organização e mobilização popular.”¹⁷⁵

Esse objetivo não estava restrito ao jornal, mas chegava como grande objetivo da Edição S/A. No entanto, o grupo queria servir apenas como um espaço de divulgação, não uma bandeira de um movimento específico:

“(…) se nos pedem, por confusão um pronunciamento político, que não podemos fazer. Oferecemos-lhe, no entanto formas ricas e variadas de divulgar suas lutas, através do nosso jornal e outras publicações ou mesmo através de nossos inúmeros conhecimentos na área dos jornalistas democráticos, patriotas e populares.”¹⁷⁶

Da mesma maneira, estavam também delimitando que não eram um jornal de um partido, eram jornalistas. Não queriam se ver como políticos, determinando diretrizes para a luta, mas apenas as divulgando-a: “Os jornalistas, os partidos e os sábios, se cumprem verdadeiramente seu papel, devem partir dos fatos, tais como eles são, devem retratá-los da maneira mais fiel possível (...) e ajudar o povo a compreendê-los para que se auto-oriente e auto-libere.”¹⁷⁷ O jornal poderia catalisar esse processo, pretendia apenas isso.

Preferiam, seus responsáveis, não estar vinculados a nenhum movimento, mas abrir espaço para divulgá-los, pois o papel que o jornal deveria cumprir era o de divulgador dos fatos como eles ocorreram: “Ora, o povo só se educa a partir da realidade objetiva do processo social, e das lutas em curso e por seu próprio esforço e participação. Não é o jornalista nem o partido, nem os sábios que escolhem aquilo que educa o povo (...).”¹⁷⁸ Eles poderiam auxiliar, mas acreditavam que não poderia fazer por eles, caberia aos operários dentro de sua própria experiência se conscientizarem para essa luta.¹⁷⁹ Possivelmente essa opção se justifique pela defesa de uma frente

175 FMOV -AP 286.02.002, 23/09/1978. “Ata de reunião do GRUEX (Grupo executivo)”. p.02.

176 FMOV -AP 286.01.005, sem data. “Ata de reunião do GRUEX (Grupo executivo)”.

177 FMOV -AP 287.03.002, 31/01/1980. “Texto analisando os 5 anos do jornal”. Raimundo Pereira.

178 FMOV -AP 287.03.002, 31/01/1980. “Texto analisando os 5 anos do jornal”. Raimundo Pereira

179 Parece a idéia de experiência usada por Thompson, a classe se faz dentro da sua própria convivência, o simples fato de estarem juntos não os coloca numa condição de classe, mas a experiência em conjunto podia colocá-los nessa condição: “(...) *ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la ‘verdadera’ formación de clase em una determinada ‘etapa’ Del proceso. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define a sí misma em su efectivo acontecer.*” (IN: THOMPSON, E.P. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Critica, 1984.p.38)

ampla, pois, ao associar o jornal a qualquer movimento evitavam assumir uma tendência específica.

Se a posição política do jornal estabelecia que a melhor forma de se posicionar era através de uma frente ampla, os propósitos para isso estavam em melhorar as condições de vida do trabalhador, e esses movimentos sociais estavam ligados a tais propósitos. Num documento, supostamente escrito pelo editor, discutiam-se os objetivos do jornal. Entre eles constava: “O objetivo estratégico é o de contribuir para elevar o padrão de vida dos trabalhadores; o objetivo imediato e mais amplo é o de servir à grande frente por liberdades políticas que pode ser firmada no país através da união de todas as correntes democráticas da oposição brasileira.”¹⁸⁰ Elevar a participação do trabalhador através da união da oposição era uma forma também de readquirir as liberdades políticas.

O jornal era um instrumento para a luta que buscava motivar a atuação desse trabalhador, fazendo-o compreender a importância que a democracia tinha também para a sua vida. Assim motivá-lo através daquilo que o jornal defendia, era também defender a elevação de seu padrão de vida, o que muitas vezes fundamentava as greves. Mas para isso era necessária sua participação, o que o jornal buscava motivar. Debater a luta popular era uma tática de mobilização popular, de luta, enfim. Esse era o ponto de vista registrado pela sucursal de Maceió. E reforçava:

“A estratégia pelo que temos debatido, é a organização das camadas populares em torno de suas necessidades mais sentidas e de suas reivindicações mais momentâneas, a elevação do nível de consciência política dessas mesmas camadas, desenvolvendo seu espírito para os combates mais políticos. A tática, pelo que também debatemos, é a unificação da luta dos setores populares com outros liberais e burgueses interessados na queda da forma fascista do regime.”¹⁸¹

O tema também servia como forma de popularizar o semanário. Popularizar aqui significa torná-lo acessível ou interessante para as camadas mais populares, como as da periferia de São Paulo, e não apenas ser lido por uma pequena burguesia, que podia pagar o preço na banca ou sua assinatura. A proposta de atingir esses leitores não passava apenas pela confirmação do projeto de auxiliar o movimento popular, mas também de ampliar o público do jornal, que significava um aumento de sua receita. Para alguns de dentro do jornal, ficava claro que havia um público interessado nessas

180 FMOV- AP 284.07.004. p.10 – 30/03/1977

181 FMOV -AP 290.06.013, 06/10/1978.

questões, e era um grande público: “Hoje em São Paulo já é possível até se pensar num jornal diário de trabalhadores; existe um público para ele. O movimento popular cresce muito e inclusive (...) necessita de um jornal que possa até mesmo cumprir seu papel de agente articulador.”¹⁸²

Efetivamente isso acontecia? Primeiramente seria necessário que eles lessem o jornal. Esse não era o público que realmente assinava Movimento, o que se torna significativo, uma vez que a maioria dos exemplares eram vendidos através de assinaturas e não em bancas de jornal. Os assinantes, em sua maioria, conforme registram os recibos de venda de assinatura, eram profissionais liberais, advogados, engenheiros, professores, médicos.

Mesmo quando chegava às mãos desses trabalhadores, o difícil poderia ser compreender sua leitura. No entanto, isso não impediu que *Movimento* chegasse, de alguma forma, até essa outra parte da oposição. Dentro do Jornal localizei um metalúrgico que auxiliava na venda de assinaturas. Essa era uma forma de se ligar à causa do jornal, através da venda de assinaturas junto aos seus companheiros de trabalho: “Conrado, metalúrgico da zona sul de São Paulo, que há 4 anos vende *Movimento* para o pessoal de bairros, fábricas e escolas da região (...)”¹⁸³ Na última edição de *Movimento* um breve relato, feito pela esposa de Santo Dias (metalúrgico morto pela Ditadura), demonstra também momentos em que o jornal esteve próximo ao metalúrgicos:

“(...) desde que a gente começou na luta, a gente começou a assinar Movimento.(...) O Raimundo e outras pessoas fizeram muitas palestras ajudaram muito na nossa luta. Também teve aquele jornalzinho o *Assuntos* (...) era um jornal fácil, barato, e que resumia mais o noticiário da vida e da briga do povo.”¹⁸⁴

Portanto a linguagem e o custo separavam o jornal dessa parte da oposição. O jornal a que ela se refere procurou corrigir essa deficiência. A sugestão da criação de *Assuntos* veio por parte dos grupos populares, “trabalhadores ligados ao sindicato, clube de mães e movimentos católicos na periferia de São Paulo”, e pretendia reunir os artigos

182 FMOV -AP 286.02.002, 23/08/1978. “Ata de reunião do GRUEX (Grupo executivo)”. p.03.

183 FMOV - AP 286.05.001, sem data.

184 Movimento, N°334 , “Até amanhã de manhã”.23 a 30/11/1981. p.06

mais populares de *Movimento*, definidos como aqueles que abordavam as questões salariais, custo de vida, creches, organizações populares, remédios, cultura popular e os publicassem em forma de um suplemento. A idéia resumidamente era:

“Movimento, dizem eles, é um jornal popular, mas em outro nível: tem linguagem inacessível, um suplemento que reúna o mais acessível e interessante de Movimento, do ponto de vista dos trabalhadores, será muito mais acessível e interessante (...) do ponto de vista dos trabalhadores, será muito mais bem recebido pelos leitores da periferia. O suplemento Assuntos serve a Movimento de várias maneiras: a) aproxima o jornal e seu pessoal dos grupos populares; b) a própria natureza do suplemento (artigos necessariamente publicados em Movimento) forçará à condução de uma pauta que atenda ao suplemento, ou seja, mais matérias populares, acessíveis e claras em Movimento – o que é um projeto tão antigo quanto ao jornal (...).”¹⁸⁵

Assuntos foi um projeto do jornal para atrair as bases dos movimentos populares e fazer deles seus leitores. A um preço mais acessível e contendo apenas quatro páginas, circulou por todo país, mas, principalmente, na periferia de São Paulo: “(...) todo nosso jornal deu seu apoio decisivo à consolidação da experiência de *Assuntos*, suplemento de matérias de *Movimento* preparado e distribuído com vistas à população da periferia de São Paulo.”¹⁸⁶ Através de *Movimento* isso não era possível, devido, principalmente, à linguagem. Sua criação deixava clara a distância que mantinha com essa classe. Se as matérias sobre os movimentos populares já demonstram um interesse em politizar a classe trabalhadora, o surgimento desse suplemento reforçava essa intenção, mas indicava também que os objetivos desses jornalistas não estavam sendo alcançados, em parte, através do semanário.

Assuntos era uma resposta importante que o jornal recebia: havia interesse por parte dos populares de consumi-lo, porém reconheciam a distância que havia entre eles. Procuram o jornal para sugerir uma forma de resolver essa questão, dizendo como deviam fazer para chegar até eles. O grupo do jornal estava interessado nas lutas populares, mas não vinha desses setores, possuindo dificuldades para atingi-los. Assumiam, pois, um papel de auxiliá-los:

“Em síntese Movimento é hoje um jornal de intelectuais, profissionais liberais, políticos mais esclarecidos das camadas médias

185 FMOV -AP 290.01.002., 10/01/1977, “Relatório sobre a experiência do suplemento Assuntos”.

186 FMOV -AP 284.05.006. “Aos companheiros de Movimento, a propósito das discussões para a eleição de nossos novos dirigentes: Que caminho devemos seguir?” Editor. p.24

e do movimento operário e camponês, todos estes são setores das classes e camadas populares. Movimento tem um programa popular e tem como objetivo que seu trabalho sirva à elevação do nível de consciência política e de organização das mais amplas classes populares (...).”¹⁸⁷

Portanto, quando em 1977 aumentou o espaço aos movimentos populares dentro do jornal, não se tratou somente do aumento de mobilização, que ficara evidente em 1978. Junto disso, o que se tem é um jornal com o foco para essa questão. Buscava-se atrair outro público, tratando diretamente dos seus problemas; exercício duplo que servia ao *Movimento* e à produção de *Assuntos*. Esse era o papel de *Movimento*, contribuir elevando o nível de consciência daqueles que participavam dessas lutas. Era mais uma forma de atuarem politicamente contra a ditadura.

A abordagem dos movimentos populares era uma forma de se aproximar de um público distante do jornal. Mesmo com a experiência de *Assuntos* ao longo dos anos, esse objetivo parece não ter sido alcançado para alguns ali dentro, ou pelo menos atingiu uma parte muito pequena daquele público. Os temas “populares” que serviam aos propósitos políticos do jornal, não serviram para atraí-los. De acordo com a forma pela qual o jornal se expressava, atingia um público, e tratar de temas “populares” não garantia a sua popularização. Essa era a posição da sucursal de Belo Horizonte, que entendia que o jornal, dessa forma, não estava cumprindo o seu papel:

“Não tem sentido nenhum fazer jornal para uma minoria estudantil nem para uma intelectualidade com dores de consciência. Deve-se buscar o público (é obrigação do jornal político), mas para isso deve-se redefinir seu modo (linguagem e conteúdo). Este papo de jornal popular é furado (...).”¹⁸⁸

Esse comunicado enviado à sucursal já dava sinais que havia algum tipo de desentendimento em relação ao papel que o jornal vinha desempenhando. Nesse caso, falar apenas para a burguesia dentro da oposição não era suficiente, mesmo que, dentro da idéia de uma frente ampla, a burguesia devesse atuar lado a lado com a oposição popular.

187 FMOV -AP 284.05.006. “Aos companheiros de Movimento, a propósito das discussões para a eleição de nossos novos dirigentes: Que caminho devemos seguir?” Editor. p.27.

188 FMOV -AP 290.04.003, “Da sucursal de BH ao Conselho de Redação”, sem data (mas provavelmente anterior à 1980).

Assim, para a sucursal de Belo Horizonte, *Movimento* ao se comunicar apenas com uma elite política, ia se descaracterizando. Essas críticas iam todas no sentido de associar a queda nas vendas do jornal à forma elitista com que tratavam esses movimentos. O sentido de elitista aqui, me parece, está em não se aproximar da oposição popular e continuar apoiando uma burguesia oposicionista. Portanto, através dessa crítica também se viam limites na idéia de frente ampla, diante de um momento, em que a oposição popular ganhava força.

Luis Bernardes que pertencia à sucursal de Belo Horizonte, em 1980, através de uma carta na qual comunicava os motivos que o levaram a se desligar da equipe, aponta o que para ele era um menosprezo a esses movimentos e uma postura elitista:

“Uma conduta, no geral atrasada em relação ao nível efetivo alcançado pela luta popular, às vezes estreita no trato das questões imediatas da oposição e, principalmente de menosprezo do movimento popular. (...) A manutenção e o reforço de um jornal do ponto de vista formal elitista, num contexto em que o grande ator da cena política são as massas.”¹⁸⁹

Para ele, a queda nas vendas era uma reação a algumas posturas assumidas pelo jornal. Assim, para Bernardes, as explicações estavam dentro do jornal e não fora: “Para nós, portanto, as razões de tal queda deveriam ser buscadas, no essencial, no próprio jornal na maneira pela qual se conduziu frente à nova situação criada no país especialmente em sua conduta editorial.”¹⁹⁰ Talvez a explicação estivesse fora e dentro, pois se os leitores “deixaram” o jornal algo lá “fora” também havia mudado.

Essa era a opinião expressa também numa ata da reunião do Conselho de Direção realizada nos dias 1º e 2 de março de 1980, onde se percebia a necessidade de dar mais destaque àquilo que antes era prioridade para o jornal: “Precisamos dar mais destaque à cobertura do movimento popular e contribuir na elevação da consciência. Analisar todas as experiências relevantes numa ruptura radical com o dogmatismo.”¹⁹¹

Junto, havia uma crítica a qualquer tendência que pudesse prevalecer dando uma feição partidária ao jornal. Segundo algumas críticas, aqueles que deixavam de comprar

189 FMOV -AP 285.06.003. Carta de demissão, outubro/1980.

190 FMOV -AP 295.03.001 “Carta aos leitores, companheiros e ao Conselho de Direção, de Luiz Bernardes/ sucursal de Belo Horizonte”, 13/11/1980.

191 FMOV -AP 286.03.003. Ata de reunião do Conselho de Redação, 1 e 2/03/1980.

o jornal reconheciam uma mudança de postura política, e essa era, inclusive, a explicação apresentada para a queda nas vendas: “Para estes companheiros [que deixaram de comprá-lo] o jornal não vem colocando como centro o combate a ditadura, não está cobrindo os movimentos populares (...).”¹⁹² Já no último ano, em 1981, um dos integrantes, numa das Reuniões do Conselho de Direção, via o jornal também desengajado das lutas sociais, o que acaba reforçando o argumento de que isso refletiria na vendagem: “(...) por estar se desengajando das lutas sociais o jornal incorre nos erros de uma pretensa ‘objetividade’ como é o caso da cobertura das eleições sindicais.”¹⁹³

De fato, não acho que o espaço para esses movimentos diminuiu dentro do jornal. O que não se pode ignorar é que, nesse momento, entre 1979 e 1980, algumas medidas do governo promoveram mudanças dentro da oposição. A principal seria a Lei da reforma partidária, aprovada em 1979, que extinguiu o MDB e a ARENA, e possibilitou a formação de novos partidos. Mesmo impondo uma série de restrições ao seu registro, assim se formaram o PDS (ex-ARENA), PMDB (ex-MDB), PP (Partido Popular), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e PT (Partido dos Trabalhadores). A própria Lei de Anistia, também possibilitava o retorno ao país de várias lideranças políticas que estavam no exílio.

Porém, diante de algumas hipóteses colocadas por parte dos colaboradores do jornal, percebe-se que houve alguma mudança significativa em relação à abordagem dos movimentos populares a partir de 1980.

No entanto, durante esse ano pude perceber que a mesma forma idealizada continuava presente no tratamento daqueles que apoiavam as greves. A seção intitulada *Movimentos Populares* continuava presente em 1980; havia, portanto, ainda um espaço reservado apenas a esse tema. A questão da terra aparece com mais frequência, retratada em conflitos em diversos Estados do país. A greve desse ano no ABC paulista tem destaque, inclusive, com uma matéria com as principais reivindicações dos metalúrgicos, na edição de número 249 (7 a 13/04/1980). A prisão do então líder sindical, Lula, foi capa da edição de número 252, e o jornal continuava afirmando como os trabalhadores aprendem com as greves: “(...) o governo levará muito tempo para derrotar os grevistas. Estes têm aprendido enormemente.”¹⁹⁴

192 FMOV -AP 286.03.003. Ata de reunião do Conselho de Redação, 1 e 2/03/1980.

193 FMOV -AP 294.01.004 Ata de reunião do Conselho de Direção, 07/02/1981.

194 Movimento, Nº 252, 28 a 04/05/1980. p.03. “Páreo duro para o governo.”

O entusiasmo que perpassa a análise do jornal em relação aos movimentos populares continuava presente: “Da calçada, ele espiava a passeata que descia a rua da Matriz em direção ao Paço Municipal. Quando a multidão se aproximou não se conteve. Paulo Donizeti, um engraxate de 11 anos correu e segurou a ponta da bandeira brasileira.”¹⁹⁵ Esse era o início da matéria sobre a passeata ocorrida no dia do trabalho de 1980. A crença de que o caminho da mudança vinha pelas “mãos” dos operários continuava a ser afirmada: “(...) a classe operária é a força de vanguarda, única capaz de promover as mudanças reais e profundas na sociedade brasileira (...).”¹⁹⁶ A greve iniciada no dia primeiro de abril de 1980, foi amplamente retratada em suas páginas.

Uma crítica que pude encontrar foi em relação às chapas do sindicato dos metalúrgicos. Uma era vista – a Unidade Sindical – como assumindo posições atrasadas e a outra com um posicionamento estreito “de grupos de oposição sindical que mesmo se dispondo a lutar (...) têm no geral trabalhado apenas retoricamente passando por cima das preocupações concretas de suas categorias, se afastando assim, das bases dos trabalhadores.”¹⁹⁷ Outro temor, era o de que os metalúrgicos acreditassem “demais” na abertura política e não achassem necessário intensificar a luta, deixando de defender uma mudança radical. Era uma crítica pontual, mas não determinava um posicionamento diferente do jornal em relação a esses movimentos. Estes continuavam a ser pauta constante em suas páginas, mantendo as greves dos metalúrgicos com especial destaque, como anteriormente.

Por fim, em 1981, devido à onda de demissões nas fábricas, os trabalhadores apareciam falando da angústia de ver seus companheiros desempregados e a situação de instabilidade que isso gerava. Visando conter as greves e intimidar o trabalhador, muitas empresas do ABC paulista demitiram seus funcionários, gerando filas de desempregados em suas portas. Os demitidos apareciam contando a situação em que se encontravam.¹⁹⁸ Nesse sentido, a cobertura do jornal não mudou seu ponto de vista.

O que ficou claro nesse ano foi o espaço que alguns partidos ganharam. Eles viraram tema de matérias como o PCB, o PC do B e o PT. Talvez o que tivesse pesado também para afirmar que o jornal havia mudado de posicionamento, teria sido a introdução de discussões a respeito dos partidos, que nele ganharam espaço. Não que

195 Movimento, Nº 253, 5 a 11/05/1980. p.03. “E o povo saiu em passeata.”

196 Movimento, Nº 254, 12 a 18/05/1980. p.06. “Greve no ABC: a primeira derrota da abertura de Figueiredo.”

197 Movimento, Nº 260, 23 a 30/06/1980. p. 08. “Avançar sem desânimos”, Antonio C. Ferreira.

198 Movimento, Nº 290, 19 a 25/01/1981. p.12 e 13

houvessem tirado o espaço dos movimentos populares, eles continuaram aparecendo, e o jornal, como citado acima, fez uma análise entusiasmada, pois via neles boas perspectivas para mudança.

Mas com o fim do bipartidarismo essa discussão ganhava força para a oposição. A questão deixava de ser “ser ou não uma frente política”; agora era necessário definir as diretrizes de cada partido, determinar as “fronteiras” que os dividiam nessa “massa” de oposição, que agora via a possibilidade de se separar efetivamente. Assim, quando começam a aparecer críticas ao posicionamento do jornal, não posso desconsiderar que uma mudança importante promovia um debate dentro da oposição.

A formação dos partidos, de certa maneira, acabava com o papel do MDB de representar institucionalmente a oposição; cada tendência procurou se abrigar no partido que melhor lhe representasse; ao mesmo tempo, tornava frágil também a idéia de frente ampla defendida pelo jornal e, talvez nesse sentido, para alguns, o jornal “deixava de atuar” no combate à ditadura ao não se posicionar e, ao mesmo tempo, abrir espaço para o debate partidário.

Permanecer numa frente ampla e democrática significava não representar nenhuma das tendências de oposição, mas sim todas elas. Essa neutralidade ganhava um novo sentido, pois em 1981, não defender uma tendência talvez fosse fechar os olhos para a efetivação do pluripartidarismo, no qual as divergências antes colocadas de lado pelo jornal, em prol da luta pela democracia, ganhavam força e a possibilidade de expressão. Se a defesa de uma frente democrática tornava necessário abrir mão de apoiar qualquer tendência de oposição, essas começavam a se expressar dentro do jornal e a achar insuficiente essa “objetividade”.

2.5 O fim explicado em suas páginas

Responsáveis ou não pelo afastamento de parte dos leitores do jornal, os movimentos sociais demonstraram sua importância dentro deste projeto. Se nos últimos anos do jornal, a mudança da cobertura a seu respeito serviu de justificativa para a crise financeira, isso só reforça o quanto ele esteve ligado à posição política de *Movimento*. Porém, quando se sugere que houve uma mudança de posição em relação à abordagem desses movimentos, o que está se evidenciando é que começam a surgir divergências

que não permitem mais associar a luta da oposição popular à luta da oposição burguesa. O reflexo das mudanças políticas do país não deixou de afetar o núcleo do jornal, do mesmo modo como afetou toda a oposição.

Se os movimentos sociais me levaram a perceber esses conflitos internos, pude verificar que a crise que levou ao fim de *Movimento* recebeu diversas explicações em suas páginas. Entretanto, todas aquelas que procuravam dentro do semanário uma justificativa, passavam pela necessidade de seu reposicionamento político. A análise dos movimentos sociais trouxe, assim, além dos posicionamentos políticos e das estratégias de luta no combate à ditadura, e o início de uma divergência que ajudará a compreender o fim do jornal.

Parte desse debate interno foi parar em suas páginas, e é através dessas matérias que procuro aqui levantar os principais pontos de discórdia nos últimos anos do semanário *Movimento*. Nelas, a crise financeira, gerada pela queda nas vendas, era explicada de diversas formas que procuravam entender o que havia afastado seus leitores.

Dentre as razões que se encontravam fora do Jornal estava a censura. O fim da censura já apareceu como responsável pela queda nas vendas da imprensa alternativa, em geral no período de abertura política. Isso porque permitiu que, teoricamente, temas que eram “exclusivos” desses periódicos, fossem tratados pela grande imprensa, o que teria feito com que eles perdessem a sua “funcionalidade”. Essa foi uma das explicações¹⁹⁹ mais comumente apresentadas pelos trabalhos que trataram da questão. Mas, no caso do semanário, ocorreu o contrário: durante a censura, houve uma queda nas vendas; ela teria prejudicado por “mutilar” o jornal. A mutilação era explicada numericamente: “*Movimento* havia sido impossibilitado pela censura de publicar mais de seis mil artigos, cerca de 4,5 milhões de palavras.”²⁰⁰ O fim da censura representou, portanto, um aumento nas vendas, sem que, contudo, tivesse superado os 21 mil

199 Maria Aparecida de Aquino também questiona essa hipótese: “Não se justifica dizer, com término da censura prévia a grande imprensa passou a ocupar o lugar da alternativa, agora liberada, nem que esta tenha, em algum momento, ocupado o espaço deixado por aquela. Para corroborar esta hipótese, há o fato de que de modo geral, a censura na grande imprensa deixou de existir bem antes do que sobre os órgãos da imprensa alternativa.” (IN: AQUINO, M.A. Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999.p.193

200 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p.17.

alcançados inicialmente. Portanto, a censura aparece aqui como a responsável pela perda a longo prazo de seus leitores²⁰¹ e justificativa do fechamento do semanário.²⁰²

Outro fator, externo ao Jornal, que teria contribuído para sua crise foram os atentados, realizados por grupos anticomunistas, às bancas de jornal que vendiam periódicos da imprensa alternativa²⁰³. Esse fato também teria contribuído para a queda nas vendas, no entendimento de seu editor: “Os números são claros para *Movimento* que antes dos atentados vendia mais de nove mil jornais e passa a vender menos de quatro mil no período posterior.”²⁰⁴

Porém, havia aqueles que viam razões internas que teriam feito com que boa parte de seus leitores deixasse de adquiri-lo. O motivo na queda nas vendas deveria ser entendido a partir dos posicionamentos políticos que o jornal assumia ou deixava de assumir:

“Movimento, surgido da necessidade de juntar os mais variados setores oposicionistas para fazer frente ao fascismo não conseguiu acompanhar o progresso de diferenciação ocorrido no seio desta mesma oposição a partir da abertura política. Hoje a oposição divide-se cada vez mais em dois grandes blocos: a oposição liberal-burguesa que busca mudar a forma do Estado preservando ao mesmo tempo seus privilégios de classe, e a oposição democrática popular, que não separou o combate à ditadura da luta por uma profunda transformação social.

Ao não se definir – através da adoção de um programa e linha editorial que adotassem decididamente as bandeiras de luta contra os monopólios (...) Movimento restringiu sua base de apoio interna e externa, e terminou por se inviabilizar, apesar do empenho de todos nós em buscar um caminho para a sua continuidade.”²⁰⁵

Essa justificativa, apresentada por Roberto Martins, destoava das demais, por buscar dentro do jornal uma explicação para seu fim. O jornal, nessa explicação, perdera, ao não se posicionar por uma dessas vertentes e continuar a defender uma frente que parecia já estar perdendo sentido. Para essas pessoas, não cabia mais unir os interesses do movimento popular e da pequena burguesia-liberal. As mudanças reivindicadas por elas eram diferentes. Aqui não se trata de o Jornal não ter uma

201 Vale aqui lembrar que o jornal já surgiu sob censura, por isso ela teria a longo prazo afastado seus leitores e criado prejuízos financeiros.

202 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p.17.

203 A própria Associação Brasileira de Imprensa foi alvo de uma bomba em 19 de agosto de 1976. Os autores fizeram questão de se identificar: Aliança Anticomunista Brasileira. (IN: GASPARI, E. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das letras, 2004. p.275)

204 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p. 18.

205 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p. 18

posição, mas de continuar a defender seu projeto inicial de uma frente ampla como solução para combater a Ditadura. Quando essa já começou a mostrar sinais de enfraquecimento, o jornal pretendeu manter seu programa, e acabou afastando aqueles que discordavam desse posicionamento e pediam uma renovação.

Motivos relacionados à organização do jornal também aparecem. O excesso de tempo que se gastou discutindo o projeto do jornal em longas reuniões, pode ter prejudicado a parte administrativa, que acabou afetando, por sua vez, a parte financeira. Essa foi uma das respostas apresentadas ao porquê da crise, que fugia também de razões externas:

“A compreensão pela maioria dos membros do jornal das características principais apresentadas por Movimento a seu público leitor, fez com que internamente se priorizasse equivocadamente a discussão do programa do jornal, de qual frente o jornal deveria defender, em detrimento dos aspectos vitais para a manutenção do projeto político-jornalista de Movimento.”²⁰⁶

O que para alguns poderia ser chave para explicar a crise, para o editor era secundário:

“Faltou uma causa, porém: ela é secundária, é certo, mas teve seu peso, e não pode ser omitido o fato de muitos companheiros terem passado a combater o programa político-editorial aprovado coletivamente e se posto a trabalhar política, jornalística e mesmo comercialmente contra a idéia de formação de uma ampla frente oposicionista.”²⁰⁷

Temos aqui o reconhecimento, mesmo que de forma “indireta”, de que o projeto original do jornal era questionado e estava entre as causas de seu fim. Mesmo considerada como uma “causa secundária”, a perda de apoio do projeto dentro do jornal poderia sinalizar que lá fora, uma reação parecida ocorria, o que ajudaria a entender o afastamento de parte de seus leitores: “Era preciso ter afirmado que isso pesou no fechamento. É doloroso constatar que o programa básico que o jornal vinha defendendo há mais de seis anos, entre os 41 convencionais só tinha recebido 15 votos, tendo 8 contra, 4 abstenções e várias ausências significativas.”²⁰⁸ Aquele projeto, que os unira, de combate à ditadura e de uma frente ampla, não dava mais conta de juntar o mesmo

206 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p. 18. Washington Martins.

207 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p. 19. Raimundo Pereira..

208 Movimento, Nº 334,23 a 30/11/1981.p. 19. Raimundo Pereira.

grupo. Se seus próprios colaboradores já davam sinais de ruptura, a base de apoio ao jornal, entenda-se seu público leitor, também demonstrava um distanciamento desse projeto, os números de venda refletiam isso.

Dessa forma, manter o programa inicial do jornal começava a se tornar um problema, pois se alguns ainda viam sentido em manter uma atuação política através de uma frente ampla e democrática, era porque não viam o processo de abertura como um sinal que a Ditadura estava sendo derrubada. Havia quem entendesse que o programa devia ser alterado. Quando isso foi posto como umas das causas da crise, foi visto também como uma forma de fraqueza que comprometia o grupo, pois gerava aquilo que ele pretendia combater ao formar uma frente ampla - as divergências:

“Num debate muitas vezes áspero, onde as tensões da discussão se somavam à tensão gerada pela crise, estavam em pauta basicamente duas opiniões, embora houvesse outras: (...) a manutenção do atual programa (...) e outra que defendia um estreitamento desse programa(...)”²⁰⁹

Pela defesa do estreitamento do programa estava Roberto Martins, como citado acima, colaborador do jornal no Rio de Janeiro. Porém, o editor se colocava na defesa do programa “por achar que as correntes liberais burguesas ainda compõem a frente oposicionista”²¹⁰. Para ele “a frente é uma necessidade devido ao caráter militar do Estado brasileiro.”²¹¹ No entanto manter o programa era permanecer ao lado da oposição burguesa, o que para alguns destoava da grande movimentação popular e colocava o jornal longe da oposição popular a qual deveria ser apoiada naquele momento. E talvez era nesse sentido que se aproximavam às críticas que apontavam o distanciamento do jornal aos movimentos populares a partir de 1980.

Movimento não esteve longe das divergências políticas, essas estavam também dentro dele. Poderiam concordar em relação à importância dos movimentos sociais, na sua capacidade de transformação, mas para isso ser atingido plenamente era necessário elevar o nível de consciência daqueles que o compunham, processo ao qual o jornal se

209 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p. 19.

210 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p. 19.

211 Movimento, Nº 334, 23 a 30/11/1981.p. 19..

propunha a contribuir. Tais movimentos deveriam ser amplos, por isso também a necessidade de fugirem de bandeiras economicistas ou limitadas a questões de bairro. Amplo, politicamente, como o próprio programa do jornal pretendia ser, sem optar por uma das tendências de oposição, mas apoiando todas, e trabalhando para que elas se unissem, pois a prioridade era retomar um sistema democrático.

A Democracia era o objetivo em comum de todas as tendências de oposição, mas, para alguns, não justificava unir forças, posição que o jornal combatia. Essa democracia era defendida por *Movimento* como fundamental para que os trabalhadores chegassem às mudanças necessárias, sem ela a luta seria em vão; era uma bandeira que deveria ser agregada ao grito por melhorias nas condições de trabalho, direito à greve, melhores salários. Fazia parte daquilo que, insistentemente, aparecia em suas páginas: elevar a consciência política. Compreender a importância da democracia era aprimorar essa consciência. A greve era uma experiência que exercitava e despertava o interesse na política, por isso era vista com entusiasmo.

Defender a democracia dentro do jornal tinha um sentido próprio, a democracia defendida por *Movimento* significava:

“(...) a luta por liberdades democráticas significa, hoje, a defesa da anistia geral e irrestrita; o fim de todos os atos, emendas e leis de exceção; a dissolução dos órgãos de repressão política; a exigência de uma efetiva liberdade de organização sindical e partidária; e a necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte Soberana e livremente eleita convocada por um governo que garanta as mais amplas liberdades democráticas (...).”²¹²

Seus posicionamentos políticos vão ficando claros. Através da abordagem dada aos movimentos sociais, ou populares, pude ir recuperando aquilo que era defendido nas páginas de *Movimento*. As críticas apareciam a partir do que se colocava em xeque com o programa do jornal, com sua proposta política para o país. E esse grupo foi ganhando uma feição.

Ao analisar uma amostra dos movimentos sociais destacados pelo jornal, pude perceber parte de suas ambições para aquele momento de abertura política, através da importância atribuída a esses movimentos. Estes eram vistos como fundamentais para a implantação da democracia, ainda mais quando conduzidos pela classe operária, entendida como os potenciais transformadores da sociedade. Mesmo que o grande

212 *Movimento*, n° 334, 23 a 30/11/1981.p. 24.

público do jornal não tivesse sido as classes mais populares, como pretendia atingir, isso não impediu que o semanário exercesse o seu papel de contestação. Tentar avaliar se ele cumpriu seus objetivos através do alcance que teve pode ser uma tarefa complicada, e que não interferiria na sua atuação de combate à Ditadura. Ao assumir uma posição política contrária ao Regime Militar, esse grupo permitiu que a sua própria atuação fosse possível, num período quando as perseguições à oposição reservavam poucos espaços de contestação. Atingindo ou não seus objetivos, *Movimento* não deixou de servir como um espaço de encontro e debate e de sociabilidade.

O destaque e a forma que os movimentos populares ganhavam nas páginas do jornal definiam o modo de participação que esses jornalistas teriam tido nesse processo de combate à Ditadura. Não que o jornal fosse o recurso exclusivo de luta para eles, alguns poderiam trabalhar nele e atuar politicamente de outras formas. Porém, através de *Movimento*, participavam dessas lutas, não se engajando, mas defendendo uma democracia quando incentivavam a prosperidade do movimento popular.

Capítulo III – Um Jornal “partido”

3.1 Reuniões: como manter um grupo unido

Quando dei início à pesquisa junto aos documentos internos de Movimento, o que primeiramente me chamou a atenção foi o grande número de atas de reuniões. Além das atas, encontrei textos redigidos com a finalidade de serem apresentados nesses encontros, os quais expressavam posições pessoais a respeito de determinados temas. Textos que dissertavam sobre problemas referentes ao jornal, da autoria do seu editor ou de algum outro colaborador; documentos que, muitas vezes, faziam algum tipo de avaliação de Movimento. Decidi concentrar-me, principalmente, nas atas, nessa documentação e nas cartas trocadas entre a sede e suas sucursais.

Todos os jornais normalmente têm reuniões de pauta que variam de acordo com a frequência dessas publicações (diárias, semanais, mensais). Mesmo quando tratavam da pauta indiretamente, essas atas continham o registro de discussões que avaliavam as posições políticas do jornal. Mas o grande número de reuniões se justificava pelo seu caráter extraordinário e não diziam respeito à pauta do jornal²¹³. Através dos registros em atas pode-se perceber o sentido que essas reuniões tinham:

“Na parte jornalística [as reuniões] eram como na imprensa em geral. Cada editor apresentava os assuntos, que eram discutidos. A diferença da imprensa tradicional é que outros funcionários como colaboradores, vendedores e pessoal da administração podiam participar e dar opiniões. Também havia reuniões essencialmente políticas sobre a linha do jornal, com representantes do Conselho Editorial.”²¹⁴

Portanto, não se tratava apenas de reuniões de pauta, mas de reuniões extraordinárias e essas eram em maior número, para debater questões internas do jornal²¹⁵. Tive acesso, assim, ao registro de debates que foram fundamentais para o jornal, questões que poderiam não estar explícitas em suas páginas, mas que foram determinantes para definir o seu conteúdo.

213 “Havia dois tipos principais de reuniões: as de pauta e as extraordinárias. Estas para definir o rumo mais geral da publicação e eram longas e cansativas.” (Entrevista de Antonio Carlos Ferreira. Outubro/2005)

214 Entrevista de Flávio Carvalho. Outubro/2005.

215 Entrevista de Antonio Carlos Ferreira. Outubro/2005

Posteriormente, pude verificar que as divergências que apareciam nesses debates foram parar, em parte, nas páginas do jornal. Além das atas, pude verificar a existência de relatórios ou textos produzidos para serem apresentados nas reuniões ou distribuídos entre os membros do jornal. Eram um exercício de avaliação do papel que *Movimento* vinha desempenhando, contendo críticas ou simplesmente apoiando seu trabalho.

Dessas reuniões participavam, em geral, os membros de *Movimento* e, dependendo do assunto, as reuniões eram abertas a todos os acionistas da Edição S/A, uma vez que nem todos trabalhavam na Editora. Muitas das atas aqui selecionadas são registros de encontros do GRUEX, formado em 1977. Nesse ano, o então Conselho de Redação deu lugar ao Conselho de Direção e, ao mesmo tempo, formava-se um Grupo Executivo desse Conselho (GRUEX), com o objetivo de “criar um organismo intermediário entre o nosso órgão máximo de representação da Assembléia Geral e nossa sociedade (...) e da direção da imprensa (...)”.²¹⁶

A formação do GRUEX demonstrava uma dificuldade na tomada e execução das decisões. Assim, provavelmente, fora criado devido à dificuldade em se executar aquilo que era estabelecido nas reuniões, porém as pessoas que compunham esse Grupo Executivo, além de terem essa tarefa, tinham que fazer o seu trabalho jornalístico.

“O GRUEX tem como função básica a promoção do cumprimento das decisões tomadas pelo Conselho de Direção. (...) Para executar essas tarefas o Gruex deverá contar com um secretário eleito entre os seus membros, para secretariar as reuniões e redigir atas, comunicados e convocações; e reunir-se, ordinariamente uma vez por semana.”²¹⁷

Havia uma organização no jornal que necessitava de um grande número de reuniões. Aqui cabe lembrar um dos seus propósitos iniciais: “ser um jornal dos jornalistas”. Para isso, seria preciso que o maior número de pessoas fosse ouvido, evitando assim que a figura do editor se sobrepusesse às demais, além do que, as reuniões deveriam aumentar o tempo de trabalho e de dedicação ao jornal. Um informe distribuído aos membros da sociedade de colaboradores de Edição S/A, registrava a duração de uma reunião do Conselho de Direção, feita num sábado: “12 horas e uma suíte de uma hora e meia no domingo.” A reunião havia começado às 12 horas do

216 FMOV – AP 286.02.001 – 08/12/1977 - Regimento GRUEX, 08/12/1977

217 FMOV – AP 286.02.001 – Regimento GRUEX, 08/12/1977

sábado e terminado às 21 horas do domingo, porém “com dois intervalos para refeições e algumas horas de sono.”²¹⁸

Longas reuniões que serviam para reforçar que “a democracia naquele ambiente de trabalho”, era uma condição indispensável. Assim, a garantia de um ambiente de debates freqüentes, em que todos fossem ouvidos, era outra forma de combater o autoritarismo “lá de fora”; não bastava defender a democracia, tinham de exercê-la, mesmo que estivessem limitados ao espaço de produção de um jornal. Durante uma assembléia de acionistas para a eleição do editor, em 1977, vivenciaram a possibilidade de eleger alguém diretamente, com espaço inclusive para campanhas, o que parecia ser um “respiro” dentro daquele momento de autoritarismo:

“Eu sublinho o fato de abril ser um mês eleitoral porque não podemos perder a oportunidade de eleger democraticamente a nossa diretoria e, principalmente, o editor-geral de Movimento, organizando para isso uma campanha eleitoral que atinja todo o jornal. Isso porque mesmo que possivelmente não existam divergências práticas essenciais de muitos a respeito de toda a orientação, não seria de se estranhar que elas aparecessem e que se concretizasse na formação de uma chapa.”²¹⁹

Se no capítulo anterior, através dos movimentos sociais, algumas divergências se tornaram evidentes, as reuniões eram um espaço para que elas fossem expostas e sanadas. Mas por que se transformaram num problema? A proposta do Movimento não era ser um espaço democrático e que abrigasse diversos setores de oposição? Era, mas isso não poderia ferir o seu programa, a sua linha editorial. O projeto defendido por Movimento era favorável a uma frente ampla e democrática, logo, abraçava diversos setores de oposição, que discordavam entre si, mas apoiava a iniciativa, pois acreditava ser necessário primeiramente se unir para depois derrubar a Ditadura. O debate era um instrumento para tentar manter seus membros unidos em torno do mesmo projeto, mas, ao mesmo tempo, grande número deles revela que essa não era uma tarefa fácil. Como viabilizar a constituição de uma frente ampla se o próprio grupo de Movimento que se propunha a isso não conseguia se manter coeso? Isso colocaria seus ideais em questão,

218 FMOV – AP 285.06.001

219 FMOV – AP 285.05.004 “Assembléia geral de acionistas e eleição do editor geral de Movimento para o seu terceiro ano” (aviso) 4/4/77

além de atrasar o processo de trabalho, por exemplo, quando se passava mais tempo discutindo problemas internos do que o próprio trabalho.

Então, a participação nesses debates era importante para o desenvolvimento do jornal, no sentido de que serviam para solucionar impasses, tais como discordâncias de métodos de trabalho e outros procedimentos que interferiam na publicação. Se defendiam o fim da ditadura, não queriam que dentro do jornal atitudes autoritárias comprometessem aquela experiência, que deveria ser democrática, “um jornal dos jornalistas”. Essa, que era a principal “bandeira” de *Movimento*, tinha que ser, no mínimo, realizada durante a produção do semanário. A experiência democrática começava ali. Nem sempre a forma de se conduzirem as decisões lá dentro, eram entendidas como democrática por todos e, em consequência, mais reuniões extraordinárias eram necessárias.

Se o espaço pretendia ser democrático, nas reuniões seria a hora de todos participarem e assegurarem que essa democracia se realizasse, por isso a importância em se participar desses encontros, como uma garantia da unidade e continuidade do seu projeto. A participação nesses encontros serve como um “termômetro” dos ânimos dentro do jornal. Um pouco do sentido desses encontros está nesse registro, no qual a baixa participação dos jornalistas era vista com preocupação, já que não bastava produzir, era necessário debater:

“Considerando a baixa participação de companheiros do jornal nas reuniões de avaliação e planejamento de Movimento (o carro chefe da empresa), o grupo executivo tomará algumas medidas para solucionar essa questão considerada muito grave num empreendimento como o nosso, que por sua natureza exige a participação ativa e democrática de todos os que nele trabalham. (...) que, para isso, é necessário a resolução de problemas inclusive de ordem prática, que tem contribuído para a pouca participação. Ex. horário da reunião, democratização dos debates, etc.”²²⁰

Os problemas internos levavam tempo, ora em questões de método de trabalho ora em questões políticas. Os encontros serviam para prepará-los politicamente, ou seja, para deixá-los mais aptos para compreender as questões políticas e melhorar seu nível de consciência política, não permitindo que apenas assuntos relacionados às questões profissionais estivessem presentes e tivessem importância. Esses encontros também

220 FMOV – AP 286.02.002 – Ata de Reunião do GRUEx – 06/03/1978

serviam como uma forma de preparação política: “cuidar da formação teórico-política dos membros da equipe e não só de aspectos técnico-profissionais, seminários, estudos, incentivar uma boa participação nas reuniões de Conselho no sábado.”²²¹

Alguns relatórios trazem uma certa ordem/rigidez que regia esse ambiente de trabalho, quando se sugere que os momentos fora do jornal também serviriam para aprimorar e desfazer “mal-entendidos”, preservando a unidade entre eles. Assim as reuniões não eram o único local para que a formação política e demais questões do jornal fossem aprofundadas. Poderia ser a ocasião ideal, mas, mesmo fora dali, levavam com eles essa experiência que cada vez mais parece não ser apenas profissional, e sim uma forma de atuação política, especialmente num momento onde o autoritarismo restringia ainda a ação da oposição:

“Isso não significa que devemos desprezar o papel útil que as conversas informais, as reuniões sociais e mesmo as fragmentarias discussões e confidências em torno de mesas de bar e copos de cerveja podem desempenhar no estágio atual, no aprimoramento de nosso trabalho vistas como instrumentos secundários de fortalecimento de nosso nível de consciência política e organização, esses métodos são casos, os únicos que permitem aproximação com alguns colaboradores e pessoas do jornal. Não podemos desprezar também o papel que estes encontros podem ter para o fortalecimento de nossos laços de amizade e para o encaminhamento de problemas pessoais para os quais não temos praticamente ainda nenhum mecanismo de cooperação coletiva.”²²²

Essa unidade interna sugere uma ligação com a posição assumida em defesa de uma frente ampla. As reuniões, portanto, foram também um mecanismo-chave para a funcionalidade do grupo. A busca constante pelo equilíbrio visando à unidade da equipe serviria de exemplo de como era possível formar uma frente ampla e democrática, fora e dentro do jornal. Afinal, esses ambientes não estavam separados, os conflitos entre as tendências de oposição que teoricamente ocorriam fora do ambiente do semanário, migravam para suas reuniões e interferiam no processo de produção de Movimento.

221 FMOV – AP 295.01.001 – Relatório do Conselho de Redação – 13/03/1976

222 FMOV – AP 284.07.004 “Sobre a crítica interna em Movimento: Que métodos devemos seguir?”. 30/03/1977

3.2 Conflitos de Trabalho

A forma de se trabalhar, o que chamo aqui de “método de trabalho” – terminologia que aparecesse nesses documentos – era o que garantia a produção de um jornal de formato democrático. Considero que as reuniões faziam parte desse método, porque ajudavam a corrigi-lo. Dentro desse método de trabalho, as assembléias que ocorriam entre os jornalistas e acionistas da editora aparecem também, como um processo importante e que consumiam muito tempo, pois para organizá-las eram necessários encontros prévios. O editor do jornal era eleito através de uma dessas assembléias. O comunicado, distribuído internamente, informava quais as etapas necessárias para a efetivação da Assembléia Geral. O fundamental é perceber que o processo era longo e o quanto de tempo dedicavam a essas questões de funcionamento do jornal:

“Essas avaliações e o conseqüente processo eleitoral se farão em quatro etapas: 1) reuniões locais de acionistas com a participação da sucursal e de uma pessoa da diretoria 2) reuniões locais com as pessoas que trabalham no jornal para a preparação da reunião com os acionistas locais (se houver) e das outras reuniões (...) 3) reunião conjunta do Conselho de Redação e conselho editorial, preparatória da Assembléia Geral 4) Assembléia Geral.”²²³

Não faltaram críticas à democracia interna, em relação às matérias ou mesmo a uma conduta inadequada. O grande número de reuniões não assegurava um ambiente de trabalho democrático ou, melhor dizendo, não impedia que alguns vissem certas decisões como arbitrárias.

Como já falei anteriormente, outro exercício muito comum que encontrei, foi uma forma de avaliação das análises do jornal, de como elas eram compreendidas por seus leitores e mesmo por seus colaboradores. Muitas vezes, nessas avaliações - em sua maioria produzidas pelo editor - apareciam críticas à postura de alguns colaboradores, classificadas como “desvios”. A palavra “desvio” aqui sugere que havia uma conduta a ser seguida, e daí portanto, se praticava um “desvio” quando não se seguia certa postura

223 FMOV – AP 285.05.004 “Assembléia geral de acionistas e eleição do editor geral de Movimento para o seu terceiro ano” (aviso) 4/4/77

Esses documentos discursavam sobre as dificuldades em se lidar com tendências diferentes, para que elas não prejudicassem a unidade da frente democrática. Os canais estavam abertos para que as críticas fossem colocadas, mas para que pudessem ser compreendidas e encerradas, eliminando os conflitos internos. Mais uma vez, o estímulo ao debate é apresentado como um método eficaz para se ter um ambiente não somente a favor da democracia, mas principalmente democrático:

“Ao expressar nossas divergências, devemos procurar os pontos centrais de argumentação de nossos adversários; é necessário, portanto em primeiro lugar um esforço deliberado de entender os pontos de vista que julgamos equivocados; em segundo lugar um esforço para fazer críticas de forma multilateral, procurando identificar os aspectos gerais da crítica, o aspecto principal dentro das características gerais e os aspectos secundários da crítica.”²²⁴

Solucionar as divergências dentro do jornal era também uma forma de demonstrar a viabilidade de uma frente ampla e democrática. Através de um relatório em que o editor discursava sobre quais caminhos o jornal deveria seguir, a superação das dificuldades através do debate ganha esse sentido: não queriam ser pragmáticos, queriam ser um espaço de debates da oposição. E, assim como queriam que a oposição superasse suas divergências formando uma frente democrática, seus colaboradores deveriam superar as deles. Assim o jornal reproduzia no seu método de trabalho a forma que defendia de comportamento para a oposição naquele momento:

“(…) quer dizer que Movimento é essencialmente um jornal de defesa e de luta por um programa comum das correntes populares, nacionalistas e democráticas; que programa seus debates de forma a fazer com que esta frente supere suas incompreensões, desconhecimentos e divergências e avançar mais ainda o seu programa comum.”²²⁵

Entre os casos que pude verificar, que provocaram críticas por parte dos colaboradores à democracia interna do jornal, consta uma entrevista de Florestan Fernandes que deixou de ser publicada, para dar espaço a uma matéria sobre o MDB. Isso não ocorreu nas páginas de Movimento, mas num suplemento produzido por sua redação intitulado Constituinte, feito pela Edição S/A. Esse trecho registrava a crítica

224 FMOV – AP 284.07.004 “Sobre a crítica interna em Movimento: Que métodos devemos seguir?”. 30/03/1977

225 FMOV – AP 284.05.006 – “Aos companheiros de Movimento, a propósito das discussões para a eleição de nossos novos dirigentes: Que caminho devemos seguir?”. Maio/1977

enviada ao Editor por alguns colaboradores de São Paulo. A preocupação era que essa atitude abalasse a unidade do grupo:

“De modo que achamos que a direção do jornal, ao substituir o depoimento de Florestan por textos do MDB sem consultar os editores do Caderno, cometeu um erro duplo que não condiz com a prática democrática tradicional dessa direção. Firmamos nosso protesto, na esperança de que fatos lamentáveis como esses, nocivos à unidade interna e a amplitude do jornal, não se repitam mais.” 226

Um exemplo de como um problema interno demandou horas de discussão foi a demissão de um integrante da sucursal de Belo Horizonte. Murilo Albernaz, insatisfeito com a conduta de sua sucursal (BH), redigiu uma carta com uma série de críticas e a encaminhou à sede do jornal. Porém, o procedimento-padrão seria ter primeiramente discutido e apresentado suas críticas à sua sucursal e depois encaminhá-las à sede. Tal “desvio” acabou levando à sua demissão, o que gerou um debate sobre ter sido essa uma decisão democrática ou não.

Um relatório²²⁷ redigido pelo editor registrou essa discussão e revelou como o processo foi compreendido, do ponto de vista de quem defendeu a demissão. O caso teve importância, o que é possível verificar pelo tempo que levou para ser concluído: “A crise Murilo nos consumiu dois meses de discussões, 100 horas de reuniões formais em São Paulo e Belo Horizonte (...).”²²⁸ Nele aparece novamente a idéia de que certas condutas eram necessárias para o funcionamento de forma democrática do jornal, para justamente neutralizar as disputas, e novamente uma certa rigidez no modo de se solucionar esses impasses: “Devemos, portanto, aprender com a crise – procurar métodos de trabalho e de solução de conflitos que, ao mesmo tempo permitam a convivência de correntes divergentes(...). Por isso até produzir um relatório, para que a partir da crise se pense naquilo que deve ser aperfeiçoado”.

O que estava em questão era: o fato de Murilo ter criticado o jornal seria o motivo de sua demissão? Se fosse, Movimento só era um espaço democrático na teoria, pois na prática não aceitava crítica. Mas o que se dizia era que houvera uma conduta inadequada e justamente isso passava por cima das normas democráticas do semanário:

226 FMOV – AP 283.02.003 – São Paulo, 16/11/1977

227 FMOV – AP 284.06.008 “Relatório Caso Murilo Albernaz – Raimundo Pereira”

228 FMOV – AP 284.06.008 “Relatório Caso Murilo Albernaz – Raimundo Pereira”

“Expliquei que o direito de crítica no jornal seria assegurado, mas que é mais correto fazer as críticas primeiramente aos próprios companheiros com quem se trabalha e só depois de esgotada esta fase da discussão tentar levá-la a uma instância superior. (...) Ouvei todo o pessoal que funciona reconhecidamente em Belo Horizonte como nossa sucursal; todos menos um não só consideravam o comportamento de Murilo antidemocrático (...) como consideravam absolutamente estranho que tivéssemos ‘perdido tanto tempo’ em discutir a decisão do chefe da sucursal que para eles era absolutamente compreensível, que o jornal seria inviável se todos os casos de desligamento de um colaborador exigissem tantas reuniões.”²²⁹

O fato de o jornal se propor a ser democrático e representar uma frente política antiditatorial determinava sua linha editorial. Para alguns, ao não aceitar determinadas condutas, Movimento seguia seu programa, para outros estava sendo autoritário, pois a pessoa demitida estava, antes de tudo, criticando sua sucursal. A atitude de criticar era um instrumento fundamental no debate para garantir a democracia interna. Mas dentro da justificativa do editor o que posso perceber é que mais do que criticar, havia ferido uma hierarquia interna, e cometido assim um “desvio”. Portanto, a arbitrariedade partira primeiramente de Murilo que não tivera uma postura democrática. Logo, aqui fica claro que a atuação do colaborador é tão importante quanto o conteúdo de suas matérias; ambos têm compromisso com a frente democrática. Fazer parte do jornal é se integrar a isso, às suas regras de conduta, às suas diretrizes, implica agir de forma a se promover a democracia ali dentro.

As condutas dentro do jornal faziam parte desse projeto, assim, o material que produziam e era publicado revelava parte desse trabalho. Outra parte dizia respeito à forma como ele era produzido, como se chegar a esse resultado e quais perspectivas seguir. O método de trabalho representava os mesmos ideais defendidos em suas páginas. Não bastava fazer parte da luta antiditatorial, isso começava com o combate a posturas inadequadas dentro de sua equipe. Para a diretoria do jornal, Murilo não respeitara as regras de como efetuar uma crítica, o que levou à sua demissão. Mas, para outros, o fato de ser demitido revelava um autoritarismo, como se a crítica não tivesse sido aceita. Porém, o debate dessa questão reforça o peso que a conduta de seus membros tinham, e que ela era também avaliada.

²²⁹ FMOV – AP 284.06.008 “Relatório Caso Murilo Albernaz – Raimundo Pereira”

A forma “funcional” como eram pensadas as ações desses membros que integravam o jornal, também estava presente no relatório do caso Murilo Albernaz. O relatório, em si, já demonstrava o tempo e a importância que questões a respeito do funcionamento do jornal demandavam. Ainda de uma forma metódica a relação fora do jornal também era pensada, já que lá fora talvez fosse mais difícil sufocar essas diferenças. Por isso até os encontros informais, novamente são citados, pois poderiam ajudar a fortalecer os elos:

“É inútil e absurdo pretender que amigos que trabalham num mesmo projeto não o discutam nos bares, em suas casas (...) isso não constituiu qualquer relação dos princípios de camaradagem, respeito mútuo e discussão aberta que devem muitas vezes prevalecer neste jornal. Nestas conversas mesmo quando dispersivas, fortalece-se a camaradagem dentro do jornal e surgem inícios de soluções para problemas gerais e particulares.” 230

O adjetivo dispersivas, atribuído aos momentos fora do trabalho para essas conversas, dá a medida do nível de responsabilidade e comprometimento que era cobrado dos seus membros. Aquilo que fugia ao trabalho, às metas do jornal era considerado dispersivo.

Esse caso demonstra, também, a importância em se expor às críticas para prosseguir com o trabalho, evitando rachas no grupo com o excesso de críticas sem fundamento. Não deveria promover a crítica pela crítica, mas ser fundamentada para poder resultar na união e não na separação do grupo. Ainda se referindo às conversas fora do ambiente de trabalho, chama-se a atenção para a forma de se fazer uma crítica, sem desperdiçá-la:

“A questão é que muitas vezes essas discussões e conversas quando não constituem trocas de informação entre amigos e busca de solução para problemas comuns (...) têm como resultado exatamente a desesperança ou na pior das hipóteses, a intriga. (...) Através do processo de crítica feito de forma incorreta alguns companheiros chegaram inclusive à irresponsabilidade completa em suas críticas.”231

O fim do relatório conclui que a crise será significativa se os ajudar a compreender suas contradições e superá-las.

230 Ibid.
231 Ibid.

Fazer parte da equipe exigia também uma postura durante processo de produção do jornal. O vínculo profissional, através dos registros apresentados aqui, principalmente através do relatório Murilo Albernaz, me parece mais um vínculo político, pois, o que se cobrava, era uma atuação de jornalistas, participando constantemente dos debates promovidos pelo jornal, atentos aos desvios que prejudicavam esse processo. As colocações do editor nesses relatórios revelam uma cobrança nesse sentido. A participação no processo de produção do jornal era alvo de avaliação e crítica. Como o editor era eleito através de uma assembléia, entende-se que ele representava o pensamento da maioria lá dentro e, por isso, suas opiniões têm valor. Não apenas se trabalhava em *Movimento*, a atuação política estava no conteúdo de suas matérias que contestavam a ditadura, e no processo de produção do jornal.

3.3 Combatendo tendências

No capítulo anterior, através da crítica a cobertura dos movimentos sociais, alguns membros do jornal começaram a criticar seu programa. Essa posição ficou mais evidente no seu último ano, quando através de diversas justificativas, elas eram expostas em artigos publicados pelo semanário, procurando uma explicação para a crise financeira.

A proposta de frente ampla reservava desafios. As reuniões procuravam resolver os conflitos internos, não só referentes ao processo de produção de Movimento, deveriam dar conta também de conter conflitos entre tendências políticas, que inevitavelmente, se expressavam lá dentro.

A forma como essas tendências se “enfrentavam” dentro do jornal pode ser compreendida de diversas formas. Alguns se identificaram com a proposta de Movimento e fizeram dele seu espaço de atuação, sendo o jornal, para alguns, até compreendido como um “aparelho” político.

Tenho aqui exemplos de como determinadas matérias repercutiram afastando membros e leitores do jornal, por compreenderem algum tipo de problema na expressão de uma tendência política, na “traição” a determinada tendência, ou até mesmo, pela ausência de uma tendência dentro do jornal. Entre aqueles que se afastaram por entender

que o jornal não mais o representava, estava Bernardo Kucinsky, que via Movimento cometendo erros, ao optar por uma tendência política.

Em 1977, parte da equipe se desligou do jornal, o que foi chamado por Kucinsky de “racha de 77”. O motivo, segundo sua análise, teria sido a publicação, de forma distorcida, de um artigo assinado por ele:

“O incidente que precipitou o racha de Movimento foi a publicação distorcida de um artigo de Bernardo Kucinski analisando a nova política de direitos humanos do presidente Carter, em especial a emenda Reuss, em tramitação no Congresso americano, condicionando a concessão de empréstimos externos à obediência a um código de direitos humanos. O artigo enfatiza a contradição dessa política com os interesses naturais do capital financeiro, “que se move para as regiões de maior taxa de lucro e não de maior taxa de direitos humanos”, mas ressaltava, numa frase-chave, que justamente por isso se tratava de uma emenda “revolucionária” em relação aos critérios consagrados do capital financeiro. Além do corte dessa frase crucial, o artigo foi publicado em posição subalterna a um Ensaio Popular negando qualquer valor à política de direitos humanos e considerando-a uma ingerência na nossa soberania. Através desse truque, o artigo era usado para convalidar uma posição oposta à pretendida pelo autor.”²³²

Mas, por trás disso, havia também a insatisfação desse grupo com as idéias expostas através de uma seção do jornal, os ‘Ensaio Populares’, de autoria de Duarte Pereira, que não a assinava, pois vivia na clandestinidade. Para eles, o fato da ausência de assinatura dava um tom de editorial à sessão, o que não os agradava, pois aquelas idéias não representavam um consenso dentro do grupo. Para ele ali se estampava um conflito entre duas tendências dentro do jornal liberais-populistas versus trotskistas e os “independentes de São Paulo”, aqueles que não representavam tendência nenhuma, entre os quais ele se incluía.

Se, de fato, se tratava de uma disputa entre duas tendências políticas dentro do jornal, o “racha de 77” já dava sinais de que, para manter esse grupo unido, à “bandeira” em defesa de uma frente ampla e democrática, talvez não fosse o suficiente. Para alguns, o jornal devia ser um campo neutro às tendências de oposição, mesmo quando se definia politicamente buscando unir as divergências entre eles. Já quando Movimento publica documentos internos do PC do B, cria problemas dentro e fora do

232 KUCINSKI, B. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.p. 371

jornal. Dentro, com aqueles que defendem que o jornal não deve abrir espaço às questões internas de partidos, o que comprometeria seu programa. E fora, criando um desafeto com os militantes do partido os quais se viam representados pelo semanário.

A publicação da carta de Pedro Pomar, do PC do B, fazendo uma avaliação da Guerrilha do Araguaia, para o jornal era uma divulgação importante para o conhecimento dos demais campos de oposição: “Embora encerre apenas um ponto de vista pessoal, tem valor para os futuros historiadores desse período e desde já para os analistas políticos de todas as tendências.”²³³ Em seu depoimento, Pomar defendia a unidade dentro da oposição e avaliava que dar prosseguimento com a luta no Araguaia era um erro.²³⁴

Porém nem todos concordavam com a necessidade de abordar questões específicas a determinados grupos políticos. Para os representantes da sucursal de Brasília, isso comprometia o projeto de unir a oposição, pois o jornal parecia estar assumindo uma tendência política:

“Da mesma forma não concordo em hipótese alguma que use o jornal para se intrometer em questões internas de partidos clandestinos e muito menos que ao fazer isto, tomemos claramente partido ao lado de um dos lados. Quer exemplo: Por que Movimento publica a carta de Pomar? Em seguida por que dá tanto destaque a carta de Raquel Pomar e, em seguida, publica um depoimento, esmerado em cuidados de edição com Genoio? Discordo disto, acho uma política perigosa, errada e estreita que longe de contribuir para unir, contribui para dividir.”²³⁵

Isso também reforçava as acusações de que o jornal teria uma relação muito próxima ao PC do B, sendo até entendido como um “aparelho” do partido. O que parece certo é que pessoas ligadas ao partido participaram do jornal, e que seus militantes estavam entre seu público leitor. Um ponto de ligação com o partido era, primeiramente, a defesa de uma frente ampla pela democracia. Dentro do jornal, um de seus colaboradores, Carlos Azevedo, então do PCdoB, estava na clandestinidade e tinha como única fonte de renda a produção de matérias para o jornal:

233 Movimento, 23 a 29/04/1979. p.12-13.

234 Outro partido que tem suas questões debatidas em suas páginas é o PCB, através de Luiz Carlos Prestes. Nessa matéria Prestes faz uma avaliação da atuação de seu partido e propõe que se pense uma nova estratégia.

235 FMOV – AP 285.02.031 - carta de Bernardes para Tônico – 25/9/79

“O jornal era fundamental na minha vida, então. A maior parte do meu tempo de trabalho na clandestinidade era de estudos, leituras e captura de informações (sob censura) e a preparação de matérias para o jornal. (...) um salário que ajudava muito minha sustentação e de minha família desde que fiquei isolado do partido [após o massacre da Lapa em 1976, ele se isola do Partido].”²³⁶

A identificação do partido com o jornal era forte. Azevedo e o editor de Movimento trocaram muitas correspondências, em geral matérias enviadas por ele à sede do jornal. Além disso, encontravam-se esporadicamente, fora do jornal, devido às dificuldades impostas pela clandestinidade:

“De fato, eu enviava materiais do Pc do B para o Raimundo, enviava comentários meus, e comentários de outros companheiros da direção do partido, numa troca de idéias muito viva com o jornal. Eu lia as matérias de Movimento e registrava para o Raimundo minhas opiniões. (...) Acho que havia sintonia política entre o pensamento da direção do jornal e do partido. Sei que havia outros militantes do partido trabalhando no jornal. Mas não era um jornal do Pc do B, não tinha ligação orgânica, era um jornal independente.”²³⁷

Não era um jornal feito pelo partido, mas acabou também servindo para alguns de seus militantes, como um espaço que abraçava as posições políticas do partido. Porém, a publicação da carta de Pedro Pomar gerou um desentendimento entre ambos, acabando com essa sintonia:

“Em diversas oportunidades houve opiniões diferentes. Penso que isso ficou confirmado com a questão do Araguaia. Foi uma decisão política da direção do jornal divulgar documentos sobre a guerrilha contra a opinião do Pc do B. Eu não acompanhei de perto esse processo, mas penso que a partir daí, o partido, que dava muita sustentação ao jornal nos Estados – distribuição, venda, arrecadação de fundos – tirou o pé. O jornal sofreu com isso.”²³⁸

Fica claro que não apenas Azevedo, mas outros militantes do PC do B também conseguiam manter sua renda através de Movimento. Ao contrariar esse partido, o jornal acabou perdendo parte de seus leitores e colaboradores, ainda mais quando o partido passou a produzir seu próprio jornal.

236 Entrevista de Carlos Azevedo. Outubro/2005.

237 Entrevista de Carlos Azevedo. Outubro/2005.

238 Entrevista de Carlos Azevedo. Outubro/2005.

Mas não era apenas o PC do B que ganhava “representação” lá dentro. Pessoas que viviam na clandestinidade e chegavam a escrever matérias com pseudônimos, tinham, no jornal, além de uma fonte de renda, uma via de ação. Essas pessoas aceitavam o projeto do jornal que, provavelmente, atraía os militantes e simpatizantes de suas respectivas organizações. Essas outras tendências de oposição apoiavam Movimento, pois apoiavam o projeto de uma frente ampla. O pluripartidarismo fez com que esses grupos revissem suas posições e saíssem do jornal levando colaboradores e leitores, o que contribuiria para sua queda nas vendas.

A proximidade dos programas políticos do jornal e do PC do B pode ter levado o jornal a ser chamado de aparelho do partido, proximidade essa que está registrada em um documento arquivado entre as atas de reunião de Movimento e aqui apresentado:

“Coloca-se na ordem-do-dia como solução política viável para liquidar a ditadura, a convocação de uma assembléia constituinte livremente eleita, a abolição de todos os atos e leis de exceção, a anistia geral. (...) Unidade para a luta, arma da vitória. O êxito nesta magna tarefa exige a criação de uma ampla e combativa frente de oposição à ditadura. As correntes e organizações representativas do povo têm que procurar o entendimento para atuarem juntas. A unidade para a luta é a arma da vitória. O primeiro passo no terreno da unidade é a ação conjunta de todas as forças democráticas e patrióticas por objetivos comuns. Os comunistas (...) estão dispostos, na atual situação, sem abdicar de seu programa a unir seus esforços aos de todos os patriotas e democratas para por fim à ditadura entreguista e sanguinária.”²³⁹

Por fim, tenho um último exemplo de como algumas matérias trouxeram críticas ao jornal. No mesmo momento em que surgiam críticas se referindo a um abandono do jornal em relação aos movimentos sociais, visto no capítulo anterior, aparecia em suas páginas uma outra discussão. Com o fim do bipartidarismo, houve um espaço para os partidos que se formavam exporem, através de colaboradores do jornal ou de seus militantes, suas propostas, enfatizando quem, a partir daquele momento, representava melhor a oposição e os movimentos populares.

Com o fim do bipartidarismo, os grupos que buscavam representação política através do MDB – pelo partido ser a única opção na legalidade – viam a possibilidade

239 FMOV – AP – 285.01.001 – Comitê Central do Partido Comunista do Brasil: Levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura. Jan/1975.

de se organizarem legalmente através de outros partidos. Nem todos foram “abençoados” com a legalidade, caso do PCB e do PC do B. Da mesma forma como surgem novos partidos, surgem novos jornais de oposição. A oposição estava se “redistribuindo” e esse processo, provavelmente, ocorria também em Movimento, daí o motivo de alguns entenderem, inclusive o editor de Movimento, que essa foi uma estratégia de divisão da oposição.

Na verdade, ela já estava dividida, os setores de oposição podiam agora se organizar em partidos de acordo com suas diferenças. Seguindo esse ponto-de-vista, a divisão visava enfraquecer e promover o debate acirrado entre esses grupos, que passariam a disputar entre si a representação da classe trabalhadora, e teriam menos tempo de combater a ditadura. Para o projeto de abertura política a medida caía bem, pois tirava de cena uma medida autoritária – o bipartidarismo – e, ao mesmo tempo, tirava forças da oposição.

Nesse contexto, como ficou o projeto de uma frente única? O jornal continuou reafirmando seu projeto, pois a Ditadura ainda estava presente, apenas abrira uma exceção para que os partidos se reorganizassem. O jornal não entendia que mudar fosse necessário e o fato é que isso gerou divergências que iriam separar mais esse grupo. Teve início um grande debate, que chegou até às suas páginas, e dessa forma, o debate em torno desses partidos ganha espaço no jornal. Perceber como Movimento entendeu esse momento, talvez dê mais sentido às acusações de que o semanário estava deixando de apoiar os movimentos sociais, inclusive.

A via institucional surgia como alternativa de mudança. No entanto, optar por esse caminho significava também optar por um dos partidos e abrir mão da idéia de frente ampla. Significava, também, associar o jornal a uma tendência política, restringir seu público. No entanto, independente da escolha feita por Movimento, esse debate estava promovendo uma divisão efetiva da oposição, o que possivelmente acarretou numa perda do público leitor, pois mesmo sem assumir a defesa de um partido, ao manter seu programa, criava uma incompatibilidade com setores da oposição que não reconheciam mais no projeto de Movimento uma via de mudança.

Esse debate foi conduzido pelos representantes dos partidos, alguns colaboradores do jornal se posicionaram também. Rever esse debate ajuda a perceber quais pontos estavam separando a oposição, através daquilo que os partidos defendiam para o

momento político. Como vou recuperar esses posicionamentos apenas a partir do que foi publicado pelo jornal, não pretendo apresentar de todo o programa desses partidos. Outro ponto que torna esse espaço dedicado à questão do pluripartidarismo significativo, é perceber que, ao mesmo tempo, surgiam as críticas em relação à cobertura dos movimentos sociais pelo jornal, entre elas, a de estar perdendo seu espaço para os partidos políticos. Por último, as divergências que aparecem separando esses partidos estavam também presentes dentro do jornal.

Selecionei matérias assinadas por pessoas que estavam usando aquele espaço para defenderem sua opção partidária. Algumas colaboravam com o jornal esporadicamente outros tinham uma participação mais constante. Terei, assim, acesso a um debate que vinha de fora para dentro do jornal, como os grupos de oposição estavam se posicionando. E de dentro para fora do jornal, quando aparecem referências a como o jornal deve se colocar dentro desse debate.

As questões pareciam se repetir, no fundo o que dividia esses grupos políticos era a sua relação com a burguesia: estar ou não ao seu lado a partir daquele momento. Porém, dentro de um mesmo partido algumas divergências permaneciam. No artigo assinado por Vera Paiva, ex-diretora de DCE, a crítica estava voltada à diretoria da UNE, a qual reconhecia um único partido como sendo de oposição:

“Finalmente, gostaria de demarcar campo, sem aprofundar a polêmica, com aqueles companheiros da diretoria da UNE que acreditam que o único partido de oposição do regime é o PMDB, cunhando ao PT o adjetivo de divisionista e ao PTB o de conciliador. (...) Acredito ser esta uma posição extremamente sectária que tenta enquadrar a realidade à análise e proposições dogmáticas de determinados grupos políticos. Posturas como esta, podem levar ao total esfacelamento da unidade do povo contra o regime.”²⁴⁰

Portanto, a representação da oposição era disputada, mas nem todos pareciam reconhecer um único partido como seu representante. O que ocorria era a separação efetiva através de partidos, todos se posicionando, como oposição, mas cada qual com sua compreensão de como agir dali para frente. Vladimir Pomar assinava um artigo que alertava sobre o caráter dispersivo dessa “disputa”. O movimento popular além de ter

240 Movimento, 24 a 30/03/1980. p.06 “Divergência não é oposição política”, Vera Paiva.

sua representação disputada, deveria buscar aquele partido que melhor o representasse, e essa divisão permitia uma clareza maior de seus programas:

“Esse distanciamento de propostas colocou o movimento popular diante de novas opções, também aparentemente antagônicas. Exigiu-se que os diversos grupos que compõem o movimento popular façam uma clara opção entre um dos partidos de oposição (...) se a opção tem que ser feita, ela não deve significar a adoção de um exclusivismo que impossibilite a unidade, em nível, superior, das correntes populares democráticas.”²⁴¹

Porém, talvez não só um partido representasse esses movimentos, pois a conjuntura interferiria nesse processo de escolha, podendo, inclusive, separá-los:

“A conclusão de que a Tendência Popular do PMDB é a que melhor pode servir em termos nacionais, aos interesses das massas na luta institucional contra o regime, não significa colocar a Tendência em Antagonismo ao PT(...). As correntes operárias e populares não podem perder de vista as condições particulares que podem leva-las, em certos lugares e situações, a optar pelo PT como melhor solução.”²⁴²

A rejeição pelos vínculos com a oposição burguesa também estava presente dentro desses partidos, assim como se manifestavam no interior do Jornal. Portanto, nesse sentido, o projeto de frente já não era mais aceito por parte da oposição, que fica claro nesse texto, justificando a opção partidária de José Dirceu:

“Cremos que é puro ilusionismo político supor que temos neste momento força para ser alternativa ao regime militar e que a conjuntura nos é favorável ou pior ainda, que a oposição liberal e burguesa, seja ela chamada de correntes democráticas (...) aceite lutar (...) com o movimento popular (...) por uma constituinte livre, soberana (...). Quem disse que a oposição burguesa (...) está à favor da ampla liberdade de organização, propaganda e agitação?”²⁴³

Suas críticas passavam por outro ponto defendido pelo semanário, a constituinte. Para ele uma forma de conciliação:

241 Movimento, 07 a 13/04/1980. p.09. “Dispersão e unidade das oposições”, Vladimir Pomar

242 Movimento , 14 a 20/04/1980. p. 15 “O Papel dos partidos institucionais”, Vladimir Pomar.

243 Movimento , 11 a 17/06/1980. p. 14 “Sem ilusões com a burguesia liberal”, José Dirceu.

“Para nós a palavra de ordem de constituinte (...) é conciliação, ainda que seja uma palavra de ordem política e alternativa. Política e alternativas burguesas, que levam à transição da ditadura para uma democracia relativa sem ruptura; com os trabalhadores sob a hegemonia e controle da burguesia, desmobilizados e afastados da luta social, por uma luta político – institucional e uma alternativa dentro do capitalismo.”²⁴⁴

Alguns membros do jornal começam a se manifestar nesse debate. Defendendo que o fim do bipartidarismo era uma estratégia de dividir a oposição, Duarte Pereira, vê problemas nos efeitos que isso pode causar dentro dos movimentos populares, como forma de enfraquecê-los ainda mais:

“Apesar dos avanços recentes, o movimento popular continua débil, sobretudo do ponto de vista dos níveis de consciência e organização política de largas camadas de trabalhadores (...) o movimento popular só poderia ter peso na rearticulação partidária se atuasse de forma unificada.”²⁴⁵

A mesma postura defendida por *Movimento* ainda ia ao encontro da posição de Duarte, a necessidade de união, motivo pelo qual Duarte via o PMDB como a melhor opção para o movimento popular:

“De qualquer modo, o PMDB se distingue por se reconhecer, claramente, como uma frente tática; por admitir a organização de tendências em suas fileiras; e por se restringir à atuação política institucional e parlamentar, respeitando a autonomia dos movimentos populares.”²⁴⁶

Os colaboradores, ao explicitarem suas opções partidárias, revelavam as divergências que acabaram surgindo dentro do jornal, a respeito das formas de combate à Ditadura. Quase como uma resposta às críticas feitas ao PT por Duarte, que afirmava não ter o partido condições de representar todos os setores de oposição²⁴⁷, Francisco de Oliveira, também colaborador do jornal, afirmava que o partido era pluralista e teria condições de unir a oposição popular, sim: “O PT também é uma frente; pretende-se um

244 *Movimento*, 11 a 17/06/1980. p. 14 “Sem ilusões com a burguesia liberal”, José Dirceu

245 *Movimento*, 07 a 13/01/1980. p.09 “Oposição popular dividida”, Duarte Pereira.

246 *Movimento*, 07 a 13/07/1980. p.09 “PT: Partido de massas amplo e legal. Mas de que tipo?”, Duarte Pereira.

247 *Movimento*, 21 a 27/01/1980. p.06 “PT: Social-democracia de esquerda? O PT não tem mais condições de representar politicamente a todos os setores populares”, Duarte Pereira.

partido isto é, parte, mas integra-se desde logo na frente democrática que combate a ditadura (...).”²⁴⁸

Se o programa do jornal ainda estava baseado na constituição de uma frente ampla como forma eficaz para a derrubada da ditadura, seu programa se aproximaria dos partidos que compartilhassem desse propósito. Àqueles partidários do PMDB, a sigla representava a continuidade desse projeto. O PMDB também teve seu espaço de defesa dentro do jornal, através de Tarso Genro, então advogado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre:

“Os pontos programáticos fundamentais visam à formação de uma frente única contra o regime e não meramente contra o governo. Estas posições populares têm como pressuposto básico que os problemas do povo brasileiro não serão solucionados nos quadros do regime atual. Não basta ter um programa teoricamente mais avançado ou mais bem intencionado; é necessário que se encaminhe a defesa de uma posição política clara.”²⁴⁹

A partir de 1981, o debate assume alguns pontos específicos dentro do jornal. Com as eleições se aproximando (1982), os partidos estavam se organizando para conseguirem se tornar legais, dentro das leis estabelecidas e avaliavam se unir forças através de coligações seria uma boa opção.

O PT, por exemplo, não se definia quanto a essa questão. Outro ponto que provocava discórdia dentro do partido era a Assembleia Nacional Constituinte, que não estava incluída em seu programa, porém havia aqueles que viam a necessidade de incluí-la nele. As duas posições dentro do partido tiveram espaço no jornal para se explicarem.

Nelson Lery assumiu, através de Movimento, o discurso contra, pois considerava que ter a Constituinte como uma das bandeiras do partido era uma forma de conciliação com os setores de oposição burguesa. Antes de defender a Constituinte, era necessária a implantação de um governo democrático popular: “Trata-se de admitir que não pode haver ação comum em torno de objetivos estratégicos porque estão em jogo projetos

248 Movimento, 21 a 27/01/1980. p.07 “O PT já está revolucionando”, Francisco de Oliveira.

249 Movimento, 28/01 a 03/02/1980. p.04 “Uma frente que leva menos ilusões aos trabalhadores e ao proletariado em particular”, Tarso Fernando Genro.

estratégicos distintos. E, nesse caso, há um profundo antagonismo ente a luta pela constituinte e a luta por um governo democrático operário e popular.”²⁵⁰

Mas, para outros, havia a necessidade de inclusão desse item em seu programa, e essa era a posição de José Genoíno e de Alon Feurweker. Para eles, o Partido não havia deixado claro ser favorável a uma proposta de constituinte que se “diferencie o suficiente da conciliação aberta com o regime e nem da oposição liberal burguesa.”²⁵¹

Ao abrir esse debate, Movimento serve de espaço para a discussão entre os partidos e nesse sentido alguém pode ter entendido que os movimentos sociais perdiam espaço lá dentro enquanto certos partidos ou tendências políticas ganhavam espaço. Inevitável perceber, também, o papel que os partidos assumiam, era uma possibilidade de contestar a ditadura por uma via institucional, que estivera bloqueada durante anos. Para suprir esse papel, os movimentos sociais estavam presentes disputando espaço também com os partidos. A pergunta era: qual melhor forma de combater a ditadura naquele momento: partido ou movimento social? Assim, os conflitos internos que apareciam no jornal, surgiam num contexto de profunda reflexão dentro da oposição, de rever certas opções.

Se os movimentos sociais perdiam força nas páginas do jornal, isso não se deveu somente a ele. Por mais que eles continuassem a aparecer, a cobertura do jornal também refletia uma certa dispersão nesses movimentos. As razões seriam várias. Para Ana Maria Doimo, é importante ter em mente tudo aquilo que mudou, não apenas explicar essa dispersão pela Abertura e pela Repressão. Para ela, foram fundamentais as mudanças ocorridas dentro da Igreja (base importante para esses movimentos); a mudança do papel das ONG's; os intelectuais de oposição da academia que transferiram seu otimismo em relação aos movimentos sociais à transição política e as reformas institucionais; e “a segmentos de esquerda, antes comprometidos com a causa da grande transformação social, passaram a assumir crescentes compromissos com o sistema partidário.”²⁵² *Movimento* refletia esses conflitos que desencadeavam diversas interpretações de qual papel político ele estava cumprindo, e os vivia internamente.

250 Movimento, 30/03 a 05/04/1981. “Velho conteúdo com cara nova”.p.16.

251 Movimento, 30/03 a 05/04/1981. “Erros no combate ao economicismo”, p.17.

252 DOIMO,A.M. A vez a a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.Rio de Janeiro: Relume-Dumara: ANPOCS, 1995. p.202.

É evidente que a crise dentro do jornal também traz com ela críticas específicas ao trabalho ali desenvolvido, questionando sua democracia interna, por exemplo. E nessa disputa por quem é mais popular, ou represente melhor os movimentos populares, uns pregavam a unidade, outros a distância da burguesia. Esse debate parecia ser essencial para o futuro do jornal, pois definia sua posição em relação a esses movimentos daquele momento em diante. Para alguns, a união de forças com a burguesia comprometia a democracia popular. Esse era o argumento daqueles que viam um distanciamento do jornal dos movimentos sociais. Para outros, a situação ainda era a mesma, e o fim do bipartidarismo só representava uma tentativa clara de separar a frente de oposição. Não havia por que separar oposição burguesa da oposição popular.

Movimento servia de espaço de debate para as questões da oposição, quando era diretamente questionado por elas ou quando suas páginas proporcionavam esse debate. Seria inevitável, portanto, que suas divergências fossem as mesmas.

3.4 Crise: racha a oposição, racha o jornal

Após cinco anos, o programa do Jornal era avaliado em uma série de artigos escritos por seus integrantes e colaboradores. Essa foi uma boa oportunidade de perceber como algumas questões se manifestavam dentro desse grupo. Os conflitos tratados anteriormente provocaram direta (racha de 77, carta do PC do B) ou indiretamente (formação dos partidos) divisões nesse grupo que, quando não se efetivaram, resultando na saída de seus integrantes, contribuíram para acirrar os ânimos lá dentro. Entre as dificuldades enfrentadas, estava a queda nas vendas, que assinalava a crise pela qual o Movimento passava, que não tinha um significado apenas financeiro, mas, sobretudo político.

A função do semanário era reavaliada, e seu programa era reforçado ou criticado. Tinha início uma avaliação de seu papel a favor de uma frente ampla e democrática. José Carlos Ruy defendia que suas páginas fossem utilizadas para a discussão entre a oposição, logo seriam um espaço para todos aqueles que fossem favoráveis à democracia:

“A existência de uma imprensa claramente identificada com o movimento democrático popular tem um grande papel a desempenhar neste quadro. Embora com recursos escassos e limitados, ela poderá transformar-se no grande conduto através do qual as forças sociais poderão unir-se, discutir seus pontos de vista, encaminhar-se para a constituição deste verdadeiro partido popular.”²⁵³

A importância do debate estava no exercício da democracia, tal qual praticavam internamente, suas páginas servindo para a oposição discutir suas diferenças: “O livre debate de idéias no seio da oposição é extremamente salutar, e nosso jornal deve acolhê-lo, contribuir para sua divulgação e aprofundamento, para aprimorar a prática democrática de forma efetiva.”²⁵⁴ A idéia de uma frente ampla nessa concepção ainda fazia sentido, logo essa avaliação do desempenho do jornal era positiva, reforçava a sua proposta.

Garantir a democracia interna era peça-chave para obter os resultados almejados, só assim seria possível, nessa avaliação seguinte, realizar um espaço democrático para todas as forças de oposição, garantir que todos os lados fossem ouvidos, mesmo que algum prevaleça, não deve “sufocar” os demais:

“É preciso que a frente expresse a convivência de distintas posições políticas que guardem sua independência, tenham seu espaço real assegurado e façam concessões. A luta pela hegemonia é natural: mas não se pode confundir hegemonia com exclusividade. Se o hegemonizado é excluído, a própria hegemonia deixa de existir, pois acaba a frente. É bom que se repita: a frente é a unidade de interesses distintos em pontos comuns. E para que as posições divergentes possam conviver, é preciso um estatuto democrático.”²⁵⁵

O exercício da unidade praticado dentro do jornal serviria como uma forma de demonstração de que, fora dele, isso também seria possível. As adversidades enfrentadas lá dentro correspondiam às mesmas de fora:

“Procurar fazer com que a amplitude de seu programa se expresse na composição interna das forças que fazem o jornal. E aproveitar as experiências de mecanismos democráticos internos para reforçar suas relações democráticas externamente, para ajudar mais ainda a reforçar sua unidade.”²⁵⁶

253 Movimento, 22 a 27/04/1980. p.22 “Por onde superar a crise do jornal”, José Carlos Ruy.

254 Movimento, 22 a 27/04/1980. p.22 “Por onde superar a crise do jornal”, José Carlos Ruy

255 Movimento, 254, 12 a 18/05/1980. p. 22 “Democracia, a alma do jornal.”

256 Movimento, 254, 12 a 18/05/1980. p. 22 “Democracia, a alma do jornal.”

Havia quem defendesse o estreitamento de seu programa, declarando seu apoio a algum movimento popular. Para José Alcides, isso comprometia o jornal naquele momento, pois, ao não se posicionar, criava uma distância desses movimentos: “Este processo teve início e foi desdobrado à base de decisões conscientes. Bloqueou-se a iniciativa de sucursais e grupos de apoio. Sucursais receberam a orientação expressa de se retirarem dos movimentos de cunho democrático e popular.”²⁵⁷ Esse colaborador discordava da decisão e achava que o jornal deveria ter “vínculos concretos” com o movimento popular, caso contrário estaria empobrecendo sua experiência:

“Movimento deve preocupar-se, mesmo sabendo da complexidade do empreendimento, em ser um jornal de frente real, vinculado por certos laços ao movimento democrático e popular ou a faixas desse movimento. Transformar-se numa ‘frente de opinião’, administrada por um núcleo reduzido de redatores, é um destino muito pobre para o jornal: ninguém deveria buscar a realização de um trabalho semelhante.”²⁵⁸

Outros, no entanto, achavam que o erro que o jornal cometia em relação ao movimento popular estava em se afastar do combate à ditadura militar, quando abria espaço para as divergências no campo oposicionista. Segundo Igor Fuser, que assina a matéria, o semanário estaria cometendo dois erros ao se estreitar politicamente e não se definir politicamente. Parece contraditório, mas para ele o jornal comprometia sua postura de frente ampla, por exemplo, ao criticar fortemente o PP (e aí se estreitava), não percebendo seu papel de oposição:

“Vivemos, atualmente, um período de grande efervescência política, que está longe de se expressar na cobertura de Movimento. Com isto, acaba-se deixando as bandeiras políticas mais justas (como a Constituinte e as eleições de 80) e as denúncias mais relevantes (...) nas mãos dos jornais oposicionistas mais inconseqüentes do tipo Voz da Unidade e Hora do Povo. (...) Constitui tarefa primordial, portanto, a formação de uma ampla frente antiditatorial, que abarque desde a classe operária (...) até os setores da burguesia liberal, rumo à derrubada da ditadura. Esta preocupação, contudo, não mais tem se manifestado na linha editorial de Movimento.”²⁵⁹

257 Movimento, 26/05 a 01/06/1980. p.22 “Democratizar sem diluir”, José Alcides Figueiredo (PMDB)

258 Movimento, 26/05 a 01/06/1980. p.22 “Democratizar sem diluir”, José Alcides Figueiredo (PMDB)

259 Movimento, 16 a 22/ 06/1980. p. 22 “Combatendo o Inimigo”, Igor Fuser.

A queda nas vendas seria um reflexo, segundo Luiz Bernardes, dos problemas internos do jornal. Para ele ficava evidente através do aumento dos movimentos populares, o que poderia ter representado efetivamente um aumento no número de leitores (já que o tema tinha a cobertura do jornal), como isso não ocorreu a explicação só poderia estar dentro do jornal²⁶⁰, ou seja, sua cobertura não agradava.

O ciclo de matérias termina com a cobertura da Convenção Nacional da Edição S/A, a qual consumiu “12 horas de discussão, das 10 da manhã à meia-noite, com 64 delegados de 14 cidades, 11 Estados e o Distrito Federal, representando 43 áreas e cerca de 150 integrantes da Sociedade de Trabalhadores de Edição S/A.”²⁶¹ Durante a convenção duas posições prevaleceram polarizando o debate:

“Uma achava (...) que o jornal mais do que nunca (...) deve basear-se na realidade objetiva, opor-se ao regime militar, levar em conta suas modificações reais nos últimos tempos, publicar todas as opiniões relevante e acompanhar o movimento popular nessa sua fase de ascenso. Outra, achava que não só o documento de março continha uma incorreção básica – acreditar que o regime sofrera alterações significativas como o jornal se afastara radicalmente de sua proposta de estar aberto à todas as correntes democráticas e populares, estreitando-se perigosamente, e o que é pior, sem acompanhar o movimento popular crescente.”²⁶²

Após cinco anos de *Movimento*, seu programa ainda era entendido como correto, prevalecia a defesa de uma frente ampla como consenso. Porém, para alguns, o jornal estava se distanciando do seu papel quando criticava alas da oposição burguesa e, para outros, criava um distanciamento dos movimentos sociais. Se a posição de frente ampla e democrática ainda estava parcialmente intacta, essas mesmas críticas apareceram no ano seguinte, no entanto mais acentuadas.

Durante o último ano do jornal uma discussão tomou suas páginas. Agora a crise era “oficial” e estava claro através do número de artigos que se dedicavam a esta questão. No mesmo período, início de 1981, um grupo de colaboradores de Belo Horizonte se afastou do jornal, ao qual acusava de estar cada vez mais centralizado, e deixando com que uma tendência prevalecesse, o que não condizia com a oposição

260 *Movimento*, 07 a 13/07/1980. p.21 “Movimento traiu seu projeto”, Luiz Bernardes.

261 *Movimento*, 28/07 a 03/08/1980. p.20-21. “Por mais reportagens e no mesmo rumo editorial.”

262 *Movimento*, 28/07 a 03/08/1980. p.20-21. “Por mais reportagens e no mesmo rumo editorial.”

democrática e popular. O fechamento da sucursal de Belo Horizonte era entendido, por seus ex-integrantes, como um ato arbitrário, que acabava por calar parte dos colaboradores: “Eu e os companheiros da sucursal de Minas, continuamos dispostos a empenhar a bandeira de um jornal frentista e com este conteúdo (...). Nesse sentido, nos colocamos desde já à disposição daqueles que desejam ir neste rumo: terão todo nosso apoio e colaboração.”²⁶³

A direção do jornal deu uma resposta, afirmando que a proposta que estava sendo defendida em Movimento correspondia àquilo que fora aprovado em sua última Convenção Nacional:

“(...) a atual equipe de Movimento está cada vez mais convencida de que o rumo que segue é exatamente aquele apontado pela proposta vencedora na Convenção; Movimento baseia-se na realidade objetiva, opõe-se ao regime militar, leva em conta suas modificações reais nos últimos tempos, publica todas as opiniões relevantes e é um jornal de frente, defende os interesses democráticos e populares e está ao lado do movimento popular nesta sua fase de ascenso.”²⁶⁴

Realmente parecia complicado manter esse grupo unido, pois para uns esse projeto se realizava, para outros não, e havia aqueles que defendiam que o projeto do jornal deveria optar por uma tendência definida.

As dificuldades financeiras estavam entre os pilares da crise, assim sanar as dívidas era o primeiro passo para arrumar o restante. Portanto, entendia-se que as divergências políticas não eram a causa principal da crise: “(...) Edição S/A aprovou há poucos dias um plano semestral que permite a superação de todas as dificuldades financeiras acumuladas e nos dá tempo para atacar os problemas estruturais – econômicos, administrativos, editoriais e políticos – que o jornal enfrenta (...).”²⁶⁵

Mas dinheiro não era único o problema. Alguns já entendiam que o jornal passava por falta de apoio político, era isso que significava a queda nas vendas. O editor, após obter fundos para o pagamento das dívidas, admitia que o problema estava em como retomar o apoio político de antes. Para ele, isso seria dificilmente superado devido à falta de preparo da equipe, além do que, as camadas mais populares ainda *não tinham*

263 Movimento, 12 a 18/01/1981. p.20 “Colaboradores e Conselheiros afastam-se de Movimento”

264 Movimento, 12 a 18/01/1981. p.20 “Resposta da direção de Movimento, aos que se afastam”

265 Movimento, 13 a 19/07/1981. p.02 “Superamos a crise e temos novo Conselho.”

como assimilar o jornal (sinal de que o jornal também não conseguira adequar-se a essa população): “A superação da crise financeira não significou a superação das outras dificuldades: o apoio político ao jornal é pequeno – as correntes nacionalistas e liberais o consideram muito à esquerda e correntes populares o têm acusado até de contra-revolucionário.”²⁶⁶

O editor via “erros” para o lado da esquerda e para o lado da direita ocorrendo dentro do jornal, os quais precisariam ser avaliados na próxima Convenção (que ocorreria um mês antes de seu fechamento, outubro/1981). Esses “erros” talvez significassem que havia as duas tendências se manifestando pelas páginas do jornal, que provocaria críticas opostas, uns o criticando por bajular a oposição popular e outros por manter alianças com a oposição burguesa:

“Redatores e colaboradores de Movimento consideram que o campo de forças do regime ditatorial militar inclui todo o grande capital e grandes fazendeiros, e a manobra da abertura consolidou este campo. Para estes, as eleições de 82 serão basicamente, oportunidade de um acordo e acerto de contas entre o regime e conciliadores, no caso representados pelo Partido Popular, o PDT e a cúpula liberal do MDB. No campo da oposição ao regime sobraria apenas o PT e a ala mais combativa ao PMDB, sua tendência Popular. Alguns vão além e incluem setores de Tendência Popular no campo da conciliação. Na nossa cobertura dos acontecimentos, esse tipo de visão leva a dar pouco valor à cobertura das divergências dentro do regime; para os correspondentes do jornal nos Estados, significa um desligamento quase que completo de cobertura das atividades das oligarquias e outros setores liberais de oposição ao regime: implica também um excessivo empenho na alocação de recursos para cobertura das divergências no seio da frente oposicionista (...). No lado oposto, alguns redatores e colaboradores do jornal insistem em desconhecer que a abertura política efetiva que o país presencia estimula uma oposição conciliadora que facilita os projetos do regime. O erro destes é o de apoiar, por exemplo, pelegos (...) dar pouco valor às iniciativas da oposição popular (...).”²⁶⁷

Considerando-se a tese daqueles que defendiam que os leitores que haviam deixado o jornal, a falta de uma posição política clara obstruía ainda mais o caminho de volta desses leitores. Um dos erros cometidos estaria em não associar a luta democrática à luta antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária, ao não assumir

266 Movimento, n.321 , 24 a 30/08/1981. p.22 “Dinheiro não é o problema N.1”.

267 Movimento, n.321 , 24 a 30/08/1981. p.22 “Dinheiro não é o problema N.1”.

essa posição o jornal estava se aproximando dos setores liberais de oposição, o que desagradava parte de seu público:

“O erro a que me refiro consiste na separação estanque que Movimento entre, de um lado, a luta democrática e, de outro lado, a luta antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária. Se corrigirmos esse erro, estaremos dando um grande passo para consolidar o caráter democrático – popular de Movimento, sem ferir as suas características de órgão pluralista e noticioso, que são as características que individualizam Movimento no quadro da chamada imprensa alternativa.”²⁶⁸

A idéia de frente já estava fragilizada. Para Roberto Martins, era preciso se definir exclusivamente no campo da oposição popular. A burguesia e a oposição operária lutavam por democracias distintas: “Movimento tem seis anos. De lá para cá, profundas modificações se deram no seio da oposição. Se então, e mesmo até há algum tempo, era justo o conceito de ‘frente oposicionista’, ainda usado por Raimundo Pereira [o editor], hoje ele se torna insuficiente, vago e abstrato.”²⁶⁹ A realidade da oposição era outra, devido a algumas mudanças, a luta através de uma frente oposicionista deveria ser revista. O jornal perdia ao não se atualizar: “Movimento precisa acompanhar esta evolução e se situar a serviço da hegemonia do bloco popular. No meu entender, desta definição decorre uma série de modificações em seu programa e na linha editorial.”²⁷⁰

Ao mesmo tempo em que alguns viam essa lacuna importante dentro do jornal, também havia aqueles que enxergavam o lado oposto. Para esses o jornal atacava a oposição liberal, abrindo mão de seu projeto de frente ampla: “(...) setores importantes da equipe de Movimento passam a entender que a conquista da democracia já não é tarefa central das oposições e colocam quase que no mesmo plano, a luta contra a ditadura e (...) contra os liberais, passando a ter com esses uma atitude essencialmente hostil.”²⁷¹ Corrigir isso seria coerente para um jornal que defendia a união para se derrubar a ditadura. Não deveria, portanto estabelecer uma linha de separação, oposição era oposição, viesse ela da burguesia ou do proletariado: “O jornal deve (...) reafirmar o

268 Movimento, 07 a 13/09/1981. p.19 “Pela correção do programa do jornal”, Armando Boito Jr.

269 Movimento, 28/9 a 04/10/1981. p.21 “Pela atualização do programa”, Roberto Martins.

270 Movimento, 28/9 a 04/10/1981. p.21 “Pela atualização do programa”, Roberto Martins.

271 Movimento, 21 a 27/09/1981. p.21 “A luta central é pela democracia”, Tibério Canuto.

caráter democrático da frente e o seu mais amplo espectro social e político, da qual participam todos os que, em maior ou menor grau, se opõem à ditadura.”²⁷²

A crise financeira, para José Carlos Ruy e Carlos Machado, gerava problemas na tomada de decisões uma vez que poucas pessoas compareciam constantemente ao jornal, o que, por sua vez, comprometia a legitimidade das decisões tomadas: “Muitos companheiros se afastaram da redação obrigados a dedicar-se a atividades que garantissem sua sobrevivência. Isso acarretou sobrecarga de trabalho (...). O processo de tomada de decisões tornou-se reconhecidamente centralizado (...).”²⁷³

Entres essas duas vertentes, afastar-se da oposição liberal-burguesa ou permanecer com o mesmo programa, alguns reconheciam que tal atitude apenas serviria para dividi-los. Assim, associar o jornal à luta antiimperialista, para Wladimir Pomar, não significaria estreitar seu programa. Estabelecer uma posição política clara não colocaria em risco os propósitos do jornal: “É plenamente possível ter uma posição bem definida, até de ‘tendência’, em defesa do socialismo e da revolução antiimperialista (...) e ao mesmo tempo, ser bastante flexível para ampliar a frente antiditatorial ao máximo possível.”²⁷⁴ No entanto, para Pomar, naquele momento assumir tais posições poderia resultar numa cisão dentro da equipe do jornal, por isso ficava favorável a manutenção do programa do jornal, por sua unidade: “(...) estou disposto a aceitar a manutenção do atual programa tendo em vista a necessidade de manter a unidade em torno de Movimento.”²⁷⁵

A discussão em torno do que deve ou não mudar no jornal continua, e o que aparece constantemente é essa questão: se deveriam rever seu programa e se definir a favor de uma oposição e de uma democracia popular. Para alguns, mais do que erro, o fato de não assumirem um projeto operário e popular, significava uma atitude de conciliação, essa era a posição de José Genoíno: “Um órgão de imprensa como Movimento (...) incorre em grave erro ao permanecer indiferente ou pretensamente neutro em relação aos campos fundamentais em que está dividida a oposição.”²⁷⁶ Assim, o jornal parecia estar no meio, sem definição, nem burguês, nem operário: “O

272 Movimento, 21 a 27/09/1981. p.21 “A luta central é pela democracia”, Tibério Canuto.

273 Movimento, 05 a 11/10/1981. p.19 “Em defesa do programa do jornal”, José Carlos Ruy e Carlos Machado.

274 Movimento, 02 a 08/11/1981. p.19 “Pela unidade do jornal”, Wladimir Pomar

275 Movimento, 02 a 08/11/1981. p.19 “Pela unidade do jornal”, Wladimir Pomar

276 Movimento, 09 a 15/11/1981. p.11 “Novo programa para o jornal”, José Genuíno Neto.

programa atual de Movimento, elaborado em uma outra situação e influenciado ainda por uma certa indefinição política, não demarca com o projeto oposicionista burguês nem contempla as reivindicações essenciais da oposição operária e popular.”²⁷⁷

Essas colocações servem para constatar que o jornal não recebia mais o mesmo apoio internamente. Mas, seu projeto original prevaleceu até o final, talvez indicando o que teria afastado, inclusive, parte de seus leitores. Em sua última edição, os princípios presentes na primeira edição, eram reafirmados:

“A supressão do regime militar continua sendo, portanto, a necessidade central da luta política que se trava no país, a elevação no padrão de vida material e cultural dos trabalhadores pressupõe, como condição necessária, embora não suficiente, a formação de uma ampla frente que inclua todos os setores e classes sociais afastados do atual esquema de poder. Vai, portanto, de empresários à operários e camponeses.”²⁷⁸

Para aqueles que ainda defendiam o programa original de Movimento, as mudanças provocadas pela abertura, como o fim do bipartidarismo, não significavam que a derrubada da ditadura estivesse garantida, portanto o jornal não deveria mudar:

“E aqueles que acham que Movimento fechou porque o processo de abertura foi bem sucedido respondemos: ao contrário, as ações freqüentes da ultra-direita, seu fortalecimento dentro da máquina estatal, a própria queda do articulador político da abertura, mostram que é necessário continuar empunhando as bandeiras democráticas não só para garantir que a democratização se dê a favor dos interesses populares como para impedir que a ultra-direita faça retroceder a própria e modestíssima abertura política (...).”²⁷⁹

A questão financeira aparece como explicação chave em sua última edição. Claro que as dificuldades econômicas não poderiam ser desprezadas, mas apenas colaboravam para uma crise que Movimento não “soube” (ou não tinha) como resolver, que mexia em toda oposição. Admitiam que outras tendências apareciam, mas não as viam como uma opção:

277 Movimento, 09 a 15/11/1981. p.11 “Novo programa para o jornal”, José Genuíno Neto.

278 Movimento, n. 334, 23 a 30/11/1981. p.03 “Movimento Morreu, Viva Movimento”.

279 Movimento, n. 334, 23 a 30/11/1981. p.03 “Movimento Morreu, Viva Movimento”.

“Movimento encontra-se numa situação dupla: por um lado, incentiva os jornais partidários oposicionistas, defende-os com decisão e reconhece a sua imperiosa necessidade; por outro, sabe que, na fase atual, certas tendências e correntes estão tendo a ilusão de que o trabalho de frente democrática e popular na área de informações não é mais necessário, o que enfraquece o seu projeto.”²⁸⁰

O fato era que mesmo que o pluripartidarismo estivesse rachando a oposição, a discussão em torno dos partidos não estava longe do jornal. Ao mesmo tempo, que questionavam para qual caminho Movimento iria ou deixaria a de ir, essas perguntas eram feitas aos partidos. Qual representaria melhor o movimento popular? Para essas e outras perguntas o jornal abria espaço para serem debatidas.

A falta de definição pode ter acarretado a perda de leitores, parte dessas cobranças feitas por seus colaboradores não deixavam de representar as posições que eram discutidas fora dali, pela oposição. Assim como parte dos colaboradores deixou Movimento por não verem mais sentido em participar daquele projeto, seus leitores também o deixaram. Mas as dificuldades internas nem sempre foram reconhecidas, e a busca por justificativas apenas nas mudanças externas ao jornal complicava ainda mais esse debate.

3.5 Um jornal “partido”

Em 1981, ano de fechamento do jornal, a crise era declarada. Por motivos financeiros e políticos, *Movimento* encerrava suas atividades. A queda nas vendas gerara prejuízos, mas o que havia provocado tal queda? Mudara a proposta do jornal ou seus leitores mudaram? Ou ambos? Já em 1978, as dúvidas apareciam. Tema de uma de suas reuniões, a queda nas vendas e a necessidade de se estabelecer algumas metas, preocupava:

“É importante, no entanto, salientar que os debates demonstraram que há no Conselho algumas divergências sobre como encarar o jornal e a Edição S/A. O debate sobre a concentração de atividades na

²⁸⁰ Movimento, n. 334, 23 a 30/11/1981. p.03 “Movimento Morreu, Viva Movimento”.

empresa mostrou que não há entendimento comum sobre como o jornal mobiliza a oposição democrática ou sobre o papel do jornal no momento atual, e isso promove um desentendimento sobre quais são as atividades que são essenciais na empresa, ou, pelo menos, um desentendimento sobre o grau de concentração de esforços que cada atividade deve merecer.”²⁸¹

As divergências que estiveram presentes, fora ou dentro das páginas de *Movimento*, ajudam a compreender o sentido de espaço de sociabilidade que atribuo a esse semanário.

O debate da crise traz à tona como os posicionamentos em relação à proposta do Jornal mudaram, pois mudara o entendimento em relação à efetividade de se combater ditadura através de uma frente ampla. O desenrolar dos movimentos sociais mostram a força da oposição popular e motivaram alguns a se distanciarem da oposição liberal-burguesa.

O Jornal se mantém como um espaço aberto a todas as tendências de oposição e, no desenrolar da Abertura, é visto como endereçando-se para as tendências de oposição popular e, ao mesmo tempo, para o lado da oposição burguesa. Acabou gerando antipatia de ambos os lados. Nesse sentido, não há dúvida de que as críticas expostas em suas páginas ou em suas atas, registraram momentos de debate da oposição, papel que o jornal cumpre, ao concentrar representantes de diversas tendências. Quisesse ele ou não cumprir esse papel, acabava servindo como um centro de encontros para aqueles “desalojados” pelo autoritarismo.

Portanto, pensar a crise do jornal é pensar o que gerou a queda em suas vendas. Mudou seu programa ou mudaram seus leitores? Uma parcela defende que seu programa mudou, ao abandonar a luta contra a ditadura. Mas, aqui, cabe esclarecer que, para essa parcela, combater a ditadura naquele momento, significava se definir pelo campo da oposição popular. Então, entende-se também, que o jornal manteve seu programa e, conseqüentemente, afastou parte de seus leitores.

As reuniões poderiam servir para sanar pequenos desentendimentos, divergências pontuais. Aqueles que discordavam de seu programa se afastaram. As tendências de oposição chegavam até ao jornal, obviamente, através daqueles que trabalhavam ali.

281 FMOV – AP 286.02.002 – Ata de Reunião do GRUEX, 05/04/78

Quando não militavam nesses grupos de oposição, parte de seus jornalistas mantinha alguma relação como simpatizantes, permitindo que algumas organizações acabassem sendo representadas mesmo que indiretamente lá dentro: “Muitos jornalistas tinham participação política em grupos de esquerda. (...) Os grupos eram todos sectários e apenas causavam prejuízos para o jornal. Dividiam as pessoas.”²⁸² O confronto que ocorria fora do jornal, era trazido para dentro de suas reuniões por essas tendências, cada qual vendo em Movimento um espaço para divulgação de suas idéias, situação possível devido a ampla proposta do jornal.

Não que o jornal fosse um porta-voz oficial desses grupos, mas a clandestinidade fazia com que aquele fosse o espaço possível, quase único, de atuação política. Era um espaço de sociabilidade da oposição. Mesmo com um programa amplo, nunca foi fácil conciliar tais diferenças:

“Representatividade formal no jornal acho que nenhuma organização de esquerda tinha, até em razão da repressão da ditadura. Mas, através de participantes do jornal, essas organizações levavam suas idéias, sugestões, pontos-de-vista para as assembléias e para as matérias que eram feitas. Isso é que dava vida ao jornal. E a direção do jornal fazia um papel de coordenação e moderação que resultava numa linha geral em acordo com o programa editorial do jornal, definido em assembléias antes de seu lançamento.”²⁸³

O próprio Carlos Azevedo, como clandestino do PC do B na época do jornal, era um bom exemplo de como o espaço do jornal fora acolhedor para aqueles que estavam calados pelo regime. E quão variadas eram essas tendências, o que fica claro nesse exemplo dado por ele:

“(...) [o jornal] reunia opositores do regime militar de diversas concepções. Desde a influência de FHC e Sérgio Motta, à de Duarte Pereira, um marxista independente, egresso da Ação Popular, à do Pcdob, marxista-leninista - que se organizou em todo país para distribuir, vender, e dar sustentação material ao jornal - à de uma tendência mais próxima do pensamento trotskista (...). Havia também a presença de tendências próximas ao PCB, ao grupo dos autênticos do MDB.”²⁸⁴

282 Entrevista de Antonio Carlos Ferreira. Outubro/2005.

283 Entrevista de Carlos Azevedo. Outubro/2005.

284 Entrevista de Carlos Azevedo. Outubro/2005.

A forma como esses grupos ocuparam o jornal pode servir para compreender também como se desenvolveu sua luta contra o regime militar. A história desses grupos dentro de Movimento serviu para estabelecer uma “ponte” com seus simpatizantes, que viraram seus leitores. A forma ampla como essas tendências eram envolvidas pelo seu programa, garantia um mesmo número amplo de leitores. O seu ex-editor, Raimundo Pereira, descreveu parte da composição política desse grupo, que foi determinante para certas divergências que ocorreram ali dentro, como “o racha de 77” e o caso da publicação da carta de Pedro Pomar (PC do B):

“(...) estou certo que Movimento tinha muita gente de partido. Com certeza, no Departamento de Vendas do jornal havia uma grande quantidade de militantes do Pc do B (...). Do que sei hoje, muita gente da sucursal de Belo Horizonte era do grupo que depois iria fazer o jornal Em Tempo, de uma corrente trotskista que veio acabar formando a Democracia Socialista, do Raul Pont, ainda hoje no PT. Acredito ainda que havia gente do PCB e do MR-8 no jornal (...).”²⁸⁵

A mesma frente ampla que proporcionara o convívio dessas diferenças, acabou por separá-los. Se o propósito de ser uma frente ampla pela democracia perdia força dentro da oposição, no jornal alguns ainda viam sentido em mantê-la, afinal a ditadura não havia acabado. Independente de achar a postura assumida pelo jornal errônea ou não - isso não está sendo julgado aqui - interessa perceber como essa decisão pode ter determinado o seu fim. Com a reorganização dos partidos, aparecem também muitos jornais ligados a essas tendências, ou mesmo produzidos por sindicatos. Movimento deixava de ser a única possibilidade de expressão para esses grupos, que agora estavam acolhidos em seus próprios jornais, além do que ao saírem, estavam deixando de lado o projeto do jornal, ou seja, ele não mais correspondia à sua posição política.

A saída de representantes de algumas tendências dentro do jornal pode ter sido um determinante na sua perda de leitores. Primeiro, o que levou esses colaboradores a se afastarem do jornal, em geral, foi alguma atitude que os prejudicava, ou com a qual o grupo político em questão não havia concordado: “Aos poucos o jornal foi sendo abandonado por tendências políticas (que criaram jornais próprios) e a redação ficou nas

²⁸⁵ Entrevista de Raimundo Pereira. Dezembro/2005.

mãos de jornalistas independentes.”²⁸⁶ No entanto, essa independência política, foi entendida por alguns, como uma forma de abandono da luta contra a ditadura.

Essas tendências fizeram com que, muitas vezes, o jornal fosse chamado de partido, o que negava constantemente. O próprio semanário recebia esse rótulo, geralmente quando insinuavam que dentro dele prevalecia uma tendência política. Isso ficou claro através das respostas, redigidas pelo editor, e apresentadas durante algumas reuniões. Para um projeto de uma frente democrática, não interessava uma tendência, mas todas que representassem a oposição. Por isso, o rótulo não era bem-vindo: “Primeiro destaco o fato de que *Movimento* é, antes de tudo um jornal, não um partido, nem um clube de debates; seu objetivo primordial não é, portanto produzir discussões, mas artigos, reportagens.”²⁸⁷ Posteriormente, essa idéia tomou um novo sentido, quando questões internas aos partidos ganharam espaço em suas páginas e, para alguns, isso provava sua “filiação partidária.”

Para a sucursal de Recife o problema comprometia sua relação com seus leitores, estavam os perdendo devido a um “erro” de postura, que não condizia com seu programa. Assim, para eles, o jornal estava mudando seu rumo sem consultar seus colaboradores e abrindo mão, conseqüentemente de seu público:

“(…) o problema central do jornal não seria administração, mas político, manifestado por erros de natureza editorial – que se aprofundando estreitando muito o jornal e levando à redução da sua influência e do número de leitores; e por erros de condução política do projeto, no relacionamento com a oposição e com suas bases de apoio mais próximas. Movimento não estaria sendo capaz de se adaptar ao momento conjuntural (da oposição democrática e popular e do jornal sem censura) e se fazendo instrumento da frente democrática.”²⁸⁸

A sucursal de Recife até levantava a hipótese de o jornal estar tentando atrair um público que pudesse ser distante do jornal. Mas essa postura, para parte de seus colaboradores, comprometia a defesa de uma frente ampla e democrática, portanto, acreditava que uma tendência política prevalecia lá dentro:

286 Entrevista com Antonio Carlos Ferreira. Outubro/2005.

287 FMOV – AP 284.07.004 – “Sobre a crítica interna em Movimento: Que métodos devemos seguir?”
30/03/77 - editor

288 FMOV – AP – 290.06.014 – Da sucursal de Recife ao GRUEX

“Talvez se esteja privilegiando no esforço de ampliar o jornal, contando com grupos ou indivíduos representativos da certo (s) grupos de esquerda que no final das contas não significa a ampliação de fato (...) concentrando noutra tipo de apoio talvez por isso o jornal resolva agora escrever para ativistas e militantes de esquerda e não para um grande público de oposição (...) (Temos encontrado dificuldade de renovar assinaturas justamente junto a certo público que conquistamos (...) pessoas que nos dizem agora se chocarem com o jornal ou discordarem com o jornal de que seja o porta-voz (sic) de PC do B, PCB e outras correntes menos cotadas (...)).”²⁸⁹

Evitar representar uma tendência também explicava o porquê de não associar o jornal a certas causas, optando pela neutralidade e apenas divulgando-as, preferindo defender uma posição ampla, sem demarcá-la. Numa carta que informava a respeito da greve de fome dos presos políticos de Itamaracá e convidava aqueles que os apoiassem a participar de um ato político, constava ao final a assinatura de diversas entidades que os apoiavam. Entre as assinaturas estava a da sucursal do jornal em Pernambuco, e ao lado riscado à caneta a anotação: “Pernambuco continua insistindo”.²⁹⁰ Como a carta estava entre os documentos da sede do jornal, em São Paulo, a anotação tinha o tom de crítica como que um desvio de conduta de uma sucursal aos olhos da sede.

Chamá-los de partido era desqualificá-los como jornalistas e entendido como uma forma de isolá-los, pois não ia ao encontro daquilo que pretendiam:

“(...) multiplicam-se os esforços para retirar-nos do cenário jornalístico, qualificando-nos de ‘partido’ de grupo com fins inconfessáveis e outras expressões que visam facilitar o nosso isolamento da opinião pública. (...) Para nós, atualmente, está claro que não devemos subir aos palanques para nos manifestarmos como jornal ou sucursal do jornal durante os atos públicos estudantis (...).”²⁹¹

Aqueles dentro de Movimento que combatiam o rótulo de “jornal de uma tendência política”, não poderiam imaginar que quando essas realmente “abandonam” sua redação, o impacto seria direto em seu desempenho. Não apenas deixaram o jornal, motivados por divergências, mas pela possibilidade de terem um espaço exclusivo:

289 FMOV – AP – 290.06.014 – Da sucursal de Recife ao GRUEX – 27/11/1979

290 FMOV – AP 284.02.039 – 30/04/1978

291 FMOV – AP 286.01.005 – Ata de reunião do GRUEX, sem data.

“De início, acho que todas as tendências de esquerda estavam representadas no jornal. A partir da abertura política de 1978, com o fim da censura e a criação de correntes de esquerda legais, o jornal foi ficando cada vez mais apenas com pessoas de esquerda independentes, sem partido.”²⁹²

No início, esse grupo era mais diversificado, mas questões internas e mudanças na conjuntura do país fizeram com que pouco a pouco os diversos setores de oposição, que o compunham, fossem deixando o jornal.

A própria experiência de Carlos Azevedo é bem ilustrativa de como o jornal teve um papel bem temporal, ou seja, uma função delimitada por circunstâncias que impossibilitavam essas tendências de agirem em outro espaço:

“Deixei de colaborar com Movimento no final de 1979. Foi um processo em dois tempos: eu já havia deixado a clandestinidade. E o Pc do B me encarregou de participar de uma equipe para criar um jornal de massas do Partido, que veio ser a Tribuna da Luta Operária. A partir daí já quase não participava de Movimento.”²⁹³

O jornal tinha como referência a ditadura, era o seu contraponto. Ditadura que calava a oposição. Quando há a possibilidade de a oposição reorganizar-se – por mais limitações que essa reorganização enfrentasse, afinal alguns partidos continuavam na clandestinidade – o projeto de frente vai perdendo sentido, dentro e fora do jornal:

“(…) muitas e variadas foram as cisões internas em Movimento. Porém, além da divisão sobre o alcance efetivo que obteve a democracia interna no semanário, interessa posicionar o fato de que o projeto de abertura política e, dentro dele, o pluripartidarismo tornam a imprensa alternativa de ‘frente’, tal como a frente oposicionista do MDB, irremediavelmente datados, circunscritos àquele período histórico.”²⁹⁴

Teríamos, então, um jornal que viveu de forma muito semelhante a um partido ou a uma organização de oposição. Acredito que a dinâmica do jornal Movimento em muitos momentos se aproxima dos dilemas e dificuldades enfrentados pelos grupos de oposição, durante o período de ditadura, e aqui, especificamente, durante a abertura

292 Entrevista de Raimundo Pereira. Dezembro/2005.

293 Entrevista de Carlos Azevedo. Outubro/2005.

294 AQUINO, M.A. Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999. p.197.

política. Assim, como sugere Marcelo Ridenti, esses grupos fecharam os olhos para as mudanças ao seu redor e perderam força e apoio:

“Parece que foi justamente o que ocorreu com os grupos armados urbanos de esquerda a partir de 1970: ao perderem, de vez, a sintonia com o devir da sociedade brasileira, ao deixarem de encontrar inserção nos movimentos sociais, desenraizando-se, tornaram-se marginais à dinâmica da realidade social e política(...). Quando as organizações, vão perdendo enraizamento social, tendem a obedecer estritamente a uma lógica de funcionamento interno que, longe de torna-las mais sólidas para enfrentar adversidades, implica uma dinâmica ambígua de sobrevivência e de autodestruição.”²⁹⁵

Ao não reciclarem sua proposta, acabaram se distanciando de seus leitores. Na verdade, talvez, tivessem que optar por parte deles, mas assumiram uma posição que não agradava a nenhum dos “lados”, nem à oposição liberal, nem aos da oposição popular. Para aqueles que entendiam que a abertura dava sinais do fim da ditadura, principalmente no início dos anos 80, o programa do jornal estava desatualizado. O próprio processo exaustivo de trabalho pode ter afastado parte desse grupo, que se desgastava em suas discussões internas.

A idéia foi tomando sentido, devido ao grande número de reuniões dos jornalistas, que produziram longas discussões, boa parte delas registradas em atas. Estas deixaram um registro do quão importante e fundamental era estabelecer seus propósitos e uma forma de trabalho. Esse foi o primeiro aspecto que me levou a pensar o jornal como um partido ou uma organização de oposição que combatia a ditadura.

Esse encontro de pessoas de oposição não deixava de produzir uma série de outras divergências em seu interior. Por mais que todos a princípio lutassem por uma frente democrática, nem tudo era consenso. Portanto, o objetivo poderia ser o mesmo, mas como atingi-lo não o era, o que gerava uma discussão muito semelhante com aquilo que distancia os grupos de oposição entre si: caminhos diferentes para um mesmo objetivo. O que me permite entendê-lo como um núcleo de discussões tal qual um partido político e, aqui, retomando a idéia de partido trabalhada por Gramsci:

“Será necessária a ação política (no sentido estrito) para que possa se falar de ‘partido político’? Observa-se que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram (...)

295 RIDENTI, M. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p.258 e 261.

em frações que assumiram o nome de ‘partido’ e inclusive, de partido independente. Por isso muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecidas como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais) (...) são também eles ‘partidos’ ou funções de um determinado ‘partido’.”²⁹⁶

Através das análises sobre os movimentos sociais pude chegar aos posicionamentos políticos, que me ajudaram a chegar ao sentido de “partido” que atribuo ao jornal.

Tal qual um partido ou uma organização de oposição, *Movimento* também assumia certos modelos. Dentro disso que poderia chamar de “programa político” do jornal tínhamos: o proletariado, com um papel histórico a desempenhar, que seria o de promover a revolução na sociedade, e para o jornal seria derrubar a ditadura através dos movimentos sociais; ao se propor a auxiliar esses movimentos e ajudar a aumentar a consciência política dos trabalhadores, o jornal assumiu uma postura de vanguarda, função que também era desempenhada pelos partidos; e, por fim tem clara a sua opção política de oposição ao se declarar uma frente ampla e democrática. Ao agir como uma frente ampla e democrática, quando a defendia em suas páginas, ou quando transformava o seu processo de produção num exemplo de frente, Movimento agia como um partido.

Por essas posições assumidas pelo jornal e, então, me refiro àquilo que permaneceu como consenso dentro de seu programa, entendo que ele assumiu um papel semelhante ao de um partido. Também a forma metódica como as questões internas eram registradas e resolvidas me ajudaram a compor essa imagem de partido, e evidentemente, pelo espaço político de debate que permitiu o sentido de local de sociabilidade para a oposição.

Quando tento aproximar o jornal da idéia de partido, não pretendo entrar na questão: ser ou não ser um jornal de tendência, mas sim aproximar sua dinâmica, até seu modo de trabalho de processos pelos quais alguns partidos ou organizações de oposição passaram naquele momento político, da forma como sugere Marcelo Ridenti para os grupos de luta armada urbanos, os quais que foram consumidos por suas divergências

²⁹⁶ GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989. p.23

internas e se distanciaram da realidade ao seu redor, perdendo assim, conseqüentemente, apoio.

Entender *Movimento* apenas como um jornal de oposição é perder de vista a dinâmica que envolvia a sua atuação no combate à ditadura.

Considerações Finais

Quando dei início a essa pesquisa parti de certos pressupostos que me auxiliariam a chegar até onde queria: compreender como Movimento atuou na luta contra a Ditadura. No entanto, as diretrizes que guiaram esse trabalho além de corresponderem às minhas expectativas não deixaram de me surpreender, ao criarem um diálogo rico entre elas. As fontes selecionadas, entretanto, permitiram que eu chegasse ao modus operandi do jornal, o que veio a revelar um importante aspecto da sua atuação. Assim a cobertura sobre os movimentos sociais, as atas de reunião, os relatórios internos e as correspondências permitiram reconstruir o sentido que esse jornal teve e como a permanência desse sentido limitou sua atuação.

Iniciei esse trajeto a partir daqueles que compunham o jornal e de sua proposta inicial. Foi fundamental perceber os propósitos que levaram um grupo de jornalistas e demais colaboradores a formarem esse semanário. A proposta vinha como um tipo de “resposta” a uma experiência anterior no jornal Opinião, o qual mesmo sendo classificado como de imprensa alternativa provocou a saída de parte de sua equipe insatisfeita com certas decisões. No centro dessa questão estava um ponto chave, talvez a grande diferença que esse grupo buscava fora da grande imprensa: um espaço democrático, um jornal de jornalistas e não que expressasse as posições políticas de seu dono ou editor apenas. O fato de ter sido criado sem um único dono e organizado de forma que permitisse que as decisões fossem coletivas deu ao jornal uma dinâmica, a qual ajudou a compreender o desenrolar dos conflitos naquele ambiente.

Ao se caracterizarem como uma opção de espaço democrático para o exercício de um jornalismo de combate à Ditadura, atraíram pessoas que se identificaram com essa proposta. Movimento assim se constituía com a proposta de ser uma frente ampla e democrática, o que possibilitava a entrada de diversas tendências de oposição. A amplitude de sua proposta permitia que esse espaço do jornal fosse preenchido inclusive com as divergências que compunham esses quadros de oposição.

A questão da frente ampla e democrática se mostrou um ponto fortíssimo e que acompanhou toda o percurso de Movimento. Reforçava seus propósitos e entre eles

estava principalmente o de derrubar a Ditadura o que somente através dessa frente seria possível, já que a oposição dividida dificilmente atingiria esse objetivo. O exercício de formar uma frente começava na criação do jornal, ele em si era parte dessa frente, e a forma como se trabalhava lá dentro, o que chamo de “método de trabalho”, procurava fortalecer isso, junto do conteúdo presente em suas páginas. O jornal servia, portanto, como exemplo de que suprir as divergências entre a oposição era necessário e possível, ao buscar equacionar as dele. Pretendia fazer de sua experiência a prova de que sua proposta política era viável.

Essa diversidade que a proposta do jornal permitia e a quantidade de debates que isso gerava fazia dele um espaço de sociabilidade para a oposição. Primeiro por servir de ponto de encontro, num momento no qual o autoritarismo do governo regulava qualquer tipo de ação da oposição. Segundo, por proporcionar, durante os debates a respeito de suas questões internas, discussões que traziam à tona questões políticas que separavam esse grupo ao redor do jornal, mas que não deixavam de representar também grupos de oposição que buscavam representatividade ali dentro. Especificamente, me refiro, a qualquer partido ou organização de oposição que, naquele momento, se identificasse com a proposta de Movimento e fizesse dele também sua forma de expressão. Por fim, o fato de divulgar em suas páginas, em determinados momentos, discussões entre esses grupos de oposição prestava um serviço a eles por servir como uma espécie de “porta-voz”.

Num momento em que os canais institucionais estavam fechados para a oposição e muitas organizações de oposição, como os grupos de luta armada, tinham sido eliminadas ou dispersadas, restando poucos lugares para atuar, o jornal atraía jornalistas identificados com seu projeto, mas também muitos simpatizantes de partidos ou organizações clandestinas. Isso fazia com que nele se reunissem diversas tendências dentro da oposição, que se identificavam com a proposta política do jornal.

A opção em adentrar o jornal através dos movimentos sociais foi satisfatória em muitos aspectos. Primeiro, porque se a proposta desse trabalho era perceber como o semanário atuou no combate à ditadura, pude constatar que esses movimentos sociais – ou populares – recebiam apoio do jornal, porque isso compunha parte da forma de contestação desse grupo. Segundo, porque esse “apoia-los” significava dar visibilidade, esclarecendo questões para ajudar a aprimorar o nível de consciência política dos

trabalhadores que se organizavam em torno deles. Essa era a opção do jornal: não se declarar favorável a esse ou aquele movimento, mas torná-los públicos, auxiliando as tomadas de decisões e sugerindo formas de aprimorá-los. Nesses momentos as opções políticas do jornal ficavam claras, pois suas necessidades eram projetadas nesses movimentos, e assim o jornal demarcava claramente ter um caráter político, ao defender a importância, por exemplo, do caráter político que as greves deveriam ter. Foi através dessa análise que pude constatar como o projeto de uma frente ampla e democrática foi amplamente defendido em suas páginas.

A análise da cobertura sobre os movimentos sociais também revelou outros objetivos e o início de alguns conflitos. Tratar desse tema não deixava de ser uma tentativa de aproximar o jornal das camadas mais populares, um público que pouco atingiam. Esse objetivo demonstrava um papel de vanguarda que esse grupo assumia ao sugerir meios para tornar as lutas populares mais eficazes ou legítimas. Pude chegar ao início de alguns conflitos dentro do jornal através desses movimentos, quando esses movimentos sociais viraram tema de suas reuniões. A crítica à cobertura do jornal, feita por parte de seus próprios jornalistas, revelou que por trás disso estava a crítica ao projeto inicial do jornal, e que, ao contrário do que elas sugeriam, esses movimentos não haviam perdido espaço em suas páginas, mas dividiam seu espaço com a discussão do pluripartidarismo. O que aqueles insatisfeitos queriam era que o jornal assumisse uma postura mais próxima e clara aos movimentos populares e para isso se afastasse da oposição burguesa. No entanto isso comprometeria seu projeto de frente ampla, o que, portanto, leva a crer que esse projeto começava a ser questionado e a perder apoio.

Quando o entendo como um espaço de sociabilidade para a oposição isso me possibilita pensar que aquele era um espaço de atuação política também. Além disso, o método de trabalho quando exigia uma série de reuniões e um nível de participação intenso reforçava o sentido de atuação política desses jornalistas. Trabalhar no jornal demandava um tempo excessivo que exigia plena dedicação ao semanário. Isso ficou claro em suas inúmeras e longas reuniões. As reuniões tinham um sentido importante dentro do jornal, pois garantiam a tomada de decisões de forma democrática e ao mesmo tempo procuravam a todo o momento repará-la. Era através dessas reuniões que procuravam resolver as divergências que surgiam e por isso era um mecanismo importante, dentro do seu “método de trabalho”, que viabilizava a experiência do jornal como uma frente ampla e democrática.

Mas não seria suficiente afirmar que trabalhar em Movimento era uma forma de atuação política simplesmente porque suas reuniões eram longas. O motivo do grande número de reuniões e as questões nelas debatidas são fundamentais nesse argumento. Por terem a maioria das reuniões um caráter extraordinário, demonstravam como as divergências entre eles consumiam tempo, e essas sim eram políticas, demonstrando aí o sentido de atuação política que o jornal proporcionava. O processo de crítica e de avaliação que o caso “Murilo Albernaz” gerou demonstrou como a postura desses jornalistas ali dentro era alvo de avaliação inclusive. Internamente, muito provavelmente, isso se justificasse pelo caráter democrático do jornal, porém independentemente disso o que pude constatar, através desse relatório, foi que havia uma preocupação na forma e na intensidade com que esses jornalistas trabalhavam. Não bastava apenas defender pontos de vista que contribuíssem aos propósitos de luta do jornal, era necessário ter uma forma “padrão” de participação que potencializasse essa experiência. Avaliações que percebiam “desvios” desse ou daquele integrante do jornal revelam esse teor. Trabalhar no jornal exigia uma certa metodologia que não estava ligada aos aspectos profissionais, mas políticos daquela experiência. As “regras de convívio” do semanário e o grande número de reuniões constituíam parte de seu projeto; a outra parte era alcançada através de suas páginas, com os temas que compunham o jornal e garantiam seu caráter de oposição.

Sua dinâmica interna estava assim em sintonia com aquilo que defendia, e nesse sentido esse diálogo entre aquilo que era publicado e a sua documentação interna foi fundamental. Perceber a forma de organização de *Movimento* e os processos que culminavam na produção do jornal ajudaram a entender outra parte de sua atuação contra a Ditadura. Ajudou a entender o sentido com que aquele espaço era ocupado, principalmente, quando as divergências surgiam durante sua produção. As divergências não deixavam de trazer os diversos sentidos que o semanário tinha para cada um que trabalhava ali, pensando sempre no leque de tendências que uma frente ampla se propunha a “acolher”, e como esses sentidos, a partir de um determinado momento, passaram a ser conflitantes ao próprio projeto do jornal. É o momento que a frente ampla começa a perder sentido.

Nesses debates internos que em alguns momentos chegaram até suas páginas, como durante a avaliação de seus cinco anos de existência e a respeito de sua crise, os dilemas que o separavam pareciam ser os mesmos que separavam a oposição fora do

jornal. Primeiro pode-se perceber isso através da discussão sobre o pluripartidarismo, em suas páginas, que demonstrou a dificuldade que alguns partidos viam em permanecer ao lado da oposição burguesa e ao mesmo tempo a necessidade que outros viam em permanecer ao seu lado. Essa dificuldade também aparecia para alguns integrantes do jornal, quando se manifestaram exclusivamente a respeito de qual partido seria a melhor opção a partir daquele momento, aparecia também entre as causas da crise do jornal. Nesse momento a ponte entre aquilo que separava a oposição dentro e fora estava feita: ambas passavam pelos mesmos dilemas. *Movimento* nesses momentos passava a ser também um espelho para parte da oposição quando refletia esses conflitos, poderia assim ser percebido como um “microcosmo” da oposição.

Perceber como o jornal atuou na luta contra a ditadura permitiu perceber também quais dilemas dividiam a oposição, e como as mudanças políticas trouxeram sentidos e significados diferentes ao papel do semanário. O jornal também era disputado, de certa forma, pela oposição que o compunha, quando se discutia qual tendência deveria prevalecer ou, até, se dentro dele não se deveria expressar nenhuma tendência específica. *Movimento* não deixava de ser assim um reflexo dos dilemas da oposição naquele momento.

E, nesse ponto, enxergar o jornal logo de início como um local de sociabilidade para a oposição, dentro das condições políticas daquele momento, possibilitou perceber as semelhanças entre dois ambientes: *Movimento* e os partidos de oposição ou organizações de oposição. Através do registro de conflitos internos presentes em outros trabalhos sobre o jornal, e daqueles que verifiquei em suas páginas e em sua documentação interna, o jornal passou a ser visto por mim como um espaço de sociabilidade. Como tal, ao se afirmar e agir como uma frente ampla e democrática assumia o papel de um partido político. Devido às limitações impostas a eles pela ditadura, entendo aqui que os partidos tinham seu campo de ação limitado às discussões e divulgação de suas diretrizes, já que estavam impedidos de atuar institucionalmente.

Quando entendo que, a partir do momento que o jornal se definia como uma frente ampla e democrática, assumia o papel de um partido, isso me ajuda inclusive a compreender o seu fim. O fim do bipartidarismo se choca a essa proposta, quando “oferece” a cada tendência um espaço de representação e ainda a possibilidade de agir institucionalmente. É nessa hora que alguns de seus integrantes começam a cobrar uma

postura política clara e, ao se manter no mesmo lugar, o semanário afasta seus leitores e começa ser “consumido” por suas divergências internas, processo semelhante ao pelo qual passaram algumas organizações de oposição, como sugerem Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. O fato das divergências terem desarranjado esse grupo em torno do jornal também os aproxima desse papel de partido que sugiro que tenham exercido.

Ao afirmar que *Movimento* agiu como um partido devido ambos terem um mesmo papel naquele momento, não acredito, no entanto, que isso o coloque como um “aparelho político” do PC do B, pois não foi criado com essa função e mesmo que seus militantes também usufruíssem desse espaço do jornal, isso se deve pela proximidade de suas propostas (a principal seria a defesa de uma frente ampla e democrática). Ao fato de o jornal expor o partido através de um documento interno, que avaliava a Guerrilha do Araguaia, demonstra também que seus militantes representavam boa parte de seus leitores que vão aos poucos deixando de apoiar o jornal por discordarem dessa atitude, mas ao mesmo tempo, revela que não eram as diretrizes desse partido que determinavam o conteúdo de *Movimento*.

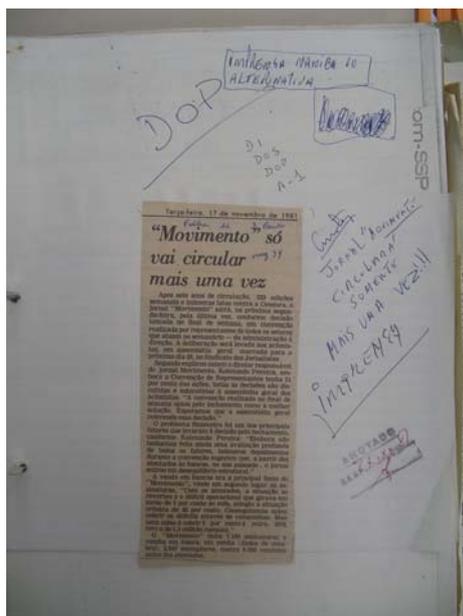
Devido, portanto, ao espaço de sociabilidade que cumpria, ao seu método de trabalho, ao seu papel de frente e a forma como as divergências políticas separaram esse grupo, o jornal *Movimento* assumiu um papel de partido político. Ao mesmo tempo sua condição de frente ampla e democrática impunha essa função temporariamente. As condições que mantinham o seu sentido - o bipartidarismo e a ditadura - quando começam “a sair de cena”, levam junto o sentido do jornal, o que fica evidente na perda de apoio entre aqueles que o produziam e aqueles que o liam.

O final de uma pesquisa parece deixar muitas sensações estranhas, entre elas a de que o trabalho não está acabado. Quando o iniciei não tinha a percepção do jornal como se fosse um partido, no entanto, essa hipótese foi crescendo no decorrer desse percurso. Não que com isso queira provar que ali funcionava um partido político, mas que *Movimento* operava tal qual uma frente democrática quando discutia e elaborava formas para que suas propostas efetivamente saíssem de suas páginas e atingissem ao público para conseguir as reformas que idealizavam. Quando outras possibilidades de atuação política aparecem esse espaço de “tão grande” se torna “pequeno” para alguns.

Perceber como o jornal combateu a ditadura dando visibilidade e apoio aos movimentos sociais revelou sua dinâmica interna e como ela se articulava aos seus propósitos. Como Rosane Montiel definiu, *Movimento* era uma espécie de “janela de seu tempo”, quando traduzia aquilo que as oposições debatiam e de que discordavam; quando sua trajetória refletia as transformações do contexto político do país. Como seu sentido muda até não ter “mais sentido”. O jornal é um jornal “partido” por funcionar e passar por dilemas semelhantes a esses, e por não suportar as divisões internas e por ter dificuldade de estar dividido e “partido”.

Aqui não se pretendeu julgar se *Movimento* alcançou seus objetivos ou não, mas simplesmente mostrar como exerceu seu papel. As sensações estranhas continuam talvez por limitações minhas, ou pelos próprios limites dessa pesquisa. Mesmo assim, espero que ela contribua para a compreensão de um período na história do Brasil, no qual como disse no início desse trabalho ainda há muito o que lembrar e o que punir.

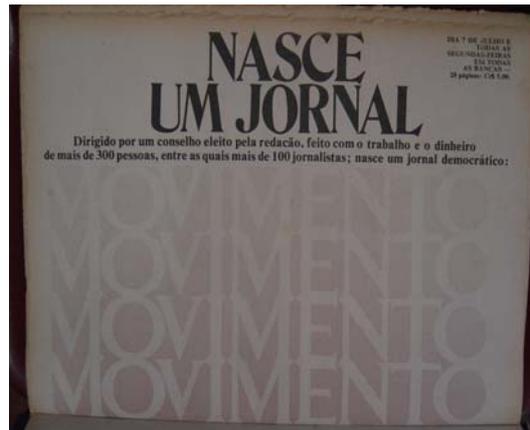
FIGURAS



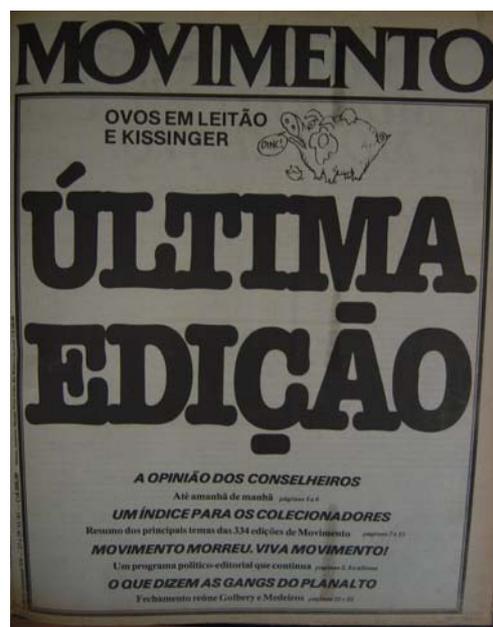
Capítulo I - Fig. 01 – Entre os documentos do DEOPS, o recorte de jornal anunciando o fim de Movimento, ao lado, o comentário: “Jornal Movimento circula pela última vez!!!” (Acervo: DEOPS – Arquivo do Estado de São Paulo)



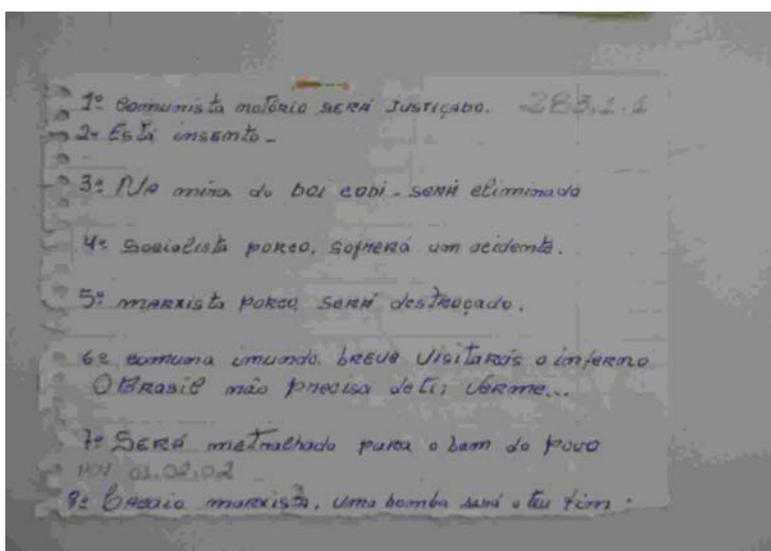
Capítulo I - Fig. 02 - Charge na última Edição (23 a 30/11/1981 – p.03)



Capítulo I - Fig.03- Edição nº 0



Capítulo I - Fig. 04 - A última edição



Capítulo II - Figuras 01 e 02 - Ameaça enviada à redação do jornal por uma organização anticomunista. (sem data) (Fonte: FMOV – Arquivo do Estado de São Paulo)



Capítulo II - Figura – 03
Edição n. 151 – 22/05/1978



Capítulo II - Figura - 04
Edição n.155 – 19/06/1978



Capítulo II - Figura – 05
Edição n,194 – 19 a 25/03/1979



Capítulo II - Figura – 06
Edição n. 186 – 2 a 8/04/1978

Fontes

Jornal Movimento – Acervo: Redação da Revista Reportagem (São Paulo/SP)	
Ano	Números*
1975	0
1976	72
1977	-
1978	131;133;134;135;136;138;139;140;142;144;146;148;149;151;152;154;155; 156;157;158;159;161;162;163;164;165;166;168;171;172;174;175;180;181;182;
1979	183;186;187;188;189;190;191;192;194;195;196;197;199;201;202;203;204;205; 206;208;213;214;221;222;223;224;226;227
1980	238;239;240;241;243;244;245;246;247;248;249;250;251;252;253;254;255;257; 258;259;260;261;264;265;266;268;269;270;271;272;279;281;283;285
1981	290;291;296;300;302;307;310;311;314;315;318;319;320;321;322;323;325;326; 327;328;331;332;334
* apenas menciono os números dos exemplares que foram citados ao longo do trabalho porém, todos os exemplares do nº 0 ao 334 foram analisados.	

Fundo do Arquivo Movimento – Acervo: Arquivo do Estado de São Paulo	
Caixa	Documentos
283	283.02.002 - correspondência 283.02.004 - correspondência
284	284.02.012 - correspondência 284.02.021 - correspondência 284.02.032 - correspondência 284.02.038 - correspondência 284.02.039 - correspondência 284.03.004 - correspondência 284.03.021 - correspondência 284.03.022 - correspondência 284.03.041 - correspondência 283.04.004 – correspondência 284.05.006 - Relatório 284.05.007 - correspondência 284.06.008 - Relatório 284.07.004 - Relatório
285	285.01.001 – documento do PC do B 285.01.003 – mensagem do PC do B 285.01.021 - correspondência 285.01.023 - correspondência 285.01.024 - correspondência 285.02.019 285.02.026 285.02.029 – Informe interno 285.02.030 285.02.031 - correspondência 285.02.034 285.02.037

	285.02.038 285.03.001 - relatório 285.03.002 - relatório 285.03.015 - relatório 285.04.001 – ata de reunião 285.05.002 – informe interno 285.05.003 285.05.004 – informe interno 285.05.006 – Regimento do Conselho de Redação 285.05.007 285.05.008 285.06.001 – informe interno 285.06.002 - correspondência 285.06.003 - correspondência
286	286.01.001 – Ata de reunião 286.01.002 - Ata de reunião 286.01.003 - Ata de reunião 286.01.004 - Ata de reunião 286.01.005 - Ata de reunião 286.02.001 - Ata de reunião 286.02.002 - Ata de reunião 286.03.001 - Ata de reunião 286.03.002 - Ata de reunião 286.03.003 - Ata de reunião 286.04.001 - correspondência 286.05.001 - Ata de reunião 286.05.002 - Ata de reunião
287	287.01.001 - agenda da segunda convenção nacional 287.01.002 - Ata de reunião 287.02.015 - relatório 287.02.016 - relatório 287.03.002 - relatório 287.03.003 - relatório 287.04.002 – documento de origem do jornal
288	288.02.001 – anotações pessoais do Editor 288.03.001 - anotações pessoais do Editor 288.04.001 - anotações pessoais do Editor 288.04.002 - anotações pessoais do Editor 288.05.001 - anotações pessoais do Editor 288.06.001 - anotações pessoais do Editor 288.06.002 - anotações pessoais do Editor
289	289.01.001 - relatório 289.01.002 289.02.001 289.03.003 289.04.008 289.05.009 289.05.010 289.05.037
290	290.01.002 - relatório

	290.04.002 290.04.003 - correspondência 290.04.019 - correspondência 290.04.021 290.05.016 290.05.017 290.05.033 290.05.037 - correspondência 290.06.002 290.06.008 290.06.013 - correspondência 290.06.014 - correspondência 290.06.020
297	297.02.001 297.02.002 297.02.003
298	298.03.009
291	291.01.001 – lista de acionistas 291.03.001
292	292.01.002 – recibo de assinantes 292.01.003 – recibo de assinantes
294	294.01.004 – ata de reunião 294.02.001- ata de reunião 294.03.001- relatório 294.03.002- ata de reunião 294.04.002 - ata de reunião 294.04.003 - ata de reunião 294.05.002 - ata de reunião
295	295.01.001- relatório 295.01.002 - ata de reunião 295.01.003 - ata de reunião 295.02.001- ata de reunião 295.02.002 - ata de reunião 295.03.001 - correspondência 295.03.002 - ata de reunião 295.04.007 - correspondência 295.05.002 - ata de reunião
296	296.03.003 - ata de reunião

DEOPS - Acervo: Arquivo do Estado de São Paulo	
Ordem Social	Ordem Política
OS 0110	OP 0890
OS 0214	OP 0922
OS 0947	OP 0625
OS 0974	OP 0635
OS 0987	OP 0643
OS 1006	OP 0920
OS 1009	OP 0921
OS 1010	OP 1119
OS 1038	OP 1133
OS 1060	
OS 1099	
OS 1195	

Entrevistas

- ✓ Antonio Carlos Ferreira (Outubro/2005)
- ✓ Carlos Azevedo (Outubro/2005)
- ✓ Duarte Pereira (Outubro/2005)
- ✓ Flávio Carvalho (Outubro/2005)
- ✓ Raimundo Pereira (Dezembro/2006)

Bibliografia

ABRAMO, L.W. O Resgate da Dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas, SP: Ed. UNICAMP; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 1999.

ABREU, J.B. de. As Manobras da Informação: análise da cobertura jornalística da luta armada. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALMEIDA, M.H. Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política. São Paulo: Sumaré, 1992.

ALVES, M. H. M. Estado e Oposição no Brasil: 1964- 1984. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ALVIM, T.C. (org.). O Golpe de 64: a imprensa disse não. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

AQUINO, Maria Aparecida. Censura, Imprensa, Estado Autoritário(1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

AQUINO, M.A. Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80). tese de doutorado, USP, 1994.

ARAÚJO, M.P.N. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Imprensa alternativa e cultura, 1970-1984. Brasília, Ed. Do Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

BORDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

CAPARELLI, S. Imprensa Alternativa. IN: Comunicação de Massa Sem Massa. São Paulo: Cortez, 1982.

CAPELATO, M.H. Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CAPELATO, M.H. & PRADO, M.L. O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"). São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, C. C. Movimento: Um jornal Alternativo, 1975-1981. 1995. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

CASTRO, P. Greve: fatos e significados. São Paulo: Ática, 1986.

CHAIA,M. & CHAIA, V. (orgs.). Mídia e Política - Escritos NEAMP. Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC - SP/2000.

CHAGAS,C. O Brasil sem retoque, 1808-1964. A história contada por jornais e jornalistas. Vol. II. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CHINEM, R. Imprensa Alternativa: Jornalismo de Oposição e Inovação. São Paulo: Ática, 1995.

COBLIN,J. A Ideologia da Segurança Nacional: o poder na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

COSTELLA, A.F. O Controle da Informação no Brasil. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1970.

COTTA,P. Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

D'ARAÚJO,M.C. et al. (Orgs.) Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

DE LUCA, T.R. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DREIFUSS, R.A. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DUARTE, C. R. Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945-78. Dissertação de mestrado (Ciências sociais). PUC-SP, 1987.

DUARTE,L.F.D. et al. Cultura e Identidade operária. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional .São Paulo: Marco Zero, 1987.

FARIA, J.E. Política e jornalismo: em busca da liberdade. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FERNADES, F. A Ditadura em Questão. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

FERREIRA,M.M; AMADO, J. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

FICO,C. Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, 2001.

FONSECA, F.C.P. A imprensa liberal na transição democrática (revista Visão e jornal O Estado de São Paulo). Campinas, 1994. Dissertação (mestrado) – Unicamp.

GARCIA,N.J. O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. São Paulo: Edições Loyola, 1982

GASPARI,E. A ditadura envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GASPARI,E. A ditadura escancarada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GASPARI,E. A ditadura derrotada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- GRAMSCI, A. Maquiavel, apolítica e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.
- GORENDER, J. Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1998.
- HOBBSAWM, E. Escrevendo a história do seu próprio tempo. Novos Estudos CEBRAP, n. 45, 1995.
- HOBBSAWM, E. Sobre História. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- KUCINSKI, B. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- KUSHNIR, B. Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editora/FAPESP, 2004.
- MACHADO, J.A. Opinião X Censura. Rio de Janeiro: L&PM, 1978.
- MARONI, A. A Estratégia da Recusa: análise das greves de Maio/78. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- MATHIAS, S.K. Distensão no Brasil - O Projeto Militar (1973-1979). Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 – 1945). São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/ Difusão Editorial S.A., 1979.
- MOISÉS, J.A. et al. Alternativas Populares da Democracia: Brasil anos 80. São Paulo: Ed. Vozes, 1982.
- MONTIEL, R. Movimento: A Janela de uma Geração, a Organização do Fundo de Arquivo do Jornal Movimento. 1996. Dissertação (mestrado em História). FFLCH/USP, São Paulo.
- MORAES, D. A esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.
- O'DONNELL, G.A. & PINHEIRO, P.S. O Estado Autoritário e os Movimentos Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- PEREIRA, D. Um perfil da classe operária. A ditadura nas fábricas. Hucitec: São Paulo, 1981.
- REIS FILHO, D.A.(org.) Intelectuais, história e política. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.

REIS FILHO, D.A. et al. As esquerdas e a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

REIS FILHO, D.A. et al. (org.). O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc. 2004.

REIS FILHO, D.A. A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1990.

REIS FILHO, D.A. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

RIDENTI, M. O Fantasma da Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SADER, E. O Anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, G. do C. e. Conjuntura Política Nacional - O poder executivo e a geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981

SIRINELLI, J.F. Os Intelectuais. IN: Remond,R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/FGV, 1996.

SROUR, R.H. A política dos anos 70. São Paulo: Econômica Editorial, 1982.

SKIDMORE,T. De Castelo a Tancredo: 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SODRE, N.W. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SMITH, A. M. Um acordo forçado. O Consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

THOMPSON, E.P. Costumes em Comum. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON,E.P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar.

UCHA, D.S. O poder da imprensa alternativa pós-64: história e desdobramento. Rio de Janeiro, 1985.

VIEIRA,R.A.A. Crônica dos anos Geisel. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/Centro de Estudos Latino-Americanos, 1987.

ZICMAN, R.B.. História através da imprensa - algumas considerações metodológicas. IN: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. PUC/SP. N. 04/Junho/1985

Retrato do Brasil. Vol. II. São Paulo: Ed. Política, 1984.